



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANGELA YOSHIKO OTA

INDÍGENAS COMO SUJEITOS COMUNICACIONAIS:
Revisitando trajetórias em destaque no jornalismo hegemônico

Londrina
2024

ANGELA YOSHIKO OTA

INDÍGENAS COMO SUJEITOS COMUNICACIONAIS:
Revisitando trajetórias em destaque no jornalismo hegemônico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Panis Kaseker

Londrina
2024

A581i Ota, Angela Yoshiko .
INDÍGENAS COMO SUJEITOS COMUNICACIONAIS : Revisitando trajetórias em destaque no jornalismo hegemônico / Angela Yoshiko Ota. - Londrina, 2024.
134 f.

Orientador: Mônica Panis Kaseker.
Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Telejornalismo - Tese. 2. povos indígenas - Tese. 3. sujeitos comunicacionais - Tese. 4. decolonialidade - Tese. I. Kaseker, Mônica Panis. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

CDU 316.77

ANGELA YOSHIKO OTA

INDÍGENAS COMO SUJEITOS COMUNICACIONAIS:
Revisitando trajetórias em destaque no jornalismo hegemônico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Panis
Kaseker
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Márcia Neme Buzalaf
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. José Carlos Fernandes
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Londrina, 01 de julho de 2024.

AGRADECIMENTOS

Escrever esta dissertação foi um grande desafio. Em meio ao trabalho, compromissos da igreja, com a família, foi preciso encontrar formas de estudar, me dedicar à pesquisa. Por isso, é preciso registrado o meu agradecimento, em primeiro lugar à Deus, por me dar forças, saúde e discernimento em meus estudos.

À minha orientadora, Mônica, por todos os ensinamentos, por me orientar, mostrar caminhos e novas visões de mundo, por me tornar uma jornalista e principalmente uma pessoa melhor. Com certeza o que aprendi ao longo desses dois anos levarei para minha vida e para aqueles que comigo convivem, com o compromisso de que esses ensinamentos nos façam refletir em busca de um jornalismo mais representativo.

Agradeço também ao Alisson, meu marido e companheiro de todas as horas, pela paciência, pelo apoio incomensurável, por me ajudar e incentivar, mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais e irmãos, que sempre incentivaram os estudos, desde a infância. Por mostrarem que a educação é a porta para a construção de um futuro melhor, mais justo e democrático.

Aos meus amigos do trabalho e da paróquia, pelo apoio, pelos momentos de descontração, por todas as vezes em que falaram: “vai dar certo”. E por fim, aos meus parceiros, gestores da RPC Londrina, Giancarlo e Alberto, por não medirem esforços em me dar suporte em todos os momentos em que precisei. Sem todos vocês eu jamais teria conseguido.

Fazemos a ressignificação da voz e do
microfone para amplificar a nossa luta.
Eu me dei conta da importância de
a gente ocupar outros espaços
para além do chão da aldeia.

Célia Xakriabá

Em todo o momento da história
tem alguém que simboliza aquele momento,
que representa aquele momento.

Ailton Krenak

OTA, Angela Yoshiko. **Indígenas como sujeitos comunicacionais: revisitando trajetórias em destaque no jornalismo hegemônico.** 2024. 134 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

RESUMO

A história dos povos originários é marcada por lutas, em todos os sentidos, inclusive, quando se pensa em almejar um espaço como sujeitos comunicacionais na mídia hegemônica. Com base neste contexto, esta pesquisa busca refletir como os indígenas vieram ocupando o espaço midiático, em específico do telejornalismo, ao longo da história do país e de que forma a comunicação hegemônica tem se relacionado com a temática indígena. Em especial, nos interessa pensar nas possibilidades de decolonizar as representações midiáticas dos povos indígenas na abordagem jornalística, a partir da necessária superação do paradigma da tutela, para que os indígenas tornem-se sujeitos comunicacionais. Para isso, a pesquisa aplica conceitos de colonialidade e interculturalidade e analisa, com base em autores como Bourdieu, Wolf e Medina, os processos de fazer jornalístico, permeados pela visão eurocentrista. O estudo utiliza autores indígenas, como Kopenawa, Krenak, Luciano Baniwa, Werá e Tupinambá, que apresentam os fatos sob a perspectiva dos povos originários, se debruça sobre personagens indígenas em diferentes períodos da história e como eles foram mostrados em reportagens jornalísticas da época, e aplica a netnografia como metodologia de pesquisa, que é baseada no trabalho de campo online. A pesquisa explora ainda uma reportagem do Jornal Nacional na série “Brasil em Constituição”, que mostra a importância da Constituição Federal para a garantia dos direitos dos povos originários e analisa o relacionamento da mídia atual com os indígenas, sinalizando a precursão de uma abordagem mais dialógica. Destaca-se que o giro decolonial da autorrepresentação dos povos indígenas auxiliou na transformação da representação desses povos e possibilitou o maior protagonismo indígena nas produções telejornalísticas. Conclui-se que os povos originários passaram a utilizar a comunicação como arma de luta por direitos, principalmente durante a Constituinte, a partir do momento em que entendem que é fundamental a presença na mídia para alcançar conquistas coletivas. Assim, a visibilidade no telejornalismo é empregada também para reafirmar suas posições como cidadãos brasileiros.

Palavras-chave: Telejornalismo; decolonialidade; povos indígenas; tutela; sujeitos comunicacionais; representação.

OTA, Angela Yoshiko. **Indigenous as communicational subjects**: revisiting prominent trajectories in hegemonic journalism. 2024. 134 p. Dissertation (Masters in Communication) – Educational Center, Communication and Arts, State University of Londrina, Londrina, 2024.

ABSTRACT

The history of original people is marked by struggles, in every way, including, when thinking about seeking a space as communication subjects in the hegemonic media. Based on this context, this research seeks on reflecting how indigenous people have been occupying the media space, specifically television journalism, throughout the country's history and how hegemonic communication has been related to indigenous theme. Particularly, we are interested in thinking about the possibilities of decolonizing the media representations of indigenous people on journalistic approach, based on the necessary overcoming of the paradigm of guardianship, so that indigenous people become communicational subjects. To this end, the research uses concepts of coloniality and interculturality and analyzes, based on authors such as Bourdieu, Wolf and Medina, the processes of doing journalistic, permeated by the eurocentrist vision. The study uses indigenous authors, such as Kopenawa, Krenak, Luciano Baniwa, Werá and Tupinambá, who present the facts from the perspective of the original peoples, focuses on indigenous characters in different periods of history and how they were shown in journalistic reports of the time, and applies netnography as a research methodology, which is based on online fieldwork. The research also explores a report from *Jornal Nacional* in the series "Brazil in Constitution", which shows the importance of the Federal Constitution in guaranteeing the rights of indigenous peoples and analyzes the current media's relationship with indigenous people through the report, symbolizing a forerunner of a more dialogical approach. It is noteworthy that decolonial turn of self-representation of indigenous people helped on the transformation of the representation of these people and enabled the biggest indigenous protagonism in telejournalistic productions. It is concluded that original people began using communication as a weapon to fight for rights, especially during the Constituent Assembly, from the moment they understand that it is essential to create a media phenomenon to reach collective achievements. Thus, visibility in television journalism is also used as a way of reaffirming their positions as Brazilian citizens.

Key-words: Television journalism; decoloniality; indigenous people; guardianship; communicational subjects; representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Jornal “O Globo” de 27 de janeiro de 1977	31
Figura 2 – Jornal “O Globo” de 30 de outubro de 1980	32
Figura 3 – Jornal “O Globo” de 4 de novembro de 1980	33
Figura 4 – Jornal “O Globo” de 21 de novembro de 1980	34
Figura 5 – Jornal “O Globo” de 29 de novembro de 1980	35
Figura 6 – Juruna com sua tia Pedabu no Globo Repórter	38
Figura 7 – Juruna com seu gravador.....	38
Figura 8 – Leonel Brizola.....	39
Figura 9 – Juruna chegando à Câmara dos Deputados	40
Figura 10 – Reportagem do Jornal “O Estado de SP” de 8/4/1984	44
Figura 11 – Lideranças Kayapó na vigília durante a Constituinte.....	44
Figura 12 – Reportagem do “Jornal do Brasil” de 2/3/1989	45
Figura 13 – Raoni e Sting em show em São Paulo, antes da turnê	46
Figura 14 – Reencontro de Raoni e Sting em 2017	47
Figura 15 – Entrevista de Raoni ao Fantástico em 2019.....	48
Figura 16 – Raoni subindo a rampa do Planalto ao lado de Lula	49
Figura 17 – Ailton Krenak durante a Assembleia Constituinte, em 1987.....	51
Figura 18 – Dadá Baniwa segura a Constituição em língua indígena no Jornal Nacional	54
Figura 19 – Tuirá Kayapó aponta facção para presidente da Eletronorte	55
Figura 20 – Reportagem Jornal “O Dia” (Rio de Janeiro) – 22/02/1989	55
Figura 21 – Foto do Índio Galdino exibida em reportagens da época	57
Figura 22 – Foto capa Folha de S.Paulo (21/4/1997).....	57
Figura 23 – Davi Kopewana no Programa Globo Rural (21/4/1997)	84
Figura 24 – Davi Kopewana discursa na sede da ONU	84
Figura 25 – Daniel Munduruku em entrevista ao programa Encontro	87
Figura 26 – Eloy Terena em entrevista ao MS 2ª edição	89
Figura 27 – Sônia Guajajara na posse como ministra dos Povos Indígenas.....	92
Figura 28 – Celia Xabriabá discursa na posse de Sônia Guajajara como ministra dos Povos Indígenas	95
Figura 29 – Joenia Wapichana em entrevista ao Jornal da Globo	97
Figura 30 – Davi Kopenawa em entrevista ao Jornal Nacional	103

Figura 31 – Derrubada da Floresta para abertura de estradas	104
Figura 32 – Davi Kopenawa recebe caneta usada para assinar demarcação de terras Yanomami	104
Figura 33 – Indígenas na Constituinte.....	106
Figura 34 – Ailton Krenak em entrevista ao Jornal Nacional	107
Figura 35 – Mário Juruna - arquivo Globo (1980)	107
Figura 36 – Coronel Nobre da Veiga - arquivo Globo (1980)	109
Figura 37 – Samara Pataxó em entrevista ao Jornal Nacional.....	109
Figura 38 – Marcos Terena em entrevista à rede Globo (1981)	112
Figura 39 – Carlos Ayres Britto em entrevista ao Jornal Nacional.....	113
Figura 40 – Syratã Pataxó em entrevista ao Jornal Nacional.....	114
Figura 41 – Akayêrú Megahõ em entrevista ao Jornal Nacional	115
Figura 42 –Diagrama dos fatos históricos envolvendo	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional
APIB	Articulação dos Povos Indígenas
CCPY	Comissão Pró-Yanomami
CDES	Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIR	Conselho Indígena de Roraima
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONABIO	Conselho Nacional de Biodiversidade
COP	Conferência das Nações Unidas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
Detran	Departamento de Trânsito
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EHESS	École des Hautes Études en Sciences Sociales
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
ISA	Instituto Socioambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAN	Operação Amazônia Nativa
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RPC	Rede Paranaense de Comunicação
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais

SPI	Serviço de Proteção ao Índio
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TRF	Tribunal Federal de Recursos
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNI	União das Nações dos Indígenas
UNIND	União das Nações Indígenas
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo
VNA	Vídeo nas Aldeias

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	NÃO HUMANOS	23
2.1	TUTELA	25
2.2	A TUTELA E O JORNALISMO	29
2.2.1	MÁRIO JURUNA	30
2.2.2	Mário Juruna e o Globo Repórter	37
3	CIDADÃOS	41
3.1	CACIQUE RAONI	43
3.2	AILTON KRENAK	49
3.3	CONSTITUIÇÃO EM LÍNGUA INDÍGENA	53
3.4	TUÍRA KAYAPÓ	54
3.5	ÍNDIO GALDINO	56
4	COLONIALIDADE NA PRÁXIS JORNALÍSTICA	60
4.1	JORNALISMO E A COLONIALIDADE	61
4.2	ALGUMAS CRÍTICAS À PRÁXIS JORNALÍSTICA	67
5	DECOLONIALIDADE NA COMUNICAÇÃO E NO JORNALISMO	75
5.1	ETNOJORNALISMO	76
5.2	LÍNGUAGEM JORNALÍSTICA E OS POVOS INDÍGENAS	80
5.3	INDÍGENAS COMO SUJEITOS COMUNICACIONAIS NA MÍDIA HEGEMÔNICA	82
5.3.1	Davi Kopenawa	83
5.3.2	Daniel Munduruku	86
5.3.3	Eloy Terena	88
5.4.4	Sônia Guajajara	90
5.3.5	Célia Xakriabá	93
5.3.6	Joenia Wapichana	96
6	INDÍGENAS NA SÉRIE “BRASIL EM CONSTITUIÇÃO” DO JORNAL NACIONAL	99

6.1	ENQUADRAMENTO	100
6.2	ESTRUTURA DA REPORTAGEM	100
6.3	O ESPAÇO DOS INDÍGENAS	102
6.4	ENTREVISTADOS	102
6.4.1	Davi Kopenawa	102
6.4.2	Ailton Krenak	105
6.4.3	Mário Juruna	107
6.4.4	Coronel Nobre da Veiga	108
6.4.5	Samara Pataxó	109
6.4.6	Marcos Terena	111
6.4.7	Carlos Ayres Britto	112
6.4.8	Syratã Pataxó	114
6.4.9	Akayêrú Megahõ	115
6.4	MARCO SIMBÓLICO	116
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	122

1 INTRODUÇÃO

Como uma descendente de orientais, cresci e fui educada sob muitos costumes japoneses. Meu pai nasceu no Japão e veio ao Brasil com meus avós, fugindo da Segunda Guerra Mundial. Minha mãe, nasceu aqui, mas a história da família é bem parecida. Como descendente de orientais sofri preconceitos e era capaz de ver muitos estereótipos colocados sobre nós, amarelos. Também recebi, durante meus estudos na infância e adolescência, a formação repassada pelos brancos, essa que ensina que o Brasil foi “descoberto”.

Durante toda minha infância e adolescência morei em um pequeno sítio na cidade de Tamarana, a cerca de 12 km da Terra Indígena Apucarantina. Meus pais, algumas vezes, prestaram serviços a eles, pois tínhamos uma trilhadeira de grãos e eles solicitavam o equipamento para ajudar com a produção de arroz. Outras vezes, participamos das festas e rodeios que ocorriam na Terra Indígena. Então sempre os via, seja na cidade, passando pelas estradas, ou na própria aldeia. E este foi o principal motivo que levou ao interesse pela pesquisa da temática indígena para ingressar no mestrado.

Fiz todos os meus estudos em escola pública e ingressei no curso de jornalismo na Universidade Estadual de Londrina, aos 17 anos. No segundo ano da faculdade, com 19 anos, fui convidada a trabalhar na Rede Paranaense de Comunicação (RPC), em Londrina, afiliada da Rede Globo no Paraná, como assistente de operações no Jornalismo. Eu operava o teleprompter e fazia serviços administrativos. Hoje, aos 32 anos, sigo na mesma empresa, atualmente como editora executiva, mas antes passei também pela função de editora. Durante a pandemia fui demitida e passei cinco meses trabalhando em outra emissora de TV, a TV Tarobá, afiliada da Rede Bandeirantes. Enfim, entre essas mudanças, já são mais de 14 anos trabalhando com o jornalismo audiovisual, em específico a televisão. Por isso, a decisão de não me afastar desse campo na pesquisa a ser desenvolvida no mestrado.

Estudar a temática indígena é algo que todos nós deveríamos fazer. Essa é a certeza e constatação que levo ao longo dos dois anos em que fiz o mestrado. Garanto que muitos, assim como eu pensava, imaginam que sabem muito sobre esses povos. Mas tenho certeza de que ao se aprofundarem, descobrirão quão rica é a história dos povos indígenas, e ao mesmo tempo quão sofrida. Digo isso porque hoje vejo como tudo o que nos foi passado era permeado por uma visão

eurocentrista e que nós só percebemos após passar por esse processo que eu diria, nos abre os olhos, nos faz ver a nossa própria história e nossa vida de outra forma.

Ao longo desse processo, fui levada a campos nos quais jamais tinha estado e a refletir sobre temas como binarismo, colonialidade, e tive a grata oportunidade de conviver com estudantes indígenas no Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica dos Estudantes Indígenas da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Nesta experiência pude conhecer um pouquinho mais sobre seus territórios, as etnias, as disputas, o amor pela cultura e tradições. Foi uma experiência que, além de enriquecer a minha pesquisa, possibilitou um enriquecimento e crescimento pessoal.

Esse foi um dos primeiros passos para a construção desta dissertação, afinal, entendo que a pesquisa deve envolver não só os estudos bibliográficos, mas a experiência da vivência pessoal. Percebi que a imagem que eu mesma construí dos indígenas ao longo da minha vida era uma imagem cheia de estereótipos e o quanto isto poderia influenciar negativamente no meu trabalho como jornalista.

A partir desta experiência de decolonização, avistei o que buscava: compreender as trajetórias indígenas como sujeitos comunicacionais no jornalismo hegemônico. Para isso, proponho analisar como os indígenas vieram ocupando o espaço na mídia, em específico do telejornalismo, ao longo da história do país. Afinal, quais foram as trajetórias traçadas por eles, quais as dificuldades para conseguir um lugar de fala no telejornalismo, já que foram tão silenciados desde a colonização. Desdobrando essa intenção, busquei identificar os sujeitos que protagonizaram a participação indígena como fonte jornalística, destacando a presença e falas indígenas na mídia hegemônica televisiva e observando como os movimentos coletivos indígenas contribuíram para a participação indígena no jornalismo audiovisual.

Sabe-se que a temática indígena vem se destacando no cenário nacional. Com o advento da internet, os indígenas passaram a ocupar um lugar de protagonismo na rede, construindo, por diversas vezes, produtos audiovisuais que trazem visibilidade à cultura e a realidade dos povos indígenas contemporâneos. Mas, na mídia hegemônica esse protagonismo está longe de ser o ideal.

Historicamente, o Brasil possui diversos grupos chamados de minoritários, ou seja, aqueles que por algum motivo ficaram marginalizados, seja por algum preconceito étnico-racial, de classe social ou de gênero. Entre estes grupos

estão os povos indígenas. No telejornalismo, a pauta indígena disputa espaço com outros assuntos, tornando-se reportagem apenas quando os jornalistas acreditam que o assunto seja de “relevância”. “São os valores notícias que dão conta de vozes outras, encadeadas nos critérios de noticiabilidades jornalísticas e que estabelecem as redes de memórias envolvidas e constituídas a partir de condições de controle da sociedade.” (SENA, 2014) Foram estes critérios que fizeram com que a representação dos povos indígenas, principalmente na mídia hegemônica, fosse permeada pela visão eurocentrista e com que eles fossem marginalizados e silenciados, principalmente no período desde a Colonização até a Ditadura Militar, anterior à promulgação da Constituição.

Por outro lado, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, em 2022, mais de 94% dos domicílios brasileiros possuíam, ao menos, um aparelho de televisão, o que demonstra o fácil acesso do povo brasileiro ao conteúdo da TV aberta. Deste modo, a televisão mostra-se como um meio que pode ajudar a transformar imaginários a fim de recriar os modos de ver os povos originários.

O telejornalismo assume uma posição de importância, principalmente em relação a sua função social, como explica Itania Maria Mota Gomes, baseada nos conceitos de Raymond Williams (1997). Para a autora, telejornalismo é uma forma cultural e uma instituição social:

A televisão é, ao mesmo tempo, uma tecnologia e uma forma cultural, e o jornalismo, uma instituição social. O telejornalismo é, então, uma construção social, no sentido de que se desenvolve numa formação econômica, social, cultural particular e cumpre funções fundamentais nessa formação. A concepção de que o jornalismo tem como função institucional tornar a informação publicamente disponível e de que o faz através das várias organizações jornalísticas é uma construção: é da ordem da cultura o jornalismo ter se desenvolvido deste modo em sociedades específicas. (GOMES, 2011, p.19)

Desta forma, esse estudo justifica-se uma vez que propõe uma discussão sobre a construção do indígena como sujeito comunicacional, isto é, a conquista do espaço midiático pelos indígenas no telejornalismo brasileiro. Desta forma, ao analisar as trajetórias indígenas em destaque na história do Brasil, o estudo demonstra relevância ao refletir sobre como o indígena construiu um espaço de representação na mídia hegemônica e sobre a necessidade de um discurso telejornalístico que seja articulador da interculturalidade e decolonialidade, em uma

abordagem mais dialógica de representação.

Pressupõe-se que a imagem projetada destes povos carregou a essência da colonialidade, reproduzida ao longo dos anos também pela televisão. Porém, parte-se também da conjectura de que, apesar de pequenas, houve mudanças na forma de representação dos povos originários, principalmente nos últimos anos, tendo alguns sujeitos como protagonistas nesta trajetória e conquistando lugar de fala no noticiário jornalístico.

Para fundamentar a realização deste estudo será utilizada uma pesquisa de natureza qualitativa, a partir de dados secundários, pautada em uma metodologia de caráter exploratório, baseada na revisão documental acompanhando a trajetória dos sujeitos indígenas como sujeitos comunicacionais. Nesse sentido, a pesquisa se apropria do conceito de netnografia como método de pesquisa. Segundo Christine Hine (2005), uma das autoras referências neste assunto, a netnografia, também conhecida como etnografia virtual, é uma metodologia científica utilizada para observar comunidades presentes na internet. O termo conserva relação com a etnografia por estudar grupos ou culturas, não no habitat físico, mas sim por estudar essas comunidades culturais sem uma localização física fixa, que estão alocadas no ciberespaço. Hine (2015) afirma que a internet existe como objeto cultural e como uma forma prática de fazer as coisas, não sendo, porém, estável. Por isso, não é possível encontrar uma solução única para implementar a etnografia para a internet. Segundo a autora, o etnógrafo está em uma espécie de mundo intermediário, sendo ao mesmo tempo um estranho e um nativo, pois necessita ter fundamento tanto da cultura que estuda, como manter um olhar de estranhamento em relação ao que observa. A etnografia virtual passa a ser assim, segundo Hine (2000), uma metodologia que “serve para explorar as complexas relações existentes entre as afirmações previsíveis das novas tecnologias em diferentes contextos, como jogos, espaços de trabalho, meios de comunicação de massa, etc.” (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008, p. 6)

Desta forma, a netnografia pode ser entendida como uma “pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal” (KOZINETS, 2014, p. 61 e 62). Já para Noveli (2010, p. 109), a netnografia nasce da necessidade da academia de abordar um “novo” espaço, o virtual, o *online*, que não

está necessariamente separado do espaço físico, mas são complementos, ou continuidade uma da outra.

Importante destacar que esta pesquisa, no entanto, não pretende colocar a pesquisadora com um olhar de distanciamento, ao contrário, me coloco como sujeita implicada. Nesse sentido, poderíamos nos aproximar da ideia de uma cartografia, já que a pesquisa tornou-se uma oportunidade para olhar para minha própria trajetória e atuação como jornalista e redimensionar o lugar onde estão meus pés neste momento em que realizo essa netnografia.

O jornalismo e a diversidade de atores e transformações que o acompanham fazem ser necessárias pesquisas que entrelaçam conhecimentos interdisciplinares, de áreas que tradicionalmente se dedicam aos estudos da sociedade, da cultura e do mundo do trabalho, como a sociologia e a antropologia. (MENESES; MASTRELLA; COSTA, 2002, p. 134) Para essas autoras, “quando analisada a partir de outras áreas do conhecimento, a etnografia tem a tendência de se constituir somente como um método para se buscar dados, utilizado de forma mais instrumental” (MENESES; MASTRELLA; COSTA, 2002, p. 135). Kozinets (1998) vai ao encontro deste pensamento ao afirmar que esta é uma das três maneiras de utilizar a netnografia: como ferramenta exploratória para estudar tópicos em geral. No caso desta pesquisa a utilização da netnografia se dará de acordo com estes conceitos, como um método de busca dados, que será feito a partir da definição de personagens indígenas importantes na história do país e pela pesquisa de dados relacionados a estes nomes na internet, além de uma análise da reportagem da série “Brasil em Constituição”. De acordo com Kozinets (2014), as fontes de informações ou instrumentos de coleta de dados podem ser fóruns, bate-papos e grupos de notícias, como também blogs, comunidades audiovisuais, fotográficas e de *podcast*, mundos virtuais, jogadores em rede, comunidades móveis e *websites* de rede sociais. Os dados qualitativos têm grande diversidade e, segundo Gibbs (2009), podem incluir qualquer forma de comunicação humana – escrita, auditiva ou visual, como por exemplo: entrevistas individuais ou grupos focais on-line, observação participante etnográfica, páginas na internet, gravações de vídeos, *podcast*, documentos e arquivos virtuais e diários e *blogs*. Deste modo, este trabalho concentra a maior parte de sua investigação na coleta de dados através destes documentos digitais, que podem aqui ser entendidos como *websites*, páginas pessoais e institucionais, portais de notícias, jornais e artigos *online*. A partir destes documentos será feito o

acompanhamento da trajetória de alguns sujeitos indígenas como sujeitos comunicacionais no jornalismo hegemônico. Dessa maneira, a etnografia virtual perpassa a apropriação da comunicação pelos povos originários, estabelecendo a ligação entre comunicação e a sua dimensão social e política, que reverberam no contexto social.

Nesse sentido, a pesquisa foi instigada, a princípio, por estudar como os povos indígenas foram tratados como fontes no telejornalismo. O objetivo era trazer reportagens que tiveram os indígenas como personagens e retratar, paralelamente a um trabalho jornalístico, a história de cada um. Desde o início da pesquisa houve uma grande dificuldade, pois ao mesmo tempo em que se estudava o tema, era preciso também passar por um processo de decolonização, cuidando para que o tratamento do tema tivesse esse deslocamento. Apresentou-se nesse sentido um desafio, pois ao mesmo tempo em que se exercia a profissão de jornalista, conhecendo as realidades de uma redação, revelaram-se dificuldades, assim como oportunidades de transformação nos processos de produção telejornalística envolvendo os povos originários.

Neste texto, primeiramente buscou-se identificar personagens que foram importantes neste processo ao longo da história do Brasil. Optou-se pela escolha de alguns períodos históricos para delimitar o estudo. Inicialmente, o período regido pela tutela, quando os indígenas não tinham autonomia para falar sobre si. Depois, o período da Constituinte até a Promulgação da Constituição Brasileira de 1988 e, por fim, o período após a promulgação da Constituição.

A partir disso iniciou-se buscas na internet de materiais jornalísticos que retratassem tais períodos e personagens, e que estivessem disponíveis gratuitamente, ou seja, acessível a qualquer pessoa. Tratou-se de uma busca complexa e bastante trabalhosa, pois envolvia encontrar esses documentos na internet e de fontes confiáveis. Em um primeiro momento, para estudar o período de tutela, constatou-se a escassa quantidade de documentos acessíveis da época da Ditadura Militar, por exemplo. Houve uma grande dificuldade em encontrar materiais abertos disponíveis, principalmente no telejornalismo. No site “Memória Globo”, onde estão acessíveis reportagens da emissora, ao digitar na busca por “Mário Juruna” encontramos apenas a produção referente ao Globo Repórter produzido em 1984, que será utilizado na pesquisa. A escassez de arquivos forçou, então, por buscar materiais em jornais impressos, sendo que o jornal “O Globo” mantém o acervo disponível na

internet, consistindo dele boa parte das reportagens que embasaram o primeiro capítulo. Mesmo assim, tratou-se de uma busca complexa pela pequena quantidade de materiais e que poderiam não abranger a totalidade do tema.

A partir da segunda parte da pesquisa, ao tratar dos indígenas na Constituinte e no período pós Constituição, foram selecionadas as reportagens veiculadas em mídias hegemônicas, dando-se preferência pelas reportagens do g1 ou reproduzidas pela TV Globo. Entendeu-se que, apesar dos riscos, seria necessário delimitar o campo de estudo, além do fato de serem arquivos abertos e pela pesquisadora conhecer os processos de produção de uma afiliada da Rede Globo. Além disso, o acesso a estes materiais seria mais fácil e, em maior quantidade, possibilitando uma compreensão melhor do estudo. A partir das reportagens escolhidas, priorizou-se destacar as falas de entrevistas dos indígenas nessas reportagens, sendo esta uma das vantagens da netnografia: a possibilidade do pesquisador pode utilizar-se da transcrição de entrevistas e interações. Isso será feito ao longo da pesquisa na tentativa de apresentar os diferentes discursos dos povos originários na mídia hegemônica ao longo da história, evidenciando a voz indígena também no texto acadêmico, como uma forma de síntese desses momentos e com o objetivo de demonstrar a história sob a perspectiva dos povos indígenas e os diferentes cenários nos quais eles estavam inseridos.

Desse modo, esta pesquisa é formada primeiramente pelo capítulo *Não Humanos*, que mostra que a colonialidade, produzida durante o período colonial, persiste como lógica que rege as relações com os povos originários e se propaga de diferentes formas, uma delas o telejornalismo. O capítulo destaca principalmente o período da tutela no Brasil, no qual os indígenas eram tratados de maneira desumana, considerados incapazes civil e intelectualmente pelo Estado. A tutela implicava nas mediações das relações índios-Estado-sociedade nacional (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p.114), ou seja, o Serviço de Proteção ao Índio era “o porta-voz e o representante dos índios dentro e fora do país” (LUCIANO, 2006, p. 71). No Jornalismo a tutela implicava que os indígenas não seriam ouvidos, nem considerados como fontes jornalísticas. Destaca-se nesse período a atuação de Mário Juruna como sujeito comunicacional, primeiro deputado federal indígena, que ficou conhecido pelo uso do gravador para registrar as promessas do homem branco.

Em *Cidadãos* evidencia-se a organização dos povos originários e o surgimento dos primeiros movimentos indígenas, fundamentais para estimular o

ativismo de novas lideranças indígenas e abrir espaço para participação deles no jornalismo audiovisual, como ocorreu durante a Constituinte, onde dezenas de indígenas estiveram presentes. Um dos personagens mais importantes deste período foi o Cacique Raoni e sua história de luta nacional e internacional pelos direitos dos povos originários através da amizade com o cantor Sting, ex-integrante da banda “The Police”. Além dele, Ailton Krenak protagonizou umas das cenas mais importantes e históricas do Brasil na Constituinte, ao pintar o rosto com tinta de jenipapo e discursar na tribuna da Câmara.

Ainda neste capítulo lembra-se de Tuíra Kayapó, indígena que promoveu uma cena marcante durante as discussões sobre a construção da usina Belo Monte, colocando um facão no rosto de José Antônio Muniz Lopes, então presidente da Eletronorte. Também recorda-se da história do Índio Galdino, queimado vivo por jovens não indígenas, que alegaram ser uma brincadeira. O fato aconteceu menos de dez anos após a promulgação da Constituição e mostra que os indígenas ainda enfrentariam muitas barreiras.

Nesse sentido, no capítulo *Colonialidade no Práxis Jornalística* são feitas algumas críticas à mídia hegemônica e ao processo de fazer jornalístico, tão permeado pela visão eurocentrista e por alguns *habitués*, que por muitas vezes impediram a presença de minorias, como os povos originários, no jornalismo hegemônico. Este capítulo propõe também uma reflexão mais pessoal da autora, como profissional de televisão, entre a teoria dos autores e os modos de fazer jornalísticos, analisando com olhar dos bastidores os desafios e dificuldades em dar visibilidade a pautas envolvendo questões como as da temática indígena. Pode-se adiantar que escrever este capítulo foi um grande desafio, pois envolve a autorreflexão e autocrítica. Porém, ressalta-se a importância dele pois as ponderações consideram aproximar a mídia da academia, mostrando a visão de quem produz o jornalismo diário, está envolvido nas redações e sua *práxis*.

Em *Decolonialidade na Comunicação e no Jornalismo* trazemos as mudanças ocorridas nos últimos anos na comunicação, como o fenômeno da autorrepresentação e o surgimento dos comunicadores indígenas através do etnojornalismo. Nesse capítulo, ressalta-se também as mudanças na linguagem para se referir aos povos originários, além do protagonismo de novos indígenas como sujeitos comunicacionais e a conquista, pouco a pouco, do espaço deles na mídia hegemônica. Indígenas estes que se tornaram lideranças políticas, na cultura e de

opinião, como os influenciadores digitais, que seguem trilhando um caminho de luta pelos povos originários.

Por fim, em *Indígenas na série “Brasil em Constituição” do Jornal Nacional*, evidencia-se uma grande reportagem que teve como tema os povos originários. A seleção deste objeto se deu por se tratar de uma grande reportagem, veiculada no jornal de maior representação nacional televisiva e que abarca os indígenas como entrevistados. A análise procurou observar o enquadramento da reportagem, bem como a contextualização do momento histórico vivido no país, a seleção dos entrevistados e o espaço de fala dos indígenas, além de evidenciar o conteúdo das entrevistas em paralelo com os momentos históricos abordados ao longo da pesquisa, buscando-se compreender o posicionamento atual da mídia hegemônica no relacionamento com os povos originários.

2 NÃO HUMANOS

Na ocasião da invasão portuguesa ao território que conhecemos como Brasil, estima-se que havia cinco milhões de pessoas vivendo aqui. O processo civilizatório marcado pelo eurocentrismo determinou a forma como os povos indígenas foram tratados e retratados no país. O último levantamento do Censo no Brasil aponta para a existência de quase um milhão e setecentos mil indígenas de povos e culturas diferentes no território brasileiro (IBGE, 2023). Porém, “a sociedade brasileira majoritária, permeada pela visão evolucionista da história e das culturas, continua considerando os povos indígenas como culturas em estágios inferiores” (LUCIANO, 2006, p. 40). Durante mais de cinco séculos, os indígenas foram pensados e tratados como seres efêmeros, em transição para a cristandade, civilização, assimilação e desaparecimento (CUNHA, 2012).

A carta escrita por Pero Vaz de Caminha e enviada ao rei de Portugal pode ser considerada o primeiro exemplo deste tratamento, na qual os indígenas foram retratados como “inocentes”, que poderiam ser facilmente catequizados e impresso neles qualquer cunho que os colonizadores quisessem dar.

Além das formas de comunicação da época, a história política com os indígenas faz-se importante para conduzir os estudos desta pesquisa e para analisar as formas de comunicação atuais, pois a política embasou as formas de tratamento com os povos originários desde a invasão dos primeiros colonizadores.

Sobre a legislação indigenista [...] algumas leis são de suma importância para se compreender o longo caminho que perpassou a história da cidadania indígena no Brasil. Ressalte-se que apenas a partir das últimas décadas do Século XX é que os índios passaram a compor a ampla categoria de cidadãos brasileiros – embora ainda precisem continuar lutando para serem reconhecidos de fato pela sociedade como um todo. (BICALHO, 2010, p. 60)

Ao longo da chamada “colonização” o que se tem são episódios de barbáries cometidas contra os indígenas, muitas vezes veladas, ou simplesmente que se fazem tentar esquecer. A religiosidade era argumento para justificar a conquista dos indígenas: “para mudar costumes e valores era necessário integrar os nativos ao trabalho colonial” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p.30). Na história brasileira, também houve leis, como a de 11 de novembro de 1959 e a de 20 de março de 1750, que tornaram lícitas a escravidão dos indígenas nos casos em que eles fossem

surpreendidos em guerra, que fosse considerada pelos não indígenas como justa (BICALHO, 2010).

Eram seres inferiores, animais que não poderiam se tornar cristãos, mas podiam ser escravizados ou mortos. Esta interpretação decorria da divulgação de estereótipos sobre os povos bárbaros, sendo manipulada por colonos em proveito próprio, para legitimar as “guerras justas” e a escravidão (RAMINELLI, 1996, p. 29 apud OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 29)

Isso demonstra que os indígenas foram tratados como não humanos, desumanizados em políticas do governo ou no sentimento de superioridade da branquitude. Ribeiro (1995) afirma que a documentação colonial mostra que os indígenas cativos eram utilizados como mão-de-obra na produção de subsistência. “Para isso eram caçados nos tatos e engajados, na condição de escravos, índios legalmente livres, mas apropriados por seus senhores através de toda sorte de vivências, licenças e subterfúgios (RIBEIRO, 1995, p. 99). Esse cenário se perpetuou ao longo dos séculos, a cada nova frente de expansão.

Além da escravidão, a disseminação de doenças como varíola, gripes, tuberculose, sarampo e outras doenças virais levaram a dizimação de inúmeros povos indígenas (OLIVEIRA; FREIRE, 2006). Durante o processo colonial não existia, sejam para os indígenas aliados ou inimigos, “um reconhecimento da relatividade das culturas nem de espaços significativos de autonomia” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 35).

Em 1758 o Marquês de Pombal criou o Diretório dos Índios, que retirou o poder dos jesuítas e demais ordens religiosas sobre as aldeias indígenas. Desta forma, os povos originários tornaram-se vassallos do Reino, “perderam ‘a autonomia relativa das aldeias onde viviam’, e passaram à condição de cidadãos portugueses. As suas aldeias foram se tornando vilas habitadas por todo e qualquer indivíduo.” (BICALHO, 2010, p. 63)

Foi assim durante cinco séculos, em que portugueses e depois os brasileiros acreditaram que representavam a civilização e que os indígenas eram atrasados, portanto, cabia aos portugueses e brasileiros civilizá-los, num processo que significava que eles deixassem de ser indígenas e passassem a ser como os brancos (FREIRE, 2016). “Ocorreu um verdadeiro massacre durante esses 500 anos, com o extermínio de muitas etnias. Os índios ficaram relegados, como pertencentes

a um passado incômodo e distante do Brasil.” (FREIRE, 2016, p.19)

2.1 TUTELA

Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), que alguns anos depois viria a ser tornar apenas o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), primeiro órgão federal responsável pelos indígenas. A partir de 1916, “os indígenas passaram a ser tutelados do Estado brasileiro”, o que implicava nas mediações das relações índios-Estado-sociedade nacional (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p.114).

Com o SPI, reforça-se o caráter tutelar do Estado, fundamentado pelo Código Civil de 1916, que incluiu os índios no grupo das pessoas classificadas como “incapazes” e, acrescenta, “os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País” (BICALHO, 2010, p. 74)

Lima (2012, p. 785 e 786) explica que o povo indígena foi tomado como “infantil”, “puro”, “selvagem”, e que estes estereótipos, já presentes no senso comum europeu, “aqui se redefiniram na experiência colonial, produzindo a crença de que os povos indígenas são necessitados de ação pedagógica, de correção em seus maus usos e costumes, e de ser conduzidos à civilização.” O autor supõe “a tutela como exercício de poder – um poder que se exerce [...] sobre aqueles tomados como diferentes em termos culturais, e por isso mesmo percebidos como necessitados de um mediador para se inserirem numa comunidade nacional” (LIMA, 2012, p. 784), sendo está uma modalidade que perpetua as desigualdades sociais.

Esta ideia de incapacidade dos indígenas permeou o trabalho do SPI e a questão da tutela oficial, que não pode ser entendida como a necessidade de proteção e assistência social, mas como a incapacidade civil e intelectual dos povos originários. Desta forma, acompanhando esta concepção equivocada, o “SPI passou a ser o porta-voz e o representante dos índios dentro e fora do país” (LUCIANO, 2006, p. 71).

Em 1963 foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades de agentes ligados ao SPI contra os povos indígenas, a pedido do ministro do Interior, Albuquerque de Lima. Em 1967, o procurador federal Jader Figueiredo publicou o relatório após uma expedição que percorreu mais de 16

mil quilômetros, entrevistou dezenas de agentes do SPI e visitou mais de cem postos indígenas. O relatório apontou diversos crimes cometidos contra os indígenas, como escravidão, roubos de terra, prostituição de mulheres indígenas, assassinatos e tortura, como mostram alguns trechos do relatório extraídos a seguir:

O índio, razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana. É espantoso que existe na estrutura administrativa do País repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência. E que haja funcionários públicos, cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumanos. Torturas contra crianças e adultos, em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça. [...] Nesse regime de baração e cutelo viveu o SPI muitos anos. A fertilidade de sua cruenta história registra até crucificação, os castigos físicos eram considerados fato natural nos Postos Indígenas. Os espancamentos, independentes de idade ou sexo, participavam de rotina e só chamavam a atenção quando, aplicados de modo exagerado, ocasionavam a invalidez ou a morte. [...] O "tronco" era, todavia, o mais encontradiço de todos os castigos. Consistia na trituração do tornozelo das vítimas, colocado entre duas estacas enterradas juntas em ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lenta e continuamente. Tanto sofreram os índios na peia e no "tronco que, embora o código Penal capitule como crime a prisão em cárcere privado, deve-se saudar adoção desse delito como um inegável progresso no exercício da "proteção ao Índio". Sem ironia pode-se afirmar que os castigos de trabalho forçado e de prisão em cárcere privado representavam a humanização das relações Índio-SPI. Isso porque, de maneira geral, não se respeitava o indígena como pessoa humana, servindo homens e mulheres como animais de carga, cujo trabalho deve reverter o funcionário. [...] A crueldade para com o indígena só era suplantada pela ganância. No primeiro caso nem todos incorreram nos delitos maus tratos aos Índios, mas raros escaparam dos crimes de desvio e apropriação ou de dilapidação do patrimônio indígena. [...] Durante cerca de 20 anos a corrupção campeou no Serviço sem que fossem feitas inspeções e tomadas medidas saneadoras. [...] Mas se não é possível uma exata apuração nem por isso se deixou de averiguar serem tantos e tão horríveis os crimes, que o SPI pode ser considerado o maior escândalo administrativo do Brasil. [...] O Serviço de Proteção aos Índios degenerou a ponto de prosseguir-los até ao extermínio. Relembrem-se aqui os vários massacres, muitos dos quais denunciados com escândalo sem, todavia, merecer maior interesse das autoridades. (FIGUEIREDO, 1967)

O relatório repercutiu principalmente na imprensa internacional, que cobrava explicações do governo brasileiro sobre o caso. Já "a imprensa nacional, focada principalmente na necessidade de punição e no combate à corrupção, causou

inquietações pequenas se comparadas às críticas sistemáticas da imprensa internacional” (EVANGELISTA, 2018, p. 21).

O escândalo levou a extinção do SPI em 1967, que foi substituído pela Fundação Nacional do Índio¹ (Funai), criada em plena Ditadura Militar e controlada diretamente pelos militares, e existente até hoje.

Criada para continuar o exercício da tutela do Estado sobre os índios, a FUNAI tem os seus princípios de ação baseados no mesmo paradoxo fundador do SPI: o “respeito à pessoa do índio e às instituições e comunidades tribais” associado à “aculturação espontânea do índio” e à promoção da “educação de base apropriada do índio visando sua progressiva integração na sociedade nacional. (MAGALHÃES, 2003,85-86 apud FREIRE; OLIVEIRA, 2006, p. 131)

Na época da Ditadura Militar, os indígenas também foram vítimas de um grande genocídio no Brasil. O documentário Resplendor (2019) mostra a existência de um campo de concentração indígena, chamada de Reformatório Krenak, na cidade de Resplendor (MG), de 1969 a 1972. Para lá foram levados indígenas de todos países que eram aprisionados e torturados e impostos à vigilância dos militares. “Esses ‘campos de concentração’ foram criados pelo Estado brasileiro para confinar indígenas de todas as regiões do país e, assim, facilitar o esbulho das terras indígenas (TI’s)” (OLIVEIRA, 2021).

O documentário mostra como funcionou esse campo de concentração e aponta que ao menos 86 indígenas foram aprisionados. Não havia critérios para a prisão. Os documentos obtidos durante a Comissão da Verdade, instalada em 2011 para investigar crimes cometidos durante a Ditadura Militar, mostram motivos como “vadiagem”, “anormal”, “demasiadamente lerda”, “embriaguez” e “uso de entorpecentes”. A ideia era criar uma lógica para que as lideranças pudessem ser presas e assim, desestabilizar qualquer movimento indígena. (RESPLENDOR, 2019)

Um dos indígenas que foram presos foi João Batista Oliveira, da etnia Krenak. No documentário ele relata que ajudou a construir o reformatório, sem saber que seria preso e ficaria ali por um ano.

Eles chamavam nós pra ajudar, dar uma mão. [...] Nós *pensava* pra que isso, mas ninguém sabia pra quê? Eu achava que talvez era um portão. Depois aí acabou prendendo eu mesmo lá dentro. Eu estava

¹ Em 2023 a Fundação Nacional do Índio passou a ser denominada Fundação Nacional dos Povos Originários pela Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023.

deitado em casa, eles *chegou* e me *chamou*: “Ah o cabo tá te chamando.” Aí eu fui lá, pra ver o que o cabo queria e me prenderam. [...] A desculpa que eles deram, eles falaram que eu estava bêbado, mas como é que eu *tava* bêbado deitado na minha casa? Um ano eu fiquei preso. [...] Era vigiado por cachorro policial, igual fosse um porco do mato. Tudo com revólver, metralhadora, carabina. (OLIVEIRA, 2019)

Após o fechamento do reformatório, os indígenas Krenak foram removidos à força para a Fazenda Guarani e só puderam retornar à sua terra de origem, em Resplendor, em 1980. O relatório da Comissão Nacional da Verdade revelou esta e outras violações aos direitos humanos dos povos originários e estimou que mais de oito mil indígenas foram mortos durante a Ditadura Militar.

Em 1973 foi criado o Estatuto do Índio. Um dos artigos mais importantes deste Estatuto previa que a demarcação das terras indígenas fosse realizada num prazo de cinco anos. O processo de demarcação de terras, conforme relata o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no livro “Brasil: 500 anos de povoamento”, avançou de forma articulada ao conceito de etnias, resultado dos maiores conhecimentos antropológicos adquiridos sobre os índios e a etnicidade dos grupos indígenas, “superando-se pouco a pouco a noção genérica de índio, via de regra estereotipada do índio” (IBGE, 2007, p. 55). É preciso dizer, porém, que mesmo atualmente, a demarcação total de terras segue longe de se concretizar, assim como o extermínio dessa visão estereotipada.

A demarcação de terras é uma das funções da Funai, que descreve, em seu site oficial, que sua missão institucional “é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil” (FUNAI, 2020), cabendo ao órgão “promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas” (FUNAI, 2020). A Funai tem ainda a função de estabelecer “a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas.” (FUNAI, 2020)

Porém, ao longo de sua história a Funai “tem sua trajetória marcada pela desconfiança por parte dos indígenas e por críticas por parte do Estado e de setores da sociedade civil.” (BICALHO, 2010, p. 75)

Quase nunca se privilegiou o diálogo respeitoso entre os índios e o órgão oficial que o representava e ainda representa. [...] Em vários

momentos a Fundação foi acusada de não privilegiar os interesses dos indígenas em detrimento dos interesses do Governo e de setores empresariais do agronegócio, das mineradoras, das madeireiras, etc. (BICALHO, 2010, p.77)

A dificuldade de diálogo e comunicação entre os indígenas e a Funai se dá, muitas vezes, porque o “pensamento do tutelado, suas ações, crenças e capacidade de julgamento são permanentemente desautorizados pelo tutor” (LIMA, 2012, p. 785), que conjectura e pressupõe que aquilo que se refere ao tutelado é imperfeito ou está errado.

Um dos casos mais recentes envolvendo os problemas de representação da Funai foi o do assassinato do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Philips. Os dois foram mortos em junho de 2022 no Vale do Javari, no Amazonas. O motivo dos homicídios foi a pesca ilegal na região, segundo as investigações da Polícia Federal. O caso levou também a exoneração do então presidente da Funai, Marcelo Xavier. Ele também foi indiciado por homicídio qualificado e ocultação de cadáver, pois a Polícia Federal entendeu que Xavier foi negligente, porque tinha conhecimento da ação dos bandidos e não tomou medidas para evitar a ação dos pescadores ilegais, assumindo os riscos para que os crimes ocorressem na região.

Luciano (2006) ressalta a figura do Estado tutelador através da Funai, trazida como “pai e mãe”, onde o indígena é visto como uma vítima, um coitado que precisa de um tutor para protegê-lo, defendê-lo e ajudá-lo a se desenvolver e sobreviver. De 1916 a 1988 este Estado tutelador e controlador agiu sobre os povos indígenas através do SPI e da Funai, até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

2.2 A TUTELA E O JORNALISMO

A visão eurocêntrica sobre os povos indígenas permeou políticas que contribuíram para a difusão, através dos meios de comunicação, de uma imagem estereotipada sobre os povos originários. Uma destas políticas foi a tutela, que pressupõe que ao tratar de temáticas indígenas, a imprensa deve obrigatoriamente buscar as fontes oficiais, sem a escuta dos próprios sujeitos indígenas. Desta forma, “o aparato tutelar era empregado pela Funai para impedir qualquer mobilização dos índios em face do Estado” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 193). Isso fez com que a

mídia, principalmente a televisiva, não tratasse da questão indígena corretamente ao longo dos anos. “De maneira distorcida, estereotipada e banalizada a imagem do indígena é passada na TV e isso faz com que aqueles que só conhecem a cultura indígena de só ouvir falar, vão acreditar que o indígena é só aquilo que a TV mostra.” (FERRAZ, 2009, apud SAMPAIO, 2010, p. 35)

Cardoso de Oliveira (2006) afirma que o diálogo entre os povos originários e não indígenas, mediada pelo Estado, fica comprometido, mesmo em plena democracia, pois a interpretação do discurso indígena é regida pelas regras do discurso hegemônico. O estudo do autor evidencia os problemas da tutela na produção jornalística e a necessidade de dar espaço e voz aos indígenas, permitindo que eles mesmos possam ser tidos como fontes nas coberturas da mídia.

Durante o período regido pela tutela e por muito tempo os indígenas ficaram numa posição sem significância social, como submissos, subalternizados e silenciados. Nem mesmo os caciques e líderes indígenas, ocupando posições de poder dentro de suas comunidades, tinham poder de fala. Ficaram nessa posição periférica com a sociedade. (MELO, 2003)

Este sujeito silenciado, passivo, tem seu discurso rebaixado pelo discurso do outro: alguém se apresenta e fala em seu lugar, diz o que o sujeito deveria falar, poderia falar ou talvez não quisesse falar; enfim, este outro fala o que lhe convém falar. Aqui, o silêncio não é a ausência de palavras, mas a escolha de palavras que produzam o sentido que se quer, apagando outros possíveis sentidos, interditando um dizer. (MELO, 2003, p. 83)

Devido a tutela, os indígenas não eram ouvidos pela mídia e por isso mesmo, poucos arquivos se têm da participação indígena nos telejornais das décadas de 80 e 90. Um dos poucos casos que ganharam repercussão e que evidencia os problemas do regime de tutela no país foi do cacique Mário Juruna. A trajetória de Juruna abriu espaço para discussões sobre o tratamento aos indígenas no Brasil e no mundo, sendo ele um dos sujeitos comunicacionais pioneiros na mídia hegemônica e no protagonismo pela luta dos direitos indígenas no país.

2.2.1 Mário Juruna

Mário Juruna nasceu em 3 de setembro de 1943, na Terra Indígena de Namunkurá, próximo a Barra do Garças, no estado do Mato Grosso. O indígena

janeiro de 1977, o título diz: “Xavante com gravador quebra a rotina no Palácio do Planalto”. A reportagem afirma que “O Índio Juruna leva sempre seu gravador para os contatos com as autoridades em Brasília, deixando claro que precisa gravar as conversas para dar conta à sua tribo.” (O GLOBO, 1977)

Em 1980, Juruna esteve envolvido em um dos casos mais conhecidos sobre os problemas do regime de tutela no país. O cacique foi convidado a participar do IV Tribunal Bertrand Russell, um fórum livre internacional de Roterdã, na Holanda, como membro do júri de audiências que convocavam para analisar crimes de etnocídio e genocídio contra indígenas em toda a América. Juruna foi proibido pelo Ministério do Interior e pela Funai de sair do país para participar do Tribunal e impedido de ter um passaporte devido à sua condição de tutelado, “relativamente incapaz” (GRAHAM, 2011), como mostra a imagem abaixo do Jornal “O Globo”, de 30 de outubro de 1980. Ressalta-se que, apesar da reportagem ser de um jornal impresso, que não é objeto desta pesquisa, o conteúdo nela presente é de extrema importância documental para compreender o regime de tutela no país. De acordo com a reportagem, “o Conselho Indigenista considerou, entre outros pontos, que não integra a cultura indígena tradicional o hábito de o índio pronunciar-se ou falar em nome de outros índios”. (O GLOBO, 1980)

Figura 2 – Jornal “O Globo” de 30 de outubro de 1980

Funai proíbe participação de Juruna no Tribunal Russell

BRASILIA (O GLOBO) — A Funai divulgou ontem nota informando que, reunido na semana passada, o Conselho Indigenista decidiu, por unanimidade, proibir a participação do cacique xavante Mário Juruna nas sessões do 4.º Tribunal Bertrand Russell, que se reunirá em Rotterdan, na Holanda, de 24 a 30 de novembro, quando analisará o problema de etnocídio e genocídio dos povos das Américas.

Segundo a nota, o Conselho Indigenista considerou, entre outros pontos, que não integra a cultura indígena tradicional o hábito de o índio pronunciar-se ou falar em nome de outros índios. Ao saber da decisão, Juruna — que foi convidado a ser um dos 50 jurados do tribunal — comentou que a Funai não é sua proprietária e “o brasileiro pode andar por onde quiser”.

TEMAS

“Além disso” — acentua a nota — acresce o fato de o Brasil não reconhecer ao Tribunal Bertrand Russell jurisdição e competência para os julgamentos a que se propõe. A nação brasileira dispõe de um Poder Judiciário, constitucionalmente organizado e capaz de apreciar qualquer lesão aos direitos individuais. Os silvícolas, de acordo com a Lei 6001, são partes legítimas para pleitearem a defesa de seus direitos em quaisquer instâncias judiciais.”

Dos 13 membros do Conselho Indigenista da Funai, apenas sete compareceram para a última reunião. Votaram contra a participação de Mário Juruna o indigenista Orlando Villas-Boas, Jaime Vinturel, Jaime Albuquerque, Francisco Guimarães, Jorge Nova da Costa, Charloti Emeric e Mário A. P. de Moraes.

O Brasil levará quatro temas para o tribunal: “Rio Negro”, que será apresentado por Márcio Souza;

“Mangueirinha (PR)” pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Sul; “Janomani” e “Nambiquara”. O presidente e o vice-presidente do Cimi, dom José Gomes e dom Tomás Balduino, participarão como depoentes.

ENVENENAMENTO

Sobre o envenenamento de quatro crianças xavantes da reserva de Parabubure (MT), na primeira quinzena deste mês, denunciado pelos caciques Celestino, João e Cipriano, a Funai divulgou nota dizendo que ainda não está confirmada a suspeita de que as águas do Córrego Parabubure, que atravessa a reserva, estejam contaminadas.

“Exames das águas do córrego, realizados pelo Instituto Nacional de Criminalística do Departamento de Polícia Federal, em Brasília, a pedido da Funai, tiveram resultado negativo. Está sendo aguardado o resultado do exame da terra recolhida na reserva que está sendo realizado em São Paulo” — diz a nota.

A Funai informou que, de janeiro a outubro, morreram cinco crianças naquela área indígena por motivos diversos. Neste mês, morreu uma criança com sintomas de gastroenterite causada por agente etiológico não determinado. Observou que uma outra criança xavante apresentou sintomas de intoxicação e foi transferida imediatamente para Brasília onde, depois de medicada, está fora de perigo. Acentua que, tendo em vista estes últimos dois fatos, a Funai, depois de recolher a água para exame no último dia oito, determinou que a comunidade indígena de Parabubure fosse levada para Araguaçu (MT), onde todos foram submetidos a rigoroso exame médico.

Mário Juruna, porém, desmentiu a Funai, afirmando que as crianças morreram e foram enterradas de acordo com o ritual tribal.

— Isto é um escândalo — acrescentou. — A Funai está mentindo. As crianças morreram e a água do córrego está envenenada. O cacique Celestino me disse que todos os caciques estão doentes agora, mas que, quando ficarem bons, vão retirar todas as pessoas da Fazenda Xavantina, que está na área indígena.

Fonte: O Globo (1980)

Em outra reportagem, datada de quatro de novembro de 1980, o jornal estampa que o então ministro do Interior, Mário Andreazza, havia reiterado o veto para a viagem de Juruna, alegando em sua justificativa as questões de tutela.

O ministro insistiu em que não há razão para o envio de um representante, já que o tribunal não é reconhecido pelo Brasil: "E o cacique Juruna, como um tutelado, não poderia mesmo ser esse representante", acrescentou. Andreazza disse desconhecer a concessão de licença para a viagem, que teria sido dada, na última semana, pelo presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga: - Juruna não irá porque, se nem a Funai nem o Governo brasileiro se farão representar, não há razão para um tutelado se fazer representar, reafirmou. (O GLOBO, 1980)

Naquela época, o cacique Xavante já denunciava problemas relacionados a representatividade dos indígenas pela Funai. "A Funai acha que eu não represento nada, mas, na verdade, eles é que não tem condições de representar os índios. A Funai não respeita as lideranças indígenas e quer me derrubar, impedindo-me de viajar, como se eu fosse funcionário deles." (JURUNA, 1980)

Figura 3 – Jornal "O Globo" de 4 de novembro de 1980

Ministro reitera veto à viagem do cacique Juruna

BRASILIA (O GLOBO) — O ministro do Interior, Mário Andreazza, reiterou ontem que não será autorizada a ida do cacique xavante Mário Juruna à Holanda, para participar, como jurado, das sessões do 4º Tribunal Bertrand Russel, que examinará o problema do etnocídio e genocídio dos povos das Américas.

Em Curitiba, Juruna anunciou que vai procurar o presidente João Figueiredo para conseguir licença para a viagem: "A Funai acha que eu não represento nada, mas, na verdade, eles é que não têm condições de representar os índios. A Funai não respeita as lideranças indígenas e quer me derrubar, impedindo-me de viajar, como se eu fosse funcionário deles".

NÃO RECONHECE

O ministro Mário Andreazza, ao explicar a razão do veto à viagem de Juruna, disse que "o Governo brasileiro não reconhece nem a existência nem a competência daquele tribunal para o julgamento de sua política indigenista".

Com base nessa argumentação, o ministro insistiu em que não há razão para o envio de um representante, já que o tribunal não é reconhecido pelo Brasil: "E o cacique Juruna, como um tutelado, não poderia mesmo ser esse representante", acrescentou.

Andreazza disse desconhecer a concessão de licença para a viagem, que teria sido dada, na última semana, pelo presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga:

— Juruna não irá porque, se nem a Funai nem o Governo brasileiro se farão re-

presentar, não há razão para um tutelado se fazer representar, reafirmou.

Juruna assegurou que irá à Holanda: "Eu vou como brasileiro, para contar a situação miserável em que vive hoje os índios no País".

Para ele, a negativa da Funai em conceder licença à sua viagem é a própria condenação do órgão: "A Funai está sujando seu nome".

Juruna informou que voltará a Brasília, quinta-feira próxima, para tentar uma audiência com o coronel Nobre da Veiga, que se recusou a recebê-lo na semana passada. Caso haja nova recusa, ele disse que procurará então o ministro Mário Andreazza e, depois, o presidente Figueiredo.

O cacique xavante considerou a gestão Nobre da Veiga "a pior administração que a Funai já teve, pois ele não entende nada de índio". Juruna criticou o excesso de funcionários lotados na sede do órgão, em Brasília — cerca de 300, segundo sua estimativa — em detrimento de "uma ajuda efetiva às comunidades indígenas".

Em São Paulo a Comissão Pró-Índio encaminhou telegrama ao presidente Nobre da Veiga, lamentando a demora na entrega da documentação necessária para que o cacique Mário Juruna viaje para participar do 4º Tribunal Bertrand Russel, que analisará a situação das minorias indígenas. A comissão pede que o passaporte seja concedido imediatamente.

A presidenta da Comissão Pró-Índio, antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, disse que, "esse episódio representa um abuso de poder pela Funai que, como sempre, não se coloca como tutora, que deveria ter identidade de interesse com relação a seus tutelados".

Fonte: O Globo (1980)

A saga de Juruna para participar do Tribunal de Russel foi parar no Tribunal Federal de Recursos (TRF), com um pedido de habeas-corpus solicitado pelo então deputado federal José Costa (PMDB-AL), a fim de que se discutisse os direitos e limites da tutela. A reportagem de 21 de novembro de 1980 mostra que o TFR havia negado a liminar para que Juruna viajasse para Holanda. Segundo “O Globo” (1980), “a existência de três autoridades coatoras e a tese de que Juruna é incapacitado para viajar, devido a condição de tutelado, pesaram muito na decisão do TFR.” A reportagem ressalta ainda que a Corte do TRF foi “alertada” pelo subprocurador-geral da República, Geraldo Fonteles, para o fato de Juruna ser “incapacitado pessoal para deixar o País”.

Figura 4 – Jornal “O Globo” de 21 de novembro de 1980

TFR nega liminar para Juruna viajar à Holanda

BRASILIA (O GLOBO) — O Tribunal Federal de Recursos (TFR) negou ontem, por 15 votos contra sete, o pedido de liminar requerido em habeas-corpus pelo deputado federal José Costa (PMDB-AL) em favor do cacique Mário Juruna, para que ele pudesse viajar à Holanda e participar, como jurado, do IV Tribunal Bertrand Russel.

A negativa da liminar, contudo, ainda não é a palavra final do TFR sobre a ida ou não do líder xavante à Holanda: a decisão poderá ser proferida até terça-feira, em sessão extraordinária, quando os ministros do tribunal julgarão o mérito do habeas-corpus. Eles esperam apenas receber as informações solicitadas ao ministro do Interior, Mário Andreazza.

Andreazza, o diretor do Departamento de Polícia Federal, coronel Moacir Coelho, e o presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga, são apontados nos processos de Juruna como autoridades coatoras. Esse fato — existência de três autoridades coatoras — e a tese de que Juruna é incapacitado para viajar devido à sua condição de tutelado, pesaram muito na decisão de ontem do TFR.

O subprocurador-geral da República, Geraldo Fonteles, alertou a Corte para o fato de Juruna ser “incapacitado pessoal para deixar o País”, enquanto o relator do processo, ministro Adhemar Raimundo, arguiu a tese de que “é preciso que a União seja ouvida, para saber na realidade de quem é a autoridade coatora”. Já o ministro Aldir Passarinho fazia uma veemente defesa da liberdade de Juruna.

— O cacique Juruna é um homem livre. E, como tal, tem o direito de viajar à Holanda e participar do Tribunal Russel, expondo todas as violências sofridas por seu povo, ao mesmo tempo em que engrandecerá no exterior o nome do Brasil, dizendo a verdade, somente a verdade — disse o ministro.

INSATISFAÇÃO

Declarando-se insatisfeito com o resultado do julgamento e com o terno que vestia para assisti-lo, o cacique Mário Juruna disse, ao final da sessão, que ainda espera confiante a decisão do TFR sobre sua ida à Holanda.

— Eu já assisti — afirmou Juruna — a vários julgamentos de criminosos, julgamentos fáceis, e não entendo porque o meu caso tem tanta dificuldade. Eu sou brasileiro quanto qualquer outro. Os ministros que votaram a meu favor, para que eu viaje, são amigos dos índios, querem o bem-estar dos índios.

O deputado Modesto Silveira (PMDB-RJ), que assinou o pedido de habeas-corpus para a concessão da liminar, também estava inconformado com o resultado da votação:

— O que acabamos de assistir — afirmou ele — foi uma afirmação da sociedade vencedora sobre a sociedade vencida. E preciso que se diga que a Funai que tenta impedir a viagem de Juruna é a mesma Funai que está enviando outros índios para o México, onde eles farão, evidentemente, a apologia do genocídio dos índios brasileiros.

O pai de Mário Juruna, Apoena Sereje, muito nervoso, disse que “o presidente da Funai não deixou o Juruna viajar porque ficou com medo dele contar tudo que estão fazendo contra os índios no Brasil”.

— Fiquei muito bravo com a Funai. Esse presidente não é bom para os índios. Queremos que ele e mais três pessoas saiam da Funai e que volte o Ismarth de Oliveira. Não gostei do que esse presidente fez com o meu filho — afirmou Apoena.

Já o assessor de imprensa da Funai, Luiz Amaral, disse que a decisão do TFR “comprova o bom fundamento da medida tomada pelo Conselho Indigenista do órgão, que desaconselhou a ida do cacique à Holanda”.

Fonte: O Globo (1980)

O TRF concedeu a Juruna autorização para viajar em 28 de novembro de 1980. E o líder Xavante só conseguiu chegar no penúltimo dia dos trabalhos do Tribunal Russell. Na reportagem do “O Globo” que retratou o embarque de Juruna, o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Paulo Suess, já ressaltava a importância da decisão do Judiciário como um marco histórico de quebra dos paradigmas da tutela e a democratização dos direitos dos povos indígenas, que

mais tarde viria a se consolidar legalmente com a Constituição de 1988, como mostraremos no capítulo 3. “A Funai deve reconhecer que o Judiciário interpretou a tutela de maneira diferente politicamente. A decisão do TFR e a própria viagem de Juruna são dois fatos indiscutivelmente importantes para o atual momento brasileiro. Só assim se discute a democracia.” (O GLOBO, 1980)

Figura 5 – Jornal “O Globo” de 29 de novembro de 1980

Juruna recebe passaporte e viaja para a Holanda

BRASILIA (O GLOBO) — Depois de ter sido proibido de sair do País pelo Ministério do Interior e pela Fundação Nacional do Índio (Funai), o cacique Mário Juruna embarcou ontem, às 23h30m, para a Holanda, onde irá prestar os últimos trabalhos do 4º Tribunal Bertrand Russel, que se encerra amanhã, em Roterdã. O direito de obter passaporte e viajar para onde quiser lhe foi garantido pelo Tribunal Federal de Recursos, que concedeu “habeas corpus” impedindo em favor do líder xavante, objetivando permissão para sua viagem.

Durando o “muito empenhado”, Juruna deixou “um grande abraço para todos os amigos e os que lutaram” para que ele conseguisse viajar e, às 19 horas, embarcou para o Rio, de onde seguirá para a Europa, sua chegada está prevista para hoje, às 10h30m, em Madrid, onde a empresa KLM arrastará seu voo para Amsterdã somente para levá-lo à Holanda. As 15 horas, Juruna desembarcará em Roterdã.

“A BATALHA”

O líder xavante passou todo o dia tentando liberar seu passaporte, somente assinado, às 17h30m. O deputado José Costa (PMDB-AL), que impetrou o “habeas corpus”, em favor de Juruna no TFR, disse que “a batalha começou muito cedo”, pois às 10 horas comunicou ao delegado da Polícia Marítima, Alcega e de Fronteira, Ciro Rocha, a decisão do Tribunal. Este, no entanto, afirmou depois de algum tempo que o passaporte só seria liberado na próxima segunda-feira, em virtude da tramitação burocrática necessária.

— Isto aconteceu ao meio-dia — disse José Costa —, quando afirmei que iria entrar com pedido de salvo conduto do TFR. O delegado garantiu-me, então, que daria o passaporte às 16h30m. Como isto não havia acontecido até às 17h30m, comuniquei o fato ao presidente do TFR, ministro José Neri, dizendo-lhe que o salvo conduto seria a única forma de fazer cumprir a decisão do Tribunal.

Por volta das 18h30m, segundo José Costa, o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Mário Coelho, informou ao ministro José Neri que já havia recebido o texto comunicando a decisão do TFR e o passaporte seria liberado às 17 horas.

— Tudo foi uma tempestade num copo d'água — acrescentou o deputado — provocada pelo presidente da Funai e pelo ministro Mário Andréazza, que comprometeram a imagem do País no exterior, confirmando assim o conceito negativo sobre a política indigenista brasileira. Contudo, o passaporte de Juruna é válido por seis meses e, a partir de agora, ele poderá viajar por todas as partes do mundo quando quiser, o que provavelmente ocorrerá com certa frequência, tendo em vista os inúmeros convites que os países participantes do Tribunal Bertrand Russel já fizeram em Roterdã.

Juruna afirmou na churrascaria “Carrefour”, em companhia dos deputados José Costa e Modesto da Silveira



A mudança do embarque, Juruna olha, descontraído, para uma jovem (PMDB-RJ) — que também viajaram com ele para o Rio — de alguns jornalistas e do índio Oracel, da Aldeia de São Marcos (MT), que está encarregado de levar as notícias sobre o cacique xavante para sua comunidade. Juruna seguirá para a Holanda com o advogado Alaim Moraes.

DEVER CUMPRIDO

O ministro do TFR, Américo Lasi, que votou a favor da viagem de Juruna, estava ontem no Aeroporto e, embora dizendo que não tinha autoridade para dar entrevistas, observou que “a decisão do tribunal foi muito favorável para o Brasil, tanto interna quanto externamente”. E acrescentou: “O TFR cumpriu o seu dever”.

O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Paulo Suenes, afirmou que Juruna terá condições de dar sua mensagem, apenas de chegar no final dos trabalhos do 4º Tribunal Bertrand Russel.

— A Funai deve reconhecer que o Judiciário interpretou a tutela de maneira diferente politicamente. A decisão do TFR e a própria viagem de Juruna são dois fatos indiscutivelmente importantes para o atual momento brasileiro. Só assim funciona a democracia.

O advogado da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai), Celso Lestoni, disse, por sua vez, em Porto Alegre, que “estas últimas 14 horas nunca se viu, nos annos da Jurisprudência do Brasil, um Tribunal caminhar e condenar um abuso de poder praticado por um ministro de Estado”.

Embora “surpreso”, ele considerou “boa” a decisão do TFR, afirmando que “a vitória de Juruna se deve aos dois votos decisivos dos ministros Bolívar e Adhemar Raimundo (o relator). Ambos fizeram uma retrospectiva da repressão sofrida pelo índio desde o ano de 1900”.

EMBARQUE

O cacique xavante Mário Juruna embarcou ontem, às 23h30m, no voo T10 da Varig, para Roterdã, (Holanda), devendo fazer escala hoje pela manhã em Ma-

dei. No Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, ele foi muito aplaudido, embora presentes — um casal, um pai e um filho — distribuíam autógrafos e beijavam crianças que encontrava pelos corredores.

Vestindo um casaco de sudeste marrom, calça escura, camisa verde e uma camiseta branca por baixo, e de botas, Juruna levou para a Holanda duas malas tipo 007, uma sacola verde, um gravador e fitas cassete. Sua viagem com o advogado paulista Alaim Moraes, que o acompanhará durante as sessões do 4º Tribunal Bertrand Russel.

— Ao lado dos deputados Modesto da Silveira (PMDB-RJ) José Costa (PMDB-AL) e do advogado Jorge Oliveira Reis, que impetrou um dos “habeas corpus” em seu favor no Tribunal Federal de Recursos, Juruna chegou ao Rio às 18h30m, procedente de Brasília, sendo logo cercado por repórteres — inclusive uma equipe da TV francesa — e cortões.

— Não aguento mais viver mais brigando com possessores ou fazendeiros — disse o líder xavante — vamos brigar contra a Funai, o Governo do Estado e o Governo dos brancos, pois são eles que vendem as nossas terras para os brancos.

Como não teve tempo para comprar dólares em Brasília (Juruna levava uma determinada quantidade em crendetes que não quis revelar), seus advogados o acompanharam até a agência do Banco do Brasil no aeroporto, onde lhe deram um cheque que ele trocou por US\$ 200, colocando no registro de retiro do dinheiro o seu endereço: “Aldeia Namatocura — Cidade de Barra do Garças, Mato Grosso”. Antes de se retirar, o cacique, que se embarcou para a favela da Guajará, depois, foi levado para uma sala do Bradesco Turismo, onde tomou um cafézinho e concedeu entrevista.

— Não tenho nada contra Funai. Tenho contra o coronel João Carlos Nobre da Viçosa, que atrapalhou muito a vida do índio. Eu não quero acabar com a Funai. Quero uma pessoa mais inteligente do que ele e que não sejam maliciado como ele é com o índio.

Juruna disse que vai “contar tudo, incluindo no Tribunal”, inclusive denunciar a morte de índios brasileiros.

Ele não sabe ainda quanto tempo vai demorar na Holanda, informou que o 4º Tribunal Bertrand Russel terminará no domingo, mas depois serão realizadas reuniões, mais fechadas, entre os caciques das principais tribos.

— Era para chegar ao Rio mais cedo. Mas a burocracia dos brancos me atrapalhou. Me fizeram ir de um lado para o outro até conseguir o passaporte.

Antes de entrar na sala de embarque, Juruna foi cumprimentado pelas irmãs Meire, Iraci Maria e Iraci Ana, que estavam de passagem pelo aeroporto. Em seguida, despediu-se de todos, fazendo com os dedos um V e mostrando sorridente o passaporte.

Fonte: O Globo (1980)

Juruna continuou tendo destaque na luta pelos direitos dos povos indígenas e foi eleito o primeiro deputado federal indígena do Brasil em 1982, com 31 mil votos, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) do Rio de Janeiro. Durante um pronunciamento no Dia do Índio², em 19 de abril de 1983, no plenário da Câmara, o líder Xavante trouxe mais uma vez à tona o sentimento em relação a tutela dos povos originários.

² O Dia do Índio foi recentemente renomeado para Dia dos Povos Indígenas.

Juruna é o primeiro índio que está representando brasileiro, porque o Governo brasileiro não dá oportunidade pra índio, porque ele quer continuar tutelar toda vida do índio. E nós não somos tutelados, somos responsáveis, nós somos gente, nós somos ser humano. [...] Nós estamos tutelados pela FUNAI e somos considerados como criança e somos menores da criança e FUNAI é papaizinho e FUNAI é padrasto do índio. Agora, como é que a FUNAI está deixando índio morrendo de fome, como é que FUNAI está deixando a terra para fazendeiro, como FUNAI não assume estatuto ao lado do índio? Onde está o Estatuto do Índio? Onde está a lei do Estatuto do Índio e por que não pode criar outro estatuto? O estatuto repressão é contra índio, estatuto é chamado por Estatuto da Fundação Nacional Militar. Tem que mudar tudo isso. É militar que está contra índio, é FUNAI que está contra índio, não é posseiro e não é fazendeiro. (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1983, p. 2036 e 2037)

A escuta da voz indígena também foi tema do discurso de Juruna, destacando as atrocidades vividas pelos indígenas desde a colonização e a Ditadura Militar, e a relevância da representatividade política indígena na Câmara dos Deputados.

A minha voz vem das selvas desconhecidas, dos longínquos sertões e fala como se fosse uma buzina avisando que ainda existem índios sofrendo perseguições e sendo vítimas das mais cruéis atrocidades cometidas pelo invasor desalmado de nossas terras. A minha voz representa o choro e o grito de dor de mães, índias que viram seus filhos ser assassinados pela mão criminosa do invasor. São clamores de esposas que viram seus maridos morrer fulminados pela bala do caçador de índios. A minha voz representa os mesmos índios que receberam o colonizador de braços abertos e com festa; os mesmos índios que ensinaram ao colonizador os caminhos deste território chamado Brasil. Representa o mesmo povo que entregou aos colonizadores as nossas riquezas. Representa também aqueles que mesmo oferecendo ajuda aos colonizadores, foram traídos e cruelmente, traiçoeiramente, mortos. Sr. Presidente, a minha voz, neste Congresso, tem um significado muito importante para o meu povo. Depois de mais de quatrocentos anos de colonização, é a primeira vez que um nativo, um índio, como somos conhecidos, chega aonde cheguei, em condições de falar o que aconteceu e vem acontecendo com o meu povo. As notícias sobre os índios e as denúncias sobre os crimes cometidos contra o nosso povo, só chegavam ao conhecimento desta Casa através de porta-vozes não-índios e que isoladamente tentavam denunciar o que ocorria nas nossas aldeias e com o nosso povo. Agora eu estou aqui. Estou aqui para falar a todos. Para denunciar as atrocidades que ocorrem ainda com os meus irmãos. Estarei sempre aqui para denunciar o que está acontecendo com os povos indígenas habitantes no Brasil e no mundo. (JURUNA, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1983, p. 2.038)

2.2.2 Mário Juruna e o Globo Repórter

Em 29 de março de 1984, Mário Juruna foi tema do programa “Globo Repórter”, que apresentou um perfil do cacique e deputado. O programa simboliza um marco na história da TV com os povos indígenas, sendo um dos poucos arquivos da TV aberta disponíveis na web sobre o tema. Certamente, o programa foi só um dos fatos que possibilitaram a expansão do espaço de diálogo entre jornalistas e indígenas, que demoraria anos para se firmar na mídia. Esta edição do Globo Repórter foi premiada no Festival Internacional de Programa Informativo de Televisão em Sevilla, na Espanha, dada sua relevância. No programa, que teve a direção de Mônica Labarthe e roteiro de Fernando Gabeira, o repórter Ernesto Paglia passou um mês junto com o líder Mário Juruna e mostrou a história e trajetória do cacique Xavante desde a sua infância até se tornar deputado federal.

Na abertura do programa, o apresentador Eliakim Araujo afirma que naquela noite o Globo Repórter traçaria “o perfil de um líder”, do homem que nasceu e foi criado na “selva”, e que ficou conhecido em todo país (GLOBO REPÓRTER, 1984).

Mário Juruna venceu a barreira da língua, do preconceito e da indiferença e se tornou o primeiro índio eleito para o Congresso Nacional hoje. Hoje, o ex-cacique xavante é o principal porta-voz de 220.000 índios brasileiros. O Globo repórter conviveu com o deputado Juruna durante 15 dias, nos corredores do congresso, nos comícios, e em casa com a família. Nossa reportagem também acompanhou Juruna num emocionante retorno ao passado: a reserva indígena de São Marcos, às margens do Rio das Mortes, no leste do Mato Grosso. Lá numa pequena aldeia xavante, Mário Juruna começou sua luta em defesa do índio. E é com a volta do deputado a essa aldeia que começa nossa história. (GLOBO REPÓRTER, 1984)

No texto lido pelo apresentador, nota-se o que poderíamos chamar de jornada do herói. O indígena que saiu da selva e venceu todas as barreiras para se tornar o primeiro deputado indígena da história do Brasil. Outro aspecto importante é a linguagem utilizada. Podemos notar que o apresentador usa as palavras “índio” e “reserva indígena”, comuns naquela época. Os termos estiveram no vocabulário dos jornalistas durante muito tempo. Atualmente, são considerados pejorativos e podem ser substituídos por outras palavras, embora seu uso persista nas redações. Uma mudança premente, que será abordada no capítulo 5.

O documentário inicia com a chegada de Juruna à aldeia onde cresceu e mostra que várias pessoas foram cumprimentá-lo, inclusive sua tia Pedabu, que chora emocionada ao rever o sobrinho.

Figura 6 – Juruna com sua tia Pedabu no Globo Repórter



Fonte: Globo Repórter (1984)

Já em outra cena, o repórter Ernesto Paglia e Mário Juruna conversam sentados, debaixo da sombra de uma árvore, sobre como nasceu a ideia do uso do gravador. O líder Xavante afirma que “não acreditava conversa das autoridades, a conversa dos ministros e conversa da Funai, então eu inventei com o gravador pra apresentar a gravação pra comunidade indígena, porque o branco sempre usa palavra bonita sem prática, sem cumprir a palavra.” (JURUNA, 1984)

Figura 8 – Juruna com seu gravador



Fonte: Globo Repórter (1984)

Juruna narra a primeira vez que usou o equipamento para gravar uma

conversa.

No primeiro dia eu escondi o gravador assim, eu fiquei conversando com o cara e fazendo a gravação. E conversamos bastante e quando o cara percebeu, o cara se levantou. Aí quando o cara *tava* conversando assim, ameaçando, aí logo eu também apertei o botão. (JURUNA, 1984)

Durante a reportagem, agora sentado no chão, próximo ao rio, o cacique relata como nasceu a vontade de ser deputado estadual.

Quando eu estava na Holanda e Funai já estava preparando documento pra pedir abaixo *assinatura* a todos chefe de comunidade dos xavantes, porque eu *tava* incomodando muito o governo federal. Então eu preparei a *minha* pensamento também, preparando a alma também, aonde eu *pode* chegar. Se eu sair do chefe da comunidade o governo vai começar a bater palma, graças a Deus que homem chato já saiu. Eu não quero sair fora da liderança, mas eu também não vou sair fora do Brasil, não sou quadrado, mas eu vou escolher o meu partido, eu vou escolher meu partido, eu vou lançar-me candidato. (JURUNA, 1984)

O Globo Repórter ouviu, durante a produção da reportagem, o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, para quem Juruna fez uma ligação quando decidiu que queria entrar para a política.

Figura 9 – Leonel Brizola



Fonte: Globo Repórter (1984)

Um dia eu me encontrava em casa, que era um sábado de tarde, e eu atendi o telefone e estranhei aquela voz, que lá do outro lado do fio me diz: “Olha, aqui é o Juruna”. Eu falei: “O Juruna, o índio, o cacique?”. “É, ele mesmo.” E ele diz: “Brizola, como anda a política

aí?” Eu falei: “Olha, ela vai indo”. “Pois é, e o partido? Eu *tava* querendo entrar para a política.” (BRIZOLA, 1984)

A partir do acontecimento narrado, Mário Juruna se filiou, em 6 de agosto de 1982, ao PDT (Partido Democrático Trabalhista) e, no mesmo ano, foi eleito o primeiro deputado federal indígena da história do Brasil. Na tribuna da Câmara e para seguir as normas da Casa, Juruna deixou de usar a língua nativa, o xavante, e utilizou o espaço por diversas vezes para relatar os abusos sofridos pelos povos indígenas.

Brasileiro talvez *tem* cabeça muito pouco, cabeça muito pequena e não é muito crescido, então cabeça muito curto. O brasileiro que aceita mais a consciência importado, a linguagem *importado*, ele não quer saber a vida do índio, ele não quer saber a consciência do índio. (JURUNA, 1984)

Figura 9 – Juruna chegando à Câmara dos Deputados



Fonte: Globo Repórter (1984)

Juruna foi deputado até 1987, e criou, como um dos seus legados, a Comissão Permanente do Índio, uma das origens da atual Comissão dos Direitos Humanos, Minoria e Igualdade Racial. Como deputado levantou discussões na mídia e expôs as condições de invisibilidade social de sua gente, antes da Constituição de 1988. Esteve presente na intensa mobilização indígena durante a Assembleia Nacional Constituinte, que despertou outros nomes de lideranças e ajudou na elaboração da Carta Magna, que representaria o início de um longo processo de mudança na forma de enxergar os povos indígenas.

3 CIDADÃOS

O protagonismo indígena se tornou mais evidente nos anos que antecederam a elaboração da Carta Magna do Brasil. Porém, a articulação dos povos originários enquanto movimento organizado começou bem antes, nos anos de 1970. Até então, as reivindicações indígenas eram isoladas, tampouco faziam críticas que envolvessem a situação de todos os povos indígenas no Brasil (OLIVEIRA, 1985 apud OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 193). “O aparato tutelar era empregado pela FUNAI para impedir qualquer mobilização dos índios em face do Estado.” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 193)

O movimento indígena surgiu como reação ao contexto desfavorável para os povos originários, que empreenderam resistência à política de extermínio, aos trabalhos forçados e à desapropriação de suas terras durante todo o processo histórico na qual estavam inseridos. (DELGADO; JESUS, 2018)

É necessário destacar a importância da 1ª Assembleia Nacional de Líderes Indígenas, realizada em 1974, em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), fundado pela Igreja Católica em 1970 com o intuito de defender a ideia do protagonismo indígena e a garantia de seus direitos e demonstrar que a Igreja não corroborava com a política etnocida praticada naquela época e ao longo da colonização. As assembleias articuladas pelo CIMI auxiliaram na articulação e fortalecimento do movimento indígena, despertando o surgimento de novas lideranças. Desta forma, nasceram várias organizações não-governamentais de apoio aos indígenas, como a União das Nações dos Indígenas (UNI), a OPAN (Operação Amazônia Nativa); CTI (Centro de Trabalho Indigenista); CCPY (Comissão Pró-Yanomami) e o ISA (Instituto Socioambiental). “Essas organizações civis passaram a assumir várias funções que antes eram de obrigação do órgão oficial tutelar e também, em muitas situações, o protagonismo da questão indígena” (LUCIANO, 2006, p. 73). Essas articulações tiveram como objetivo organizar as demandas comuns para os diferentes povos indígenas presentes no país na luta por direitos ao território e à manutenção dos seus modos tradicionais de vida. Até então o termo “índio” era uma forma genérica e pejorativa utilizada pelos colonizadores para referir-se aos povos originários, mas a partir da estruturação e organização indígena enquanto movimento de reivindicação por direitos, a palavra tornou-se uma espécie de elo entre as diferentes etnias:

[...] uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles. A partir disso, o sentido pejorativo de índio foi sendo mudado para outro positivo de identidade multiétnica de todos os povos nativos do continente. (LUCIANO, 2006, p. 30)

O movimento indígena passou a ter unidade na defesa dos direitos dos povos originários ainda que reconhecesse sua pluralidade e diversidade enquanto força e valor cultural e identitário. Essa é uma das principais marcas do movimento indígena: as ações e estratégias construídas na defesa dos direitos e interesses coletivos, que se sobressaem aos individuais (LUCIANO, 2006).

Essas mobilizações indígenas eram patrocinadas pelas organizações não-governamentais brancas e consistiam basicamente na realização de encontros e de assembleias indígenas, como espaços de intercâmbios entre as comunidades e os povos. Ao se conhecerem, perceberam uns e outros que não eram poucos e que, unidos e articulados, poderiam ganhar mais forças para enfrentar os problemas comuns. Quando descobriram que enfrentavam problemas e tinham potencialidades comuns, passaram a se unir e a se mobilizar para fazer frente a inimigos também comuns e a atuar de forma conjunta e coordenada em busca de seus direitos e interesses, principalmente aquele que diz respeito à terra. (LUCIANO, 2006, p. 73)

E foi a luta pela terra, pelos territórios tradicionais, a principal bandeira que moveu as organizações dos povos indígenas. Ramos (1988, p. 13) afirma que para as sociedades indígenas a terra não é apenas um recurso natural, mas sociocultural, representando o suporte da vida social e estando diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento.

O movimento indígena estruturou-se reivindicando a demarcação de terras e a autodeterminação, ou seja, autonomia para gerir suas atividades cotidianas no âmbito do Estado brasileiro. Era uma defesa de direitos que questionava a tutela oficial. (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 193 e 194)

Foi justamente a luta pela terra, após a invasão de garimpeiros na área dos Yanomami e a pressão das mineradoras para explorar terras indígenas, que levou o movimento indígena a articular a elaboração de emendas populares à Constituinte de 1988 (OLIVEIRA; FREIRE, 2006). Como destaca Luciano (2006), essa organização foi fundamental para garantir os direitos indígenas na Constituição Federal de 1988, que passou a reconhecê-los como cidadãos brasileiros. “Foi esse

movimento indígena articulado, apoiado por seus aliados, que conseguiu convencer a sociedade brasileira e o Congresso Nacional Constituinte a aprovar, em 1988, os avançados direitos indígenas na atual Constituição Federal” (LUCIANO, 2006, p. 59). O autor enfatiza que essa conquista mudou substancialmente o destino dos povos indígenas do Brasil, que de transitórios e incapazes passaram a protagonistas, sujeitos coletivos e sujeitos de direitos e de cidadania brasileira e planetária (LUCIANO, 2006, p. 19). E por que não, sujeitos comunicacionais?

Foi um período histórico da luta de resistência indígena no Brasil, por um lado, caracterizado pelo surgimento e pela atuação de lideranças indígenas carismáticas que, com coragem e determinação, enfrentaram as forças colonialistas e integracionistas (Estado e Igreja) que subjogavam os povos indígenas; por outro lado, os povos indígenas, apoiados por alguns importantes aliados (missionários, indigenistas e intelectuais), iniciavam uma longa e bonita caminhada de reorganização, mobilização e articulação política pan-indígena de resistência e de defesa de seus direitos e interesses coletivos – época heroica que marcou a principal mudança no curso da história brasileira. (LUCIANO, 2006, p. 19 e 20)

Essa articulação do movimento indígena culminou em conquistas importantes na Constituição de 1988, reconhecimento que não se deu por “bondade” dos constituintes, mas foi resultado de um processo de luta que vinha sendo construído desde os anos 1970. (DELGADO; JESUS, 2018, p. 218).

3.1 CACIQUE RAONI

Ao longo das décadas de 70 e 80, a proposta do governo de “emancipação” dos indígenas, que previa a perda dos seus territórios, estimulou a organização indígena e impulsionou o surgimento de nomes de novas lideranças. Uma das que emergiram na década de 80 foi o cacique Raoni Metuktire, líder dos Kayapós. Estima-se que o cacique nasceu no ano de 1930, no vilarejo chamado de Krajmopyjakare, lugar que hoje se chama Kapôt, no coração do Mato Grosso.

Em 1984 os indígenas bloquearam a construção da rodovia BR-080 e fizeram funcionários da Funai como reféns. O bloqueio durou 42 dias e levou ao cancelamento da extensão da rodovia.

Figura 10 – Reportagem do Jornal “O Estado de SP” de 8/4/1984

Raoni mantém promessa contra invasão ao Xingu

ELIANA LUCENA
Da sucursal de Brasília

Quando o ministro dos Transportes do governo Médici, Mário Andreazza, em 1971, junto com 60 empresários, promoveu um churrasco nas margens do rio Xingu para marcar a chegada da rodovia BR-080 nessa região, o cacique Raoni — que há 15 dias seqüestrou a balsa que faz a ligação da estrada nesse trecho, criando um problema ainda sem solução — protestou contra a invasão do Parque do Xingu, deixando claro que os índios estavam dispostos a impedir a sua ativação. Raoni vem cumprindo sua promessa, pois nos últimos 13 anos, os Ixucarramae atacaram duas fazendas, matando 13 pessoas, e conseguiram ainda desativar o povoado de Piaruçu, que cresceu na beira do rio Xingu.

A estrada, construída pelo superintendente da Sudeco na época, Camargo Júnior, em seu traçado inicial, passava abaixo da cachoeira Von Martius, mas, guiada pelos interesses de alguns empresários, a Sudeco

mudou a sua rota, cortando o até então intocado Parque do Xingu, apesar dos protestos dos Irmãos Cláudio e Orlando Villas Boas. Nos últimos 13 anos, os índios vieram a Brasília dezenas de vezes para discutir com a Funai a questão da estrada e, principalmente, da faixa de terra que perderam em consequência do decreto presidencial que em 71 desmembrou do parque uma faixa de 15 por 60 quilômetros ao longo do rio Xingu.

De todas as administrações anteriores à do atual presidente do órgão, Otávio Ferreira Lima, os índios receberam a promessa de demarcação da área que pleiteavam, que funcionaria como uma faixa de amortecimento e seria administrada pela Sema (Secretaria Especial do Meio Ambiente). O caso, agora, chegou a um ponto crítico depois de os índios terem seqüestrado a balsa como último recurso e permanecerem na aldeia com oito reféns.

OUTROS CONFLITOS

Não foi somente a construção da

BR-080 que causou conflitos entre índios e brancos, a partir de 1970. Os vaímiri-atroari, do Amazonas, desde o início dos trabalhos de abertura da rodovia Manaus—Boa Vista, mataram funcionários da Funai e soldados, temendo a proximidade do branco. A Transamazônica, no Pará, cortou a área dos índios araras que, nos últimos anos, também atacaram brancos que se instalaram na região. Os araras foram responsáveis pela desativação do projeto de colonização da Cotrijuf.

Em outros casos, os índios não reagiram, mas quase foram dizimados por doenças, como ocorreu com os crenhacarore, em Mato Grosso, que tiveram suas terras cortadas pela Cuiabá—Santarém, e com os nhambicuaras, que chegaram a ser transferidos pela Funai da região do Alto Guaporé, em Mato Grosso, onde viviam, para uma reserva, longe de suas terras. Anos depois, os índios, já marcados por várias epidemias, voltaram a pé para a região que foi ocupada por empresas agropecuárias.

Fonte: Instituto Socioambiental (1984)

Após o cancelamento, o cacique foi à Brasília, pintado e armado para guerra, exigir do ministro do Interior, Mario Andreazza, a demarcação de terras dos Kayapós. Episódios específicos, como este, deram visibilidade a alguns indígenas na mídia e ilustram a “ação reativa dessas populações à ameaça de extinção ou perda de direitos.” (IBGE, 2007, p. 56)

Durante a Assembleia Constituinte, a articulação de cacique Raoni foi de fundamental importância para a aprovação do capítulo “Dos Índios.” O líder levou dezenas de guerreiros Kayapós a Brasília para pressionar os congressistas a aprovarem uma Constituição que reconhecesse os direitos e fosse favorável aos povos originários.

Figura 11 – Lideranças Kayapó na vigília durante a Constituinte



Fonte: Instituto Socioambiental (1987)

No cenário cultural, Raoni, inclusive, foi tema de um documentário produzido pelo cineasta belga Jean-Pierre Dutilleux e Luiz Carlos Saldanha. Raoni e o cineasta belga se conheceram em 1973 e em 1977 o documentário sobre o indígena e seu povo foi apresentado no festival de Cannes. O filme "Raoni" teve sua versão em inglês narrada pelo ator americano Marlon Brando e foi indicado ao Oscar, em 1979. No Brasil, ganhou o prêmio de melhor filme em Gramado. Neves (2014) analisa o documentário e afirma que “é possível perceber a veiculação de uma ideia romântica de indianidade, já que o filme exalta os aspectos considerados ‘tradicionais’ e ‘autênticos’ da cultura Mebêngôkre, as danças, a língua indígena, a pintura corporal, entre outros exemplos” (NEVES, 2014, p. 64).

Após traçar esse panorama sobre o cotidiano da aldeia, o documentário é centrado então na figura de Raoni, de modo que nos é apresentado um personagem com uma postura, em certo sentido, pacificadora e conciliatória, uma vez que é mostrada a imagem de Raoni contendo os guerreiros que ameaçam matar a equipe de filmagem, argumentando que é necessário que façam o filme para conseguir ajuda para a demarcação de suas terras. (NEVES, 2014, p. 65)

Anos mais tarde, o cacique Raoni ganhou ainda mais destaque internacional, após fazer uma turnê com o cantor britânico Sting, ex-guitarrista da banda “The Police”. Ele e o cantor se conheceram através do Jean-Pierre Dutilleux.

Figura 12 – Reportagem do “Jornal do Brasil” de 2/3/1989

Raoni vai a turnê com Sting

BRASILIA — O rockeiro inglês Sting vai voltar para a terra após uma temporada brasileira logo dos países e próximo à casa indígena, com pelo menos uma vitória na legislação a autorização do governo brasileiro para o encontro do legendário cacique Mebêngôkre Raoni e o músico Megaron, diretor do Parque Indígena do Xingú em uma turnê pela Europa, Estados Unidos, Canadá e Japão para levantar recursos para a Fundação Mata Virgem.

Atualmente dos olhos de Sting, a Fundação Mata Virgem, recém-fundada e sem o seu registro em andamento nos cartórios, tem por objetivo fomentar recursos para a preservação das florestas tropicais brasileiras, principalmente as habitações pelos povos indígenas e uma grande iniciativa a ampliação do Parque do Xingú.

“Estos meus três dias de diário com o presidente José Sarney e o presidente da Funai nos deixam muito satisfeitos e a impressão está de acordo com nosso projeto”, disse Sting, que no domingo retornado teve audiência de uma hora com o presidente Sarney, no Palácio da Alvorada, e outros, além de ter conversado durante duas horas com o presidente da Funai, Pedro Iri de Oliveira, além disso, com o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

A turnê mundial de Raoni, Megaron e dos outros dois fundadores da Mata Virgem — Sting e o cineasta belga Jean Pierre Dutilleux, diretor do documentário “Raoni” — começa no dia 4 de abril em Paris. Raoni e Megaron foram pessoalmente enviados até o dia 11, para se admitirem ao registro no exterior, quando convocou a cumprir uma agenda que inclui constantes palestras e reuniões (programas de televisão para promover o plano de uma outra bancada aberta para receber doações) nos diversos países. O arcebispo de Niterói já tem garantida uma direção de peso: o grupo de rock norueguês A-ha.

De Paris, o grupo embarca para Bruxelas (Bélgica), onde participará de um encontro no Mercado “Common European”. Em seguida, vai para Alemanha, Itália, Espanha, Inglaterra, Noruega, Canadá, Nova Iorque, Los Angeles, Japão (a convite do imperador) e, finalmente, de volta ao Brasil, na primeira semana de junho.

“Tivemos propostas de várias companhias — fabricantes de óculos, marcas italianas, alemãs etc. — para patrocinarem nosso projeto, mas não nos aceitaram, para que não seja o mais limpo possível”, revelou o músico Jean Pierre, ex-pôse de post-vox do grupo. Por outro lado, Sting é quem fala o português mais fluente.

O presidente da Funai, Pedro Iri de Oliveira, ao autorizar a viagem dos dois índios brasileiros, revelou uma preocupação: se os dois índios de zero, no terreno curupim, que poderiam provocar um nefastíssimo conflito, principalmente no cacique Raoni.

“Olha Sting, nós estamos entregando o Raoni inteiro para você. Você não devolve de um jeito de piolho, sim?”, brincou o presidente da Funai. Sting riu e não fez por momentos evitar um pedido para acompanhar Raoni. Já nessa por dia, para garantir a integridade física do cacique que, logo após o rock inglês, deverá ser a grande estrela da turnê.

Fonte: Instituto Socioambiental (1989)

Em 1989, Sting convidou o cacique Raoni para acompanhá-lo em uma turnê por 17 países. É a primeira vez que o líder sai do Brasil e tem sua voz ecoada mundo afora com um pedido de ajuda à preservação das florestas e aos direitos dos povos originários. A turnê tinha a intenção de levantar recursos para a Fundação Mata Virgem, fundada por Sting. Junto com sua esposa, Trudie, o cantor britânico também fundou a Rainforest Foundation. Ambas tinham o objetivo de defender os povos indígenas da Amazônia.

Figura 13 – Raoni e Sting em show em São Paulo, antes da turnê



Fonte: TV Globo (1988)

Em 2017, os amigos Sting e cacique Raoni se reencontraram mais uma vez, após quase 30 anos da turnê. A reportagem exibida pelo Fantástico, da Rede Globo, mostra o encontro do cantor e sua esposa com o líder Kayapó. Chama a atenção o uso da palavra “índio” pela apresentadora. Ela afirma: “Um é inglês, músico e compositor de sucessos internacionais. O outro é brasileiro, índio e uma liderança da etnia Kayapó” (FANTÁSTICO, 2017).³ Destacamos aqui trechos da entrevista concedida pelo cantor, que demonstram o apreço que ele nutre pelo cacique.

Ele é meu amigo, minha inspiração. Eu apoio, como sempre apoio. A mensagem dele é a mesma há 30 anos. Sem os povos da floresta o mundo é menos interessante, mais chato. Essas pessoas são um tesouro e nos trazem muitas lições de sustentabilidade. O Raoni é um homem muito importante, um brasileiro importante, por favor, ouça o que ele tem a dizer. (STING, 2017)

³ As terminologias utilizadas pela mídia para tratar dos povos originários serão abordadas no capítulo 5.

Figura 14 – Reencontro de Raoni e Sting em 2017



Fonte: Reprodução TV Globo (2017)

Dois anos depois, o líder Kayapó era novamente destaque de uma reportagem do Fantástico. Desta vez o tema não era o encontro com o cantor britânico, mas as críticas tecidas pelo então presidente Jair Bolsonaro, durante a Assembleia-geral da ONU (Organização das Nações Unidas). Na reportagem de cerca de oito minutos, a repórter Sônia Bridi conta a trajetória de um dos maiores representantes dos povos indígenas no mundo e conversa com o cacique sobre as críticas proferidas pelo então presidente. Na Assembleia-geral, Bolsonaro foi o primeiro a discursar e afirmou que:

A visão de um líder indígena não representa a de todos os índios brasileiros. Muitas vezes alguns desses líderes, como o cacique Raoni, são usados como peça de manobra por governos estrangeiros na sua guerra informacional para avançar seus interesses na Amazônia. (BOLSONARO, 2019)

Já no Brasil, Jair Bolsonaro faz novas críticas ao cacique:

Não existe mais o monopólio do Raoni. O Raoni fala outra língua, não fala a nossa língua. É uma pessoa que está com uma certa idade avançada. Nós vamos respeitá-lo como cidadão, mas ele não fala pelos índios. Cada tribo indígena tem um cacique. (BOLSONARO, 2019)

O histórico de Raoni na defesa dos povos nativos é destacado na reportagem, que relembra que o cacique teve o primeiro contato com os brancos através dos irmãos Villas-Boas, com quem aprendeu a falar português, língua que evita falar, pois, segundo ele, em Kayapó expressa melhor seu pensamento. A

reportagem mostra ainda os encontros de Raoni com presidentes, ministros, líderes internacionais, príncipes e o Papa Francisco, que ouviram dele o pedido de ajuda para salvar a floresta e os povos nativos. Questionado sobre as falas de Bolsonaro, Raoni afirma que “é pelo incentivo dele, pela fala dele que as pessoas estão queimando as florestas. Fala pela destruição da natureza, pela diminuição do território indígena. Bolsonaro é mentiroso. Ele é doido.” (RAONI, 2019)

Figura 15 – Entrevista de Raoni ao Fantástico em 2019



Fonte: Reprodução TV Globo (2019)

O líder indígena também explica que após anos afastado, resolveu retomar a público na luta pela continuidade da cultura e da vida dos indígenas.

Deixa eu falar pra você, se continuar com as queimadas da floresta, o vento vai aumentar, o sol vai ficar muito quente, a Terra também. Todos nós, não só os indígenas, todos nós vamos ficar sem respirar. Deixa só falar isso de novo: se destruir a floresta, todos nós vamos silenciar. Isso que dá medo. (RAONI, 2019)

Em 2023, o cacique Raoni alcança novamente a evidência na mídia e marca mais uma vez a história do Brasil ao subir a rampa do Planalto, junto como presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, e entre os sete representantes da sociedade, que simbolizaram todo povo brasileiro, durante a cerimônia de entrega da faixa na posse presidencial.

Figura 16 – Raoni subindo a rampa do Planalto ao lado de Lula



Fonte: Reprodução TV Globo

Em entrevista ao Portal g1, traduzida pelo neto, Paxton Metuktire, o líder indígena afirmou que se sentiu feliz pelo convite e reforçou a luta pela demarcação de terras. "Eu espero que o momento que participei deve ser lembrado [...]. Eu pedi ao Lula para ajudar os indígenas e lembrei das terras ainda não demarcadas. Eu espero que o governo demarque as terras para garantir a paz aos indígenas." (RAONI, 2023)

3.2 AILTON KRENAK

Durante os anos que antecederam a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, o movimento indígena ganhou força e “deixou de ser representado por lideranças carismáticas e personalidades midiáticas, como Raoni e Mário Juruna, para entrar na fase de profissionalização política” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 196). Diz-se personalidade midiática porque Raoni e Juruna, naquele momento, demonstram ter a compreensão de que para serem vistos como sujeitos comunicacionais e conseguirem espaço na mídia era preciso criar um fenômeno midiático. É uma mudança no comportamento dos próprios indígenas, que até então não gostavam de serem gravados ou fotografados, mas com o movimento indígena passam a utilizar a mídia como instrumento de visibilidade. Outro episódio que reforça esta teoria ocorreu na Assembleia Nacional Constituinte, em 4 de setembro de 1987, quando Ailton Krenak, porta-voz do Movimento Indígena, se tornou um símbolo ao protagonizar uma das cenas mais marcantes da história indígena. Durante o discurso

histórico, que segue abaixo, Ailton Krenak pintou o rosto de preto com tinta de jenipapo, em forma de protesto, e defendeu a preservação da memória, da cultura e da identidade indígena.

Nesse processo de luta de interesse, que tem se manifestado ultimamente aéticos, e eu espero não agredir, com a minha manifestação, o protocolo dessa casa, mas eu acredito que os senhores não poderão ficar omissos, os senhores não terão como ficar alheios a mais essa agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena. Povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para a sua existência e para a manifestação da tradição, da sua vida, sua cultura, que não colocam em risco e nunca colocaram a existência sequer dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos. Eu creio que nenhum dos senhores poderia, nunca, apontar atos, atitudes da gente indígena do Brasil, que colocou em risco seja a vida, seja o patrimônio, de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano nesse país. E hoje nós somos alvos de uma agressão que pretende atingir na essência a nossa fé, a nossa confiança de que ainda existe dignidade, de que ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos, que sabe respeitar aqueles que não tem o dinheiro para manter uma campanha incessante de difamação, que saiba respeitar um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas, um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser identificado de jeito nenhum como povo que é inimigo dos interesses do Brasil, inimigo dos interesses da nação e que coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos oito milhões de quilômetros quadrados do Brasil. Os senhores são testemunhas disso. Eu agradeço a presidência dessa casa, agradeço os senhores, e espero não ter agredido com as minhas palavras o sentimento dos senhores que se encontram nessa casa.” (KRENAK, 1987)

A atitude de Krenak marcou a trajetória dos indígenas no jornalismo e até hoje a cena é mostrada como sinônimo de luta. O gesto denominado de Rin'tá significa “armado de luto e de guerra” e justificou-se após os constituintes modificarem o texto sobre os direitos indígenas, tentando reduzir as garantias desses povos. Isso tudo aconteceu a portas fechadas e sem a presença dos povos originários (CAMPOS; KRENAK, 2021, p. 62).

Ailton Krenak explicou em entrevista ao historiador Yusef Campos os bastidores do ato e como surgiu a decisão de pintar o rosto. A entrevista faz parte do livro “Lugares de Origem”, lançado em 2021, ano em que a democracia era posta em xeque.

A minha decisão de pintar o rosto de jenipapo, pintar a cara de preto, tem um certo sentido universal também, que é do luto, a despeito de ser uma coisa da cultura dos índios. Ao passar aquela tinta preta no meu rosto, eu estava rompendo com o diálogo ali, naquele espaço da Constituinte, e declarando ao mesmo tempo um luto, uma indignação com a atitude canalha que os caras da direita, os racistas todos que estavam no Congresso, expressavam contra os direitos humanos. (CAMPOS; KRENAK, 2021, p. 23)

O curioso desta história é que, segundo Campos (2021), toda a ação foi improvisada, pois não havia a previsão de que Ailton seria o porta-voz. “Não só a fala, mas também o terno branco foram improvisados de última hora” (CAMPOS; KRENAK, 2021, p. 62). Mesmo de improviso, o gesto de resistência de Ailton Krenak na Constituinte segue inspirando a luta dos povos indígenas. “Eu não tinha uma compreensão tão ampla do processo que a gente estava vivendo naquela época. Dez anos depois, 20 anos depois é que eu fui descobrir passos que nós demos ali no debate da Constituinte que foram importantes, e continuam sendo importantes, nas políticas públicas do nosso país e na implementação de novos direitos” (CAMPOS; KRENAK, 2021, p. 14).

Figura 17 – Ailton Krenak durante a Assembleia Constituinte, em 1987



Fonte: CIMI (1987)

Durante a formulação da Carta Magna, dezenas de indígenas

passaram a frequentar o Congresso Nacional para pressionar os congressistas a reconhecerem suas reivindicações. Em maio de 1988, 70 lideranças de 27 povos contestaram a diferença entre índios aculturados e não-aculturados presentes no projeto de Constituição em votação. Através de vigília permanente no Congresso Nacional, mais de uma centena de índios representando dezenas de povos indígenas acompanhou as negociações para a votação do capítulo “Dos Índios”. (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 195)

O ato de Krenak foi decisivo para a aprovação dos artigos que garantiriam os direitos dos povos indígenas, como das comunidades que falam somente a língua de origem fazerem um registro civil, documento que até a Constituinte era vedado a elas (CAMPOS; KRENAK, 2021). Em relação aos povos indígenas, o registro civil tinha ainda mais uma complicação. Como eles eram tutelados, o registro era feito por um funcionário do governo federal e esses agentes geralmente tinham preconceitos contra os povos indígenas. Então, “era comum que ele botasse o nome dele nas crianças indígenas, ou o nome do pai dele, do avô dele, do tio dele, de quem ele achava simpático, de um político, de algum personagem ilustre para ele” (CAMPOS; KRENAK, 2021, p. 15).

Com a Constituição de 1988 os povos indígenas passaram a ter direitos constitucionais, sendo “reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras” (BRASIL, 1988). A Carta Magna também veio romper com a herança carregada pelos povos originários desde o Código civil de 1916: a tutela, reconhecendo aos indígenas “o direito de se organizarem e de conduzirem suas reivindicações de maneira direta, sem a intervenção do Estado, o que na prática tem sido conquistado gradualmente” (BICALHO, 2010, p. 74). Lembrando que antes da Constituição cabia apenas a Funai representá-los na esfera judicial e aos órgãos públicos. A partir de 1988, a Funai precisou se adequar às mudanças da Constituição, que previam uma relação de igualdade entre as lideranças indígenas e os administradores do órgão. “Através de suas próprias organizações, as lideranças têm assumido cada vez mais o papel de representantes de si mesmas e de suas comunidades (BICALHO, 2010, p.76). Por meio da participação política das lideranças indígenas, surgiram novas políticas públicas específicas para os povos indígenas, baseadas em novos métodos e práticas, como forma de tentar superar as velhas práticas “tutelares, paternalistas e clientelistas da velha política indigenista oficial” (LUCIANO, 2006, p. 79).

Quem viveu, presenciou e lutou na Constituinte ressalta a importância do momento histórico como divisor de águas. “A gente estava ao mesmo tempo descobrindo novos direitos, projetando para o futuro esses novos direitos e, na verdade, inventando novas dimensões de mundo, novos lugares de vivência de exercício da cultura e da subjetividade (CAMPOS; KRENAK, 2021, p. 17). A partir da Constituição, “qualquer comunidade tem direito ao exercício óbvio de nomear seus filhos, de transmitir sua língua, transmitir valores transcendentais da sua visão do mundo, da sua espiritualidade” (CAMPOS; KRENAK, 2021, p. 19-20). Além disso, dois pontos básicos passaram a ser reconhecidos pelo estado brasileiro: as diferenças entre as etnias indígenas e o estímulo das diferenças e das práticas indígenas. Essa diferença, que antes era considerada um atentado a segurança nacional, hoje é percebida “como um elemento altamente enriquecedor da cultura brasileira” (FREIRE, 2016, p. 19).

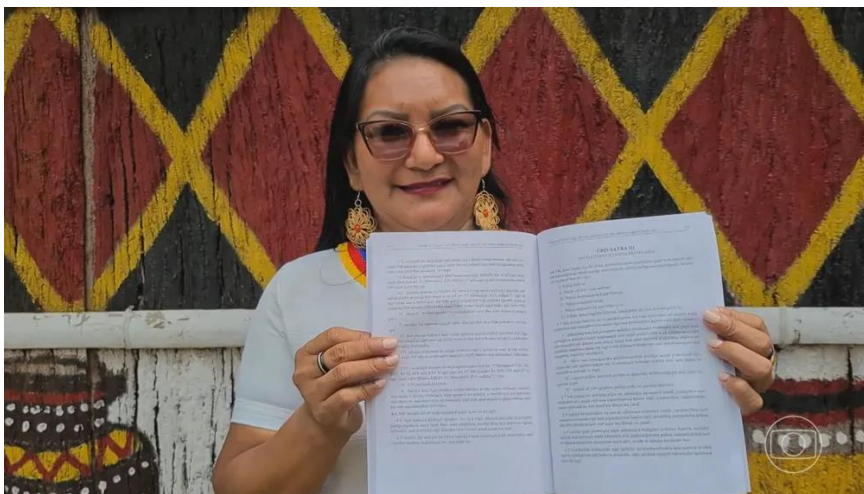
3.3 CONSTITUIÇÃO EM LÍNGUA INDÍGENA

Em 2023, 35 anos após a promulgação da Constituição de 1988, os indígenas alcançaram mais uma vitória: a Constituição em uma língua indígena. Foi a primeira vez que a Constituição ganhou uma tradução para língua indígena. A escolhida foi a nheengatu, chamada de Língua Geral Amazônica, falada por diferentes povos e a única língua ainda viva hoje que descende do tupi antigo.

A cerimônia de inauguração foi em São Gabriel da Cachoeira, município onde mais de 90% dos 47 mil habitantes são indígenas, e foi acompanhada por ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que tiveram a iniciativa do projeto. Segundo a ministra do STF, Rosa Weber, “traduzir a Constituição para um idioma indígena é um símbolo do nosso compromisso de garantir que todos os povos indígenas tenham acesso à justiça e conhecimento das leis que regem nosso país.” (WEBER, 2023)

A tradução das mais de 450 páginas foi feita em três semanas por um grupo de 15 indígenas, entre eles Dadá Baniwa, entrevistada pelo Jornal Nacional. “Falar da Constituição Federal, falar de um documento muito importante, de uma lei muito importante, que hoje temos esses exemplares agora em nheengatu, que é uma das línguas oficiais do nosso município de São Gabriel da Cachoeira, que é o município mais indígena do Brasil.” (BANIWA, 2023)

Figura 18 – Dadá Baniwa segura a Constituição em língua indígena



Fonte: Jornal Nacional (2023)

A versão em nheengatu é um marco histórico e pode ser considerada mais um passo para o reconhecimento e direitos dos povos originários, para que se possa “fazer valer essa Constituição e, assim, [...] garantir a continuidade desse trabalho e que os povos possam acessar diretamente o seu direito, a partir da sua língua paterna” (GUAJAJARA, 2023).

3.4 TUÍRA KAYAPÓ

No ano seguinte a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, o nome de uma líder indígena ecoou pelo mundo afora: Tuíra Kayapó. Em 21 de fevereiro de 1989, a jovem indígena, com apenas 19 anos, promoveu uma cena forte de resistência e luta dos povos originários, se tornando também uma das pioneiras no protagonismo feminino indígena no país.

Durante o Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, Pará, a indígena Tuíra colocou um facão no rosto de José Antônio Muniz Lopes, então presidente da Eletronorte, durante as discussões sobre a construção da usina Belo Monte.

Mais de 600 indígenas e centenas de ambientalistas participaram do Encontro. O evento ficou conhecido como o primeiro grande encontro socioambiental do Brasil, no qual foi lançada a Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica. No meio do discurso do presidente, Tuíra chegou a encostar o

facção no rosto do presidente da Eletronorte, empresa responsável pela construção da usina, enquanto soltou o grito de guerra “*Tenotã-mõ*”.

Figura 19 – Tuirá Kayapó aponta facção para presidente da Eletronorte



Fonte: Flávio Rodrigues/CPDocJB – Memorial da Democracia (1989)

O episódio acabou sendo amplamente divulgado na mídia. O jornal ‘O Dia’, de 22 de fevereiro de 1989, traz em seu título que “Índia puxa facção durante debate sobre hidrelétrica”.

Figura 20 – Reportagem Jornal “O Dia” (Rio de Janeiro) – 22/02/1989

Índia puxa facção durante debate sobre hidrelétrica

Ana Baum

ALTAMIRA (PA) – O debate entre o diretor de Planejamento e Engenharia da Eletronorte, José Antônio Muniz, e os índios, durante o segundo dia do Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, no Pará, foi marcado por vaivas e divergências. O único consenso foi a mudança do nome da usina de Kararaó, que é o grito de guerra e morte para os índios. O momento de maior tensão ocorreu quando uma índia apontou um facção para o representante da Eletronorte, mas a situação foi controlada pelo cacique Paicacan, dos Caiapós, que pediu calma a seus guerreiros.

José Antônio Muniz disse que está acostumado a conversar com os índios, mas não conseguiu convencê-los da necessidade de construção da usina hidrelétrica, e pela primeira vez admitiu ter sentido medo da fúria indígena. O diretor da Eletronorte informou que os estudos da empresa prevêem apenas a construção de Kararaó e não mais

das sete usinas do complexo Altamira-Xingu, por considerá-las inviáveis.

Famílias atingidas

Os ecologistas, no entanto, não acreditam nessa informação, alegando que o Governo vai tentar fazer uma de cada vez, para não impressionar mal o Banco Mundial, que retém o financiamento para o setor elétrico brasileiro. De qualquer forma, a nova Constituição definiu que projetos que interfiram no meio ambiente devem ser aprovados pelo Congresso Nacional, o que dificilmente ocorrerá antes da eleição presidencial, já que o primeiro turno está marcado para outubro de 89. Isso significa que qualquer decisão só será tomada no próximo Governo.

Os índios, no entanto, criticam o próprio estudo da Eletronorte, por não terem sido consultados. Suas terras serão alagadas e alguns grupos serão remanejados. Além disso, 300 famílias de cidades ribeirinhas também serão atingidas. Como Altamira é uma cidade muito pobre,

alguns moradores defendem a construção da hidrelétrica, acreditando que novos empregos serão criados, mas temem que a cidade sofra como Tucuruí, onde a barragem interferiu no curso do rio, matando peixes e contaminando as águas do Tocantins. Além disso, os remanejados não foram indenizados. A beleza do Rio Xingu, que contorna Altamira, também poderá desaparecer. Várias entidades sindicais da cidade assinaram documento em solidariedade aos índios e contra as barragens. Foi considerada uma vitória para os índios a mudança do nome da usina Kararaó, que lembra uma caldeira de Caiapós dizimada numa guerra. O cacique Paicacan explicou que alguns índios que sabem ler português, quando vêem esta palavra em cartazes se enfurecem. O coordenador da União das Nações Indígenas, Ailton Krenak, considerou uma ignorância da Eletronorte usar uma palavra indígena sem saber seu significado. A atriz Lucélia Santos, o Deputado federal Fábio Feldman (PSDB) e o cantor inglês Sting chegaram ontem a Altamira para participar do encontro.

Fonte: Instituto Socioambiental (1989)

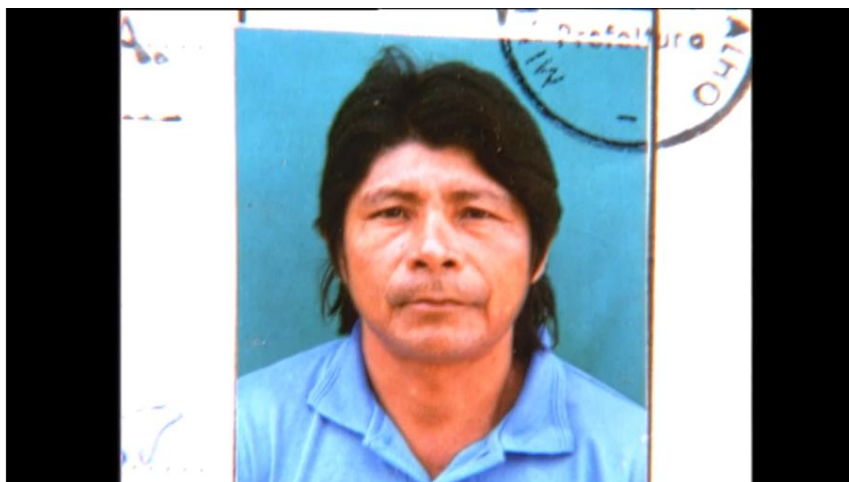
A reportagem afirma que o segundo dia do encontro foi marcado por tensão, vaias e divergências e que “o único consenso foi sobre a mudança de nome da usina de Kararaó, que é o grito de guerra e morte para os índios” (O DIA, 1989). O nome foi substituído pelo que conhecemos atualmente, Belo Monte. A reportagem relata ainda que o cacique Paican justificava que os indígenas ficavam furiosos quando viam a palavra em cartazes e que o coordenador das Nações Indígenas, Ailton Krenak, considerava uma “ignorância da Eletronorte usar uma palavra indígena sem saber seu significado” (O DIA, 1989) e que o cantor inglês Sting havia chegado a Altamira para participar do debate. Como relatado, Sting tinha grande amizade com o Cacique Raoni, além de ser defensor da Amazônia.

O episódio de resistência de Tuíra contribuiu para interromper o projeto da usina por 10 anos e alertou a opinião pública a respeito dos impactos ambientais. O ex-repórter da TV Liberal, Emanuel Vilaça, que participou da cobertura do evento e estava presente durante o ato de Tuíra afirma que o gesto o comoveu profundamente, pelo simbolismo e pela representatividade daquela jovem indígena, que em um ato de tamanha potência chamou atenção do mundo para causas muito importantes. O momento marcante de resistência foi lembrado nos 45 anos da emissora, como um “momento inesquecível e simbólico”. (BERSA, 2021)

3.5 ÍNDIO GALDINO

A nova Constituição simbolizava a transição democrática do país após mais de duas décadas de ditadura, especialmente cruéis para os indígenas, como registrou o relatório da Comissão da Verdade, publicado em 2014. Porém, mesmo com a Constituição, ao longo dos últimos anos se viu grandes barbaridades contra os povos indígenas. Uma delas foi a morte de Galdino Jesus dos Santos, indígena pataxó hã-hã-hãe, que ficou conhecido como “índio Galdino”. Ele era um dos líderes da comunidade dos pataxós e estava, em 20 de abril de 1997, junto com uma comitiva em Brasília para participar de manifestações para reivindicar a demarcação de terras. Galdino passou o dia em reuniões com a Funai que avançaram a noite. No retorno ao hotel, se perdeu no caminho. Quando finalmente o encontrou, foi impedido de entrar. Resolveu descansar em um ponto de ônibus ali perto. Enquanto dormia, cinco jovens de classe média jogaram álcool no indígena e atearam fogo em seu corpo.

Figura 21 – Foto do Índio Galdino exibida em reportagens da época



Fonte: TV Globo (1997)

O caso estampou a capa de jornais, como o Jornal do Brasil e a Folha de S.Paulo, e repercutiu nacionalmente. Na reportagem da TV Globo de Brasília, que mostrou o fato na época, o primo de Galdino, Gerson Pataxó, e o pai dele, Juvenal Galdino, foram entrevistados. “Quando foi acertar o hotel era três horas da manhã. Pedeu a mulher do hotel para abrir o hotel para ele, a mulher não abriu. Ele foi em direção a outro hotel, aí o outro hotel estava fechado. Ele sentou numa parada de ônibus pra descansar.” (PATAXÓ, 1997)

Figura 22 – Foto da capa Folha de S.Paulo (21/4/1997)



Fonte: Instituto Socioambiental (1997)

Galdino teve 95% do corpo queimado e morreu um dia depois no hospital. O fogo só não atingiu a parte superior da cabeça e a sola dos pés. Os jovens que atearam fogo em Galdino só foram encontrados porque uma testemunha anotou a placa do carro. Durante o processo criminal, os agressores disseram que "era para ser uma brincadeira", "alguém teve a ideia de atear fogo no cobertor de um mendigo para ele sair correndo" e que queriam apenas "dar um susto" no homem. Os jovens alegaram ainda que não sabiam que se tratava de um indígena, como se a alegação amenizasse o crime. De acordo com as investigações, "eles compraram dois litros de álcool em um posto de combustível minutos antes de cometer o crime" (GABRIEL; ROCHA, 2022) e o suposto cobertor nunca foi encontrado, ou seja, não existia para a promotoria.

Na reportagem da TV Globo de Brasília, o pai de Galdino, Juvenal Galdino, também foi entrevistado e pedia por justiça. "Aconteceu coisa muito ruim que nós não acha que seja bom né, então a gente pede Justiça, porque ele era um menino bom." (GALDINO, 1997)

A justiça pedida pela família de Galdino esbarrou na própria juíza, que desqualificou o crime de homicídio doloso para lesão corporal seguida de morte. A juíza entendeu que os jovens não pretendiam provocar a morte do indígena. A promotoria recorreu ao Superior Tribunal de Justiça e conseguiu reverter o entendimento. O júri popular foi realizado apenas em 2001, sendo que os quatro jovens foram condenados a 14 anos de prisão. Eles ficaram presos por apenas três anos após o julgamento, até 2004, quando ganharam a liberdade condicional. Em 2021 o jornal "O Globo" publicou uma reportagem na qual mostrava que, naquele ano, os cinco jovens eram servidores concursados em diferentes órgãos públicos, como a Polícia Rodoviária Federal (PRF), Departamento de Trânsito (Detran) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (HELAL FILHO, 2021).

Galdino Jesus dos Santos, o índio Galdino, não teve oportunidade de falar na mídia hegemônica. Antes foi queimado vivo pela branquitude e pelo preconceito da classe dominante, que viu como uma brincadeira o risco de matar uma pessoa. Apesar de não ter efetivamente falado, Índio Galdino abriu espaço para que outras vozes pudessem ser ouvidas. O episódio impulsionou o ativismo indígena, mas também demonstrou que ainda havia um grande abismo na garantia dos direitos constitucionais aos povos originários e no rompimento de preconceitos por grande parte da população, permeada pela violência, que, apesar dos avanços, perduram até

os dias atuais. É o caso da crise sanitária e humanitária vivida pelo povo indígena Yanomami, que demonstra o abandono e ausência de políticas públicas direcionadas aos povos originários.

4 COLONIALIDADE NA PRÁXIS JORNALÍSTICA

A representação dos povos indígenas, principalmente na mídia hegemônica, sempre foi permeada pela visão eurocentrista. Essa representação, sob a perspectiva do orientalismo, está extremamente ligada a questões de estereótipo e poder, pois o discurso através das práticas de representação produz uma forma de conhecimento racionalizado do outro (SAID, 2007), exercendo uma “violência simbólica” por meio de práticas representacionais e construção de estereótipos (HALL, 2016, P. 193). Segundo Said, essas representações reproduziriam visões de superioridade e demarcariam desigualdades sociopolíticas, sendo que esses imaginários passam a ser sustentados por boa parte da própria população (SAID, 2007).

Desta forma, as representações dos povos originários ao longo da história do Brasil são as que os reduzem a algumas características, que homogeneízam sua diversidade e os invisibilizam no presente. Ailton Krenak (2021) ressalta que essa violência simbólica está pautada na maior herança deixada pelos portugueses: a dizimação dos indígenas e escravização dos negros.

As diferenças sociais, o racismo estrutural, a misoginia, o sexismo, os preconceitos que nos habitam, estão pautados em um passado violento, cujos traumas são recalcados e legados aos nossos descendentes como uma condição natural de nossa brasilidade. (CAMPOS; KRENAK, 2021, p. 76)

Um dos equívocos é o congelamento das culturas indígenas, o estereótipo de que a imagem do indígena deve ser: “nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi descrito por Pero Vaz de Caminha” (FREIRE, 2016, p. 13). Se o indígena não se enquadra nesta imagem não é considerado indígena. O resultado desta representação orientalista é a deformação da imagem do indígena “na escola, nos jornais, na televisão, enfim na sociedade brasileira”. (FREIRE, 2016, p. 4)

Parte da responsabilidade por criar essa visão dos povos indígenas pode ser atribuída a mídia hegemônica, pois, “como material de fabricação de consenso público, o discurso jornalístico, assim como o da mídia em geral, constitui o principal suporte pelo qual a grande maioria da sociedade nacional toma conhecimento das

populações indígenas.” (FREIRE, 2019, p. 234) Assim, para nós, jornalistas, é preciso repensar os meios de produção de informação e discurso jornalístico através do conhecimento sobre a história dos povos originários e sobre a sociedade atual em que vivemos.

4.1 JORNALISMO E A COLONIALIDADE

Da mesma forma que o pensamento teórico comunicacional é tributário da epistemologia moderna derivada dos processos de conquista e colonização, na prática, os meios de comunicação hegemônicos têm a mesma tendência de reproduzir narrativas e representações com lentes eurocentristas, conforme explica Torrico Villanueva (2022, p.42):

a decolonialidade é tanto o horizonte de compreensão crítica da realidade social desde a história concreta dos povos subordinados ao domínio colonial e neocolonial como o desafio epistemológico e político liberador que se desprende de tal visão. Pensar decolonialmente significa, então, tornar inteligível o mundo social (e o comunicacional em seu cerne) tomando como base a condição de subalternidade, mas autoconsciente, rebelde e propositiva. (VILLANUEVA, 2022, p. 142) (tradução das autoras)⁴

Desta forma, a colonialidade do ser, do saber e do poder⁵ colocam o campo da comunicação como estratégico para a manutenção das culturas subalternizadas nesta condição (IJUIM, 2020). Muniz Sodré (1999) enfatiza que as posições de controle da mídia estão ocupadas pela elite, que molda o discurso midiático. A mídia atua no nível macro do gênero discursivo, “capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, em geral estruturadas por uma tradição intelectual elitista que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele.” (SODRÉ, 1999, p. 243) Para o autor, em uma sociedade esteticamente regida por um paradigma branco a clareza ou a brancura da pele persiste como marca simbólica de uma superioridade imaginária.

⁴ la decolonialidad es tanto el horizonte de comprensión crítica de la realidad social desde la historia concreta de los pueblos subordinados al dominio colonial y neocolonial como el desafío epistemológico y político liberador que se desprende de tal visión. Pensar decolonialmente significa, entonces, hacer inteligible el mundo social (y el comunicacional en su seno) tomando como base la condición de subalternidad, pero autoconsciente, rebelde y propositiva. (Torrico Villanueva, 2022, p.142)

⁵ Autores como Quijano (2007), Mignolo (2005), Walsh (2007), Grosfoguel (2006) e Cusiqañqui (2010) são algumas referências basilares do pensamento decolonial na América Latina.

(SODRÉ, 1999).

A colonização dos imaginários se realiza com o silenciamento e com a representação estereotipada dos povos originários. Este processo começa no Brasil desde a primeira carta de Pero Vaz de Caminha à Coroa Portuguesa descrevendo a terra “descoberta”, passando pelos sermões e diários de viagem dos chamados desbravadores e pelas imagens produzidas nas expedições de pintores europeus ao território. Em um segundo momento, pela literatura, que posteriormente influenciou profundamente as narrativas cinematográficas, até chegarmos à televisão e ao jornalismo de massa.

Ao refletir sobre a representação dos indígenas no audiovisual brasileiro, desde as primeiras adaptações da literatura para o cinema, chegando às telenovelas brasileiras, Galassi e Kaseker constataam que a visão colonialista persiste (2022). As autoras e autor (2022) identificam os estereótipos construídos pela perspectiva hegemônica no Brasil, que aparecem em diferentes discursos e narrativas, são eles: atrasado, bárbaro, bom selvagem, exótico, índio genérico, integrado/aculturado, não humano, preguiçoso, sensual e invasor.

No período de 1963 a 2016 foram exibidas 665 telenovelas no Brasil e, destas, apenas 28 tiveram personagens indígenas. Destas, 21 foram exibidas pela Rede Globo, a maior produtora de telenovelas do Brasil e líder de audiência. Além do silenciamento sobre a temática, as poucas telenovelas que incluíram personagens indígenas o fizeram ainda na perspectiva colonialista (NEVES; CARVALHO, 2019), como a interpretação da personagem ‘Serena’, filha de um indígena e um garimpeiro, pela atriz Priscila Fantin, mulher branca sem nenhuma descendência indígena.

Também a literatura brasileira, em vários momentos podemos encontrar a presença do indígena com um imaginário carregado de estereótipos, ora tratado pelo seu heroísmo, ora tratado como selvagem. Obras como *Iracema* e *Guarani*, de José de Alencar, até hoje são lidas nas escolas e perpassam a imagem do indigenismo. Bosi (1992) afirma que houve uma “romantização das origens nacionais” e a “dialética da colonização”, com todas as atrocidades cometidas contra os povos indígenas, ficou em um segundo plano, por vezes nem aparecendo. “As vozes dos povos nativos são silenciadas, uma vez que são contadas a partir da ótica do colonizador.” (OLIVEIRA, 2021)

No que se refere especificamente à abordagem jornalística, o “índio selvagem”, capaz de atacar populações sertanejas, continuava vivo nas reportagens de revistas como *O Cruzeiro*, nos anos 40. Isso começou a mudar após as expedições dos irmãos Villas Bôas e a pacificação dos indígenas Xavante por Francisco Meirelles. A partir daí, as notícias divulgadas tratavam sobre o cotidiano desses povos, sua vida em família, suas crenças e técnicas de sobrevivência. “As imagens sobre os índios divulgadas na esteira das ações oficiais oscilavam entre o respeito à vida tradicional e o estímulo à aculturação” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 158).

Ao analisar duas reportagens especiais da Revista Realidade datadas de 1966, em plena Ditadura Militar no Brasil, Kaseker (2018) destaca que as reportagens retratam os indígenas como bons selvagens, puros e ingênuos, e que o processo de edição constrói uma narrativa favorável à realocação de comunidades indígenas ao Parque Nacional do Xingú, projeto do então governo militar. As reportagens trazem visões questionáveis, como a ideia de que é necessário isolar os indígenas ao máximo da convivência com a civilização e que de nada serve para eles aprenderem a ler e a escrever. Esse alinhamento editorial era condizente com o projeto de governo vigente. Por outro lado, os textos exploram os dilemas e dramas vividos pelos personagens frente à convivência com os não indígenas e a resistência pelo território. “A narrativa em primeiro plano apresentada pela edição seria uma estratégia para contar no texto da reportagem um pouco da realidade de miséria dos povos indígenas naquele momento” (KASEKER, 2018). Mais tarde, em 2007, o jornalista Carlos Azevedo comentaria o antagonismo com os militares durante a produção de uma das reportagens e desabafaria: “este é um daqueles casos em que a melhor reportagem foi a que não chegou a ser escrita. Ficou entalada na garganta por quarenta anos” (2007, p.145).

Nos últimos anos, em um contexto de luta pela demarcação de terras e oposição aos interesses dos latifundiários, nota-se a imagem do indígena como “invasor” de fazendas, que faz uso de violência (LIMA, 2012). E embora nos últimos dez anos tenha havido um crescimento da presença indígena na mídia, em especial em veículos independentes (PORTAL DA COMUNICAÇÃO, 2022), ainda é possível perceber um distanciamento dos jornalistas em relação a temática (COSTA, 2022).

Esse aumento na representatividade, no entanto, ainda é considerado insatisfatório diante das omissões e distorções históricas e da diversidade de povos e realidades em todo o país. Seja por interesses políticos, econômicos, identitários e

de representação, ainda há muito o que transformar na abordagem jornalística, a fim de proporcionar a compreensão dos fenômenos sociais.

Ora, as narrativas jornalísticas não podem se restringir ao relato de fatos e explicações de acontecimentos, mas necessitam de compreensão de fenômenos sociais. A compreensão exige contextualização - histórica, social, econômica, ecológica. Ao mesmo tempo, os esforços de compreensão proporcionam oportunidades de reflexão sobre aspectos morais de qualquer fenômeno social em foco. Em especial setores conservadores da Imprensa, que vêm sendo chamados de mídia *mainstream*, com raras exceções, têm dotado uma postura que merece ser examinada de forma crítica. (IJUIM, 2020)

Ao noticiar apenas fatos, sem a devida compreensão da necessidade de mudança na abordagem jornalística em relação aos indígenas, a mídia hegemônica acaba por amplificar as diferenças, o tom preconceituoso e o olhar restrito. Não se deve, portanto, subestimar a tendência da mídia de produzir significados e valores hegemônicos.

Fulkaxó (2019, p. 24), explica que em virtude do discurso da mídia, pautado em uma representação colonizadora, a sociedade brasileira reproduz, em seu cotidiano, a imagem associada ao indígena como “o selvagem”. Essa falta de conhecimento da mídia sobre os povos originários “ainda gera preconceito e constitui uma representação social do indígena distanciada e ausente (quase inexistente) na cultura midiática” (FULKAXÓ, 2019, p. 57).

O silenciamento dos povos originários embasa a pesquisa de Patricia Melo. Para a autora, “o discurso midiático – que deveria ser o terreno da crítica à ordem vigente para romper com o consenso que não seja resultado de debate público – se transformou em um reforço da ideologia dominante e, assim, da permanência da exclusão de minorias” (MELO, 2003, p. 26 e 27). A autora salienta que os grupos dominantes tendem a fazer prevalecer seu discurso ao longo da história, os transformando em senso comum e fazendo com que a “história dos vencidos” fique a margem, pois estes “perderam o direito de contar sua versão dos fatos. A ação dos poderosos, dos vencedores, consiste justamente em tentar eliminar os vencidos, sua memória e os traços de sua existência, que somente emerge através de ações de resistência.” (MELO, 2003, p. 32)

Os indígenas são colocados, portanto, em posição de sujeitos subalternizados, que não podem se autorrepresentar e, logo, não podem falar fora do contexto patriarcal e pós-colonial (SPIVAK, 2010). Isso os impossibilita de articular um

discurso de resistência que esteja fora dos discursos hegemônicos. “O subalterno não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (SPIVAK, 2010, P. 15).

Melo constatou que os povos originários só entravam na pauta da mídia em casos de violência, quando eram vítimas ou autores, sendo pequeno o espaço para pautas que mostrassem as diferenças culturais, as dificuldades de sobrevivência ou os direitos ligados à terra. A linguagem e os verbos utilizados para se referirem aos indígenas também demonstram que o discurso os leva a condição subalterna. Para se referir ao discurso indígena, a autora explica que são predominantes verbos como dizer, contar, lamentar, reclamar, característicos do discurso popular e que não possuem força argumentativa no discurso, conferindo aos indígenas, como fonte jornalística, a posição passiva no discurso midiático. Já para se referir as autoridades são utilizados verbos como advertir, autorizar, designar, enfatizar, que conferem poder (MELO, 2003).

No caso do indígena, verificamos a frequente ausência da verbalização do discurso, quando outros segmentos mais fortes política e economicamente falam *por* e *sobre* ele, promovendo o seu silenciamento. Igreja, Governo, Funai, Ministério Público Federal e Polícia Federal ocupam o lugar de fonte ativa, assumem o discurso de autoridade e favorecem este silêncio, numa forma de se exercer controle e poder. (MELO, 2003, p. 152)

Esse silenciamento aos quais foram levados os povos originários acaba por descaracterizar sua própria identidade. É assim que Adichie (2009) explica que se cria uma história única, mostrando um povo como uma coisa só, sem parar, e fazendo com que o povo se torne isso. “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2009, p. 13). Por consequência, a história única rouba a dignidade das pessoas e torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum (ADICHE, 2009). “As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.” (ADICHIE, 2009, p. 16)

É essa humanidade que Fabiana Moraes defende que seja resgatada no jornalismo ao analisar como as pautas jornalísticas podem reiterar

desumanizações ou, ao contrário, podem restaurar formas de existência, através do caráter coletivo da subjetividade.

Toda pauta organiza e desorganiza visibilidades e invisibilidades, toda pauta hierarquiza e deshierarquiza vozes e representações, toda pauta estrutura e desestrutura discursos. Toda pauta é uma arma e, sendo assim, toda pauta também pode ser uma arma de combate: ela pode servir para ir de encontro a uma desumanização também alimentada pelo próprio jornalismo. É uma tecnologia à disposição de um agir. (MORAES, 2022, p. 10)

A subjetividade aqui iria de encontro a objetividade, que muitas vezes sustenta uma neutralidade e pode ser uma forma de validar discursos hegemônicos. Moraes (2022) entende que é na construção da pauta que se pode materializar uma série de decisões importantes para o fortalecimento de um jornalismo posicionado e que seja capaz de restaurar uma humanidade craquelada ou destruída já no processo de colonização. Para isso é preciso decolonizar o modo de reconhecer, perceber e pensar, reconhecendo a herança eurocêntrica e humanizando o jornalismo e os jornalistas. Para a autora, é preciso que a prática se dê a partir de uma posição continuamente reflexiva. Há um propósito em desarticular um jornalismo que mais fere do que restaura: é preciso firmar um pacto consigo e com o outro (coletivo e individual) e entender que nossas escolhas também têm o poder de promover o processo de re-humanização (MORAES, 2022).

A interferência e o papel do jornalista podem assim, ser algo tanto negativo como também positivo para a imagem do indígena. Reforça-se, então, a importância da função do jornalista dar visibilidade à pluralidade de opiniões e fontes, pois, como explica Amaral (2022, p. 5), “se é função do jornalista dar visibilidade à pluralidade e opiniões, também é seu papel construir a realidade a partir do interesse público, fornecendo elementos para seus leitores formarem um juízo de opinião sobre a cotidianidade” (AMARAL, 2002, p.5). Aos jornalistas compete a função ampliar as visões de mundo, aproximar-se dos povos indígenas, não apenas escutar essas vozes, mas amplificá-las (COSTA, 2021).

E aos indígenas fica o desafio de não apenas “conseguir restabelecer o direito aos seus territórios, mas marcar seu discurso na imprensa de modo a garantir o seu direito à palavra na condição de fonte ativa do discurso jornalístico, deixando de ocupar o lugar de sujeitos sem voz (MELO, 2003, p. 155). É este espaço que vem

sendo conquistado nos últimos anos, em especial nas últimas décadas, com a expansão da internet, a ampliação gradual no espaço nas mídias hegemônicas, e principalmente nas etnomídias.

4.2 ALGUMAS CRÍTICAS À PRÁXIS JORNALÍSTICA

A *práxis* jornalística envolve diversos processos, que permeiam a forma como as notícias chegam até os telespectadores. Muitos desses processos foram problematizados por autores ao longo da história, com o objetivo de refletir sobre como esse processo, muitas vezes enraizado dentro das redações, pode interferir em uma notícia.

Nos estudos de *newsmaking*, Wolf afirma que a produção jornalística na mídia hegemônica está centrada dentro de duas premissas: “a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos. As conexões e as relações existentes entre os dois aspectos constituem o ponto central deste tipo de pesquisa” (WOLF, 1999, p.188). Ou seja, a produção de informação e a rede e fontes depende da cultura do jornalista, seus critérios de notícia, suas ideologias e a estrutura social e de poder existente. Por outro lado, também há restrições impostas pelas empresas de comunicação, a partir das exigências dos procedimentos produtivos. Wolf destaca que “estabelece-se, assim, um conjunto de critérios, de relevância que definem a noticiabilidade (*newsworthiness*) de cada acontecimento, isto é, a sua “aptidão” para ser transformado em notícia” (1999, p.189). Tudo o que não corresponde a esses requisitos é “excluído”, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional (WOLF, 1999, p.190).

Essas premissas interferem diretamente na seleção das fontes. Para produzir as notícias e informar, os jornalistas utilizam o conhecimento das fontes para informar e contextualizar os fatos, e por meio delas, o jornalista mede a realidade, humaniza a notícia e faz suas confirmações para, posteriormente, informar o público (SCHMITZ, 2011).

Ocorre que muitas vezes a seleção acaba por inviabilizar o acesso de certas fontes à mídia hegemônica. Isso acontece porque as fontes podem ser classificadas, de acordo com Lage (2001), levando em conta sua natureza, os tipos (pessoas, instituições e documentos), as formas (oficiais, oficiosas e independentes) e atributos (testemunhais e *experts*). E de acordo com Schmitz (2011) as fontes

oficiais são as preferidas da imprensa, pela influência, poder e acesso facilitado as pautas da mídia, questão relacionada às dinâmicas das redações, conforme explica Gonçalves.

As fontes oficiais tendem a responder de melhor forma que outras a essas necessidades organizacionais das redações, pois se pressupõe que elas são mais confiáveis, simplesmente porque não se podem mentir abertamente. Além disso, são consideradas mais persuasivas, uma vez que as suas ações e opiniões são oficiais. (GONÇALVES, 2014, p. 96)

Essa prática da procura de jornalistas pela voz oficial e o uso limitado de outras vozes tem raízes históricas no Brasil (MEDINA, 2011). O “autoritarismo institucional, nas ditaduras brasileiras, também reforçou a voz oficial, em detrimento das vozes anônimas, do debate nacional. Verificou-se a extrema centralização das fontes de informação em todos os temas (pautas) que diziam respeito diretamente a qualquer cidadão brasileiro” (MEDINA, 2011, p. 17). Desta forma, apenas as fontes oficiais acabam tendo lugar de fala no telejornalismo.

Um dos problemas em questão é que a eficiência do jornalista em definir as fontes é baseada na ideia da produtividade, o que os faz recorrer a determinados entrevistados porque estes já possuem credibilidade e autoridade adquiridas em entrevistas anteriores. A rede de fontes leva, portanto, em consideração, a estrutura social, o poder existente e o processo produtivo. Aquelas que estão fora destas determinações, relacionadas aos ritmos de trabalho e valores culturais partilhados pelos jornalistas, dificilmente terão espaço (WOLF, 1999). Ressalta-se que, se o jornalismo depender apenas do processo produtivo, dificilmente fontes que não pertençam ao meio oficial serão procuradas e ouvidas pelos jornalistas, sendo, portanto, sub-representadas.

Desta forma, o acesso à mídia e ao Jornalismo, como realça Traquina (2005), torna-se um bem estratificado socialmente, no qual aqueles que não tem poder, ou que estão a margem destas determinações, não tem lugar de fala ou poderão participar da cobertura jornalística. Assim, o jornalismo tende por excluir pessoas de menor prestígio ou poder. É o que também afirma Gonçalves (2014), pois “algumas vozes são privilegiadas em detrimento de outras. Mesmo quando há um esforço em ouvir personagens e informantes de diferentes posturas e pontos de vista, não há garantia de pluralidade de vozes.” (GONÇALVES, 2014, p. 93) O resultado de

tais ações é um texto monológico, composto por uma única voz, incapaz de refletir as contradições da sociedade, ou seja, trazer ao público reflexões sobre temáticas importantes, como a indígena.

Evidencia-se, portanto, que as fontes não são todas iguais ou igualmente relevantes, assim como o acesso delas aos jornalistas é desigual. Denota-se também que muitas vezes esses critérios de seleção ocorrem por uma espécie de manual que já está penetrado nos jornalistas de tal forma que não se dão conta deste processo, ou por limitações estruturais impostas ao profissional, como os interesses e a própria linha editorial do veículo em que atua.

Ao criticar o jornalismo de televisão, Pierre Bourdieu (1997) já problematizava os critérios de seleção de fontes do jornalismo, enfatizando que os jornalistas selecionam os especialistas cujas opiniões coincidam ou discordem de suas crenças. A essas fontes ele chama de *fast-thinkers*, “especialistas” que pensam em alta velocidade. Esses *fast-thinkers* acabam por apresentar um discurso de “lugar-comum”, facilmente admissível, não gerando assim um pensamento crítico, que deveria ser subversivo para começar a desmontar as “ideias feitas” (BOURDIEU, 1997). Estas pessoas que recorrentemente aparecem nos noticiários são os chamados “*habitués da mídia*”.

Se a televisão privilegia certo número de *fast-thinkers* que propõem *fast-food* cultural, alimento cultural pré-digerido, pré-pensado, não é apenas porque (e isso faz parte também da submissão à urgência) eles têm uma caderneta de endereços, aliás sempre a mesma (sobre a Rússia, são o sr. ou a sra. X, sobre a Alemanha, é o sr. Y): há falantes obrigatórios que deixam de procurar quem teria realmente alguma coisa a dizer, isto é, em geral, jovens ainda desconhecidos, empenhados em sua pesquisa, pouco propensos a frequentar a mídia, que seria preciso ir procurar, enquanto que se tem à mão, sempre disponíveis e dispostos a parir um artigo ou a dar entrevista, os *habitués da mídia*. (BOURDIEU, 1997, p. 41)

Para o autor, a televisão veicula aqueles temas que ele chama de *fatos-omnibus*, que tendem a interessar a todo mundo e ser os de mais fácil entendimento, afastando as informações pertinentes e de maior grau de complexidade, como as da temática indígena. “Os fatos-ônibus são fatos que, como se diz, não devem chocar ninguém, que não envolvem disputa, que não dividem, que formam consenso, que interessam a todo mundo, mas de um modo tal que não tocam em nada de importante” (BOURDIEU, 1997, p. 23). Ao noticiar os *fatos-omnibus* a

televisão exerce uma violência simbólica sobre os telespectadores, atraindo a atenção para estes fatos fúteis, preenchendo o tempo delas com esse tipo de notícias, em vez de usá-lo para outra coisa. Esses *fatoss-omnibus* ocultam outros assuntos preciosos e mantêm a sociedade longe de informações realmente pertinentes que deveriam possuir para exercer seus direitos democráticos. Toda essa violência simbólica, afirma Bourdieu, ocorre “com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la” (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Ainda sobre a televisão, Pierre Bourdieu apresenta a teoria dos óculos especiais, uma metáfora sobre os critérios de noticiabilidade dos jornalistas, que enxergam certas coisas e não outras, operando uma seleção e uma construção do que é selecionado, convidando à dramatização. (BOURDIEU, 1997, p. 25)

Esse aspecto explica porque os indígenas se tornam facilmente pauta quando ocorrem fatos dramáticos como conflitos e mortes. Porém, ao tornarem-se parte de um problema crônico, como os genocídios ocorridos por disputas de territórios com o garimpo ilegal e latifundiários, tendem a sair de pauta, visto que pressupõem um enfrentamento das estruturas de poder político e econômico.⁶

Além disso, Bourdieu explica que além da seleção de fatos, os jornalistas usam palavras extraordinárias, a fim de chamar a atenção do público. E essas palavras podem causar estragos na medida em que a televisão é uma grande mídia que influencia na formação das pessoas. Assim, muitas vezes os jornalistas falam palavras levianamente, sem ter a menor ideia da dificuldade e da gravidade do que evocam, e das responsabilidades em que incorrem evocá-las diante de milhares de telespectadores. “Porque as palavras fazem coisas: criam fantasias, medos, fobias, ou simplesmente, representações falsas.” (BOURDIEU, 1997, p. 26). Basta pensar na palavra “invasão”, frequentemente usada pela mídia para se referir ao movimento indígena na luta pela demarcação de terras, que propriamente já tem uma conotação pesada, no sentido em que coloca os povos originários como “vilões”. Este é apenas um exemplo de vários que mostra como a televisão pode criar os estereótipos em relação os indígenas. A televisão acaba assim por ocultar mostrando, ou seja, mostrando um fato que deveria mostrar, mas construindo um sentido que não

⁶ Durante a finalização deste texto, veio à tona o caso do genocídio do Povo Yanomami por causa do garimpo ilegal ao longo do Rio Negro. O problema existe há décadas, mas veio à tona somente pela mudança no cenário político, com a posse de um novo governo.

corresponde à realidade (BOURDIEU, 1997). Isso também pode resultar no que Bourdieu chama de “efeito de real”, fazendo os telespectadores verem e crerem no que se faz ver, e podendo desencadear sentimentos como o racismo e xenofobia.

A cultura jornalística por vezes, pode acabar sendo tendenciosa, como afirma Cremilda Medina (2011). Para a autora os jornalistas têm uma tendência a preestabelecer as respostas acentuando a incomunicação.

Se os meios são de *comunicação*, que se encare então o que é *comunicar*, interligar. O maior obstáculo é o dirigismo com que se executam as tarefas de comunicação social. Na maior parte das circunstâncias, o jornalista (comunicador) imprime o ritmo de sua pauta e até mesmo preestabelece as respostas: o interlocutor é conduzido a tais resultados. A caricatura deste fato se difunde por aí em entrevistas de televisão, cujo *script* é pré-montado, ensaiado, ficando pouca margem para o entrevistado decidir qual o rumo de seu pensamento ou de seu comportamento. O que menos interessa é o *modo de ser e o modo de dizer daquela pessoa*. O que efetivamente interessa é cumprir a pauta que a redação de determinado veículo *decidiu*. (MEDINA, 2011, p. 6)

Estes comportamentos vão permear a relação dos jornalistas com os indígenas, apresentando uma visão preestabelecida que impede que os próprios indígenas consigam apresentar seus pensamentos e não dá margem para que outras cosmovisões possam ser compreendidas, a não ser aquelas que já estão em circulação midiática.

Ainda sobre os critérios de noticiabilidade, Muniz Sodré (2009) faz uma discussão sobre os aspectos que garantem a noticiabilidade dos fatos, sendo o acontecimento o que garante a noticiabilidade para determinados fatos sociais na pauta jornalística. Os acontecimentos seriam as irrupções no cotidiano dos sujeitos e situações sociais, e não podem ser vistos de forma racional, mas sim levando-se em conta as singularidades de seus aspectos sensíveis, como a proximidade entre o fato e outros da cidade, pois “o local e o singular induzem emocionalmente à identificação do leitor com o acontecimento que, comunicado de forma apenas abstrata ou conceitual, poderia não mobilizar a atenção pública” (SODRÉ, 2009, p. 58).

Além disso, para Sodré (2009) as mutações no tempo também vêm mudando as redações, que passaram a ter na temporalidade e atualidade um componente essencial na escolha de determinados fatos sociais enquanto acontecimentos midiáticos, vez que o acontecimento se pauta pela atualidade, pela experiência singular do “aqui e agora”, e “a informação do acontecimento é substituída

pelo acontecimento da informação” (SODRÉ, 2009, p. 134). Há, desta forma, uma desvalorização da memória e a predileção pelo excesso de atualidade, ou seja, os jornalistas estão mais atentos ao que está acontecendo do que ao que aconteceu, sendo que a notícia busca atualidade e uma forma narrativa de fácil identificação dos aspectos principais a serem informados ao leitor.

Outra mutação no tempo está relacionada ao jornalismo no ciberespaço, que se diferencia do jornalismo tradicional, da velha imprensa. A mídia cibernética vai além do papel de informar, mas consegue estabelecer uma conexão dos sujeitos e propor novas perspectivas para a liberdade de expressão. “Neste novo sistema, a velha imprensa se redefine como parte do que se tem chamado de ‘indústria de conteúdos’, portanto, uma produção desterritorializada de programas para as redes telemáticas” (SODRÉ, 2009, p. 118). Assim, na sociedade midiaticizada contemporânea, por meio da internet, o público consegue exercer o papel de produtor da informação, possibilitando que o antigo e apenas receptor tenha o poder de pautar os acontecimentos, que poderão ser transformados em notícia. É essa tendência que se realizou com o etnojornalismo, como será especificado no capítulo seguinte.

Esses apontamentos, baseados em teóricos importantes na comunicação, nos ajudam a refletir sobre os processos de fazer jornalísticos. Há de se ressaltar, porém, que não se trata de culpabilizar os jornalistas ou de apenas criticar os métodos jornalísticos, como quem olha de fora, aumentando as barreiras entre a academia e o mercado de trabalho. Como explica Fabiana Moraes, o que se pretende é abrir um caminho e propor uma reflexão para um melhor jornalismo.

Para uma prática que possa ajudar a (re)construir cidadanias precarizadas, representações miúdas, violências consentidas. Que reconheça a densidade da vida e os limites de uma democracia que jamais deu conta de populações imensas, como as de pessoas negras e as indígenas, em um país que pouco combateu a pobreza, mas muito combateu o pobre. (MORAES, 2022, p.18)

Denota-se sim, que o modo de fazer jornalístico leva ao erro no trato dos jornalistas, devido à pressa, à pressão, aos hábitos, à repetição de padrões e fórmulas que já deram certo anteriormente e, também, à falta de conhecimento. Nota-se o racismo estrutural está tão enraizado em nossa cultura e no modo de ser e pensar das pessoas, incluindo os jornalistas, que a grande maioria deles acaba por reproduzir, sem mesmo perceber ou ter a intenção, os discursos coloniais. Os

jornalistas também têm esse imaginário instalado e aliado aos métodos e processos de produção, resulta na reprodução dessas visões. Fabiana Moraes lembra que o problema nos jornalistas “não repousa exatamente em preconceitos ou estereótipos, mas em uma perspectiva anterior, fundadora, que nos ensinou, por exemplo, que a voz do indígena traz uma experiência particular, enquanto a do homem branco é científica, racional e universal” (MORAES, 2022, p.52). Soma-se a isso a falta de reflexão de muitos profissionais sobre esse contexto. Também não se pode apenas culpar as empresas, pois sabe-se também que as rotinas, em quaisquer áreas, são pautadas pela agilidade e produtividade que regem o próprio capitalismo. Acredito que caiba aqui uma adaptação, essa busca por compreender cada vez mais a necessidade de se mudar, dentro das rotinas, os modos de pensar, ou, de pensar contra os fatos, como propõe a autora Sylvia Moretzsohn (2007). Moretzsohn afirma que pensar contra os fatos é apreendê-los em sua complexidade, é uma contestação das evidências, saindo do senso comum para um senso crítico. O jornalismo precisa assim, demonstrar, dentro de sua rotina tão acostuada à percepção do imediatamente visível, que os fatos não são o que parecem.

O jornalismo vive em permanente tensão entre seu compromisso de esclarecimento, que exige uma desnaturalização dos fatos, e a tendência à naturalização que as rotinas de produção e as expectativas do público favorecem e ajudam a consolidar. Portanto, mais uma vez, não será exagero dizer que a perseguição do ideal do jornalismo representa um permanente enfrentamento da lógica imposta por essas rotinas e a busca de um discurso capaz de alterar aquelas expectativas. Se é verdade que para o jornalismo o imediato não é o ponto de partida, mas de chegada, essa atividade demanda de quem a exerce um trabalho sistemático de reflexão para a escolha dos fatos e para sua exposição como notícia numa perspectiva que possa contribuir para abalar as certezas cristalizadas no senso comum. (MORETZSOHN, 2007, p.521 e 252)

É certo que os jornalistas estão sempre se adaptando as mudanças na sociedade e, que este processo é mais lento dentro das redações e anda atrás das redes sociais, por exemplo, mas vem acontecendo nos últimos anos. Há uma preocupação em adequar o uso da linguagem e ampliar a presença de pessoas comuns e não apenas autoridades como fontes nas reportagens. “A conscientização é um processo, não é uma exigência. É um caminho de muitas perguntas, e não um caminho moral, mas de responsabilidade política. É o reconhecimento de algo: o que é que eu faço com o que sei, agora que sei?” (MORAES, 2022, p. 21)

Aos jornalistas compete agir por uma mudança de trato de alguns assuntos, fazer uma espécie de militância interna nas redações, num trabalho corpo a corpo, pressionando por questões de linguagem, imagem e fontes. Um movimento, tal qual ocorreu com os jornalistas da Rede Andi, que potencializou a comunicação como instrumento de garantia de direitos relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), melhorando assim a cobertura jornalística e a construção de uma cultura de investigação jornalística na qual os meninos e as meninas pudessem ser trazidos à agenda pública como sujeitos de direito.

5 DECOLONIALIDADE NA COMUNICAÇÃO E NO JORNALISMO

A interculturalidade é um importante passo para o respeito às culturas indígenas e para a desconstrução de estereótipos. O autor Néstor García Canclini (2009), em seu livro “Diferentes, desiguais e desconectados”, estuda as temáticas de formação e exploração dos processos interculturais. Nesse sentido, a interculturalidade tem a perspectiva epistemológica de construir um diálogo, de reconhecer e garantir as diferenças e superar as desigualdades, de maneira onde as culturas dialoguem com o objetivo de construir novos jeitos de pensar as relações culturais como processos interculturais. Canclini (2009) afirma ainda que “a reestruturação neoliberal dos mercados agrava a desigualdade e exclusão dos indígenas” (CANCLINI, 2009, p. 66) e que “o problema não é manter “campo sociais alternativos”, mas ser incluídos, chegar a se conectarem, sem que isto atropela sua diferença nem os condene à desigualdade. Em suma, ser cidadãos em sentido intercultural” (CANCLINI, 2009, p.66).

Para compreender a interculturalidade é preciso debruçar-se também sobre o conceito de cultura, entendida como um conjunto de práticas que dizem respeito a produção de sentido (HALL, 2016), e é através do uso que fazemos das coisas, da forma como representamos que se dá esse sentido, esse significado. Para o autor, a representação constitui o que conecta o sentido e a linguagem à cultura. Através da linguagem, a representação produz sentidos que impactam na construção do espaço ao qual pertencemos. Com o mundo cada vez mais globalizado, a identidade passa a estar em constante processo de transformação e, embora possam ser representadas como unificadas, as identidades nacionais são compostas pelas diferenças, não podendo ser marcadas pela homogeneidade de etnia ou raça. Segundo Hall, “as nações modernas são, todas, híbridos culturais” (HALL, 2020, p. 36). Desta forma, todas as culturas estão envolvidas umas com as outras; nenhuma é isolada e pura, todas são híbridas, heterogêneas, extraordinariamente diferenciadas e não monolíticas. (SAID, 2011)

Entender a importância da interculturalidade nos ajuda a compreender também as mudanças que ocorreram no campo da comunicação ao longo das últimas décadas, principalmente no que tange aos povos originários, a decolonialidade e a ocupação do espaço midiático como sujeitos comunicacionais no jornalismo hegemônico.

O fenômeno da autorrepresentação com o surgimento dos comunicadores indígenas atuando cada vez mais como midiativistas tem contribuído para a mudança do contexto comunicacional. Podemos considerar este protagonismo um giro decolonial na comunicação e no jornalismo brasileiro, nos apropriando do termo cunhado pelos autores do chamado pensamento decolonial latino-americano. Para Mignolo (in CASTRO-GOMEZ; GROSGOQUEL, 2007, p. 27) o pensamento decolonial emerge simultaneamente e em contrapartida à Modernidade/colonialidade. No caso da América Latina, isso se dá no pensamento indígena e afro-caribenho⁷. Nesse sentido, Catherine Walsh agrega a importância da interculturalidade como um processo de construção de um outro conhecimento e de uma outra prática política com e contra a Modernidade/colonialidade, comprometidos com a transformação social (in CASTRO-GOMEZ; GROSGOQUEL, 2007, p.47-57).

Trazendo essa perspectiva para o campo da comunicação e do jornalismo em especial, nota-se que a presença e visibilidade indígena têm se ampliado no Brasil, principalmente nas chamadas etnomídias.

5.1 ETNOJORNALISMO

A etnomídia indígena é uma prática que se expandiu com a popularização da internet. É um fenômeno de midiaticização, uma apropriação midiática pelos povos originários. O conceito de midiaticização, de acordo com Muniz Sodré (2002), está relacionado com a articulação das instituições sociais com a mídia. Isso seria “fruto das transformações nos modos de urbanização e no advento das tecnologias da informação e da comunicação, vetorizadas pelo mercado capitalista” (SODRÉ, 2009), visto que, rapidamente, a tecnologia penetrou em todas as sociedades e seus vários campos sociais.

Para o autor, esse avanço da internet fez com que a comunicação passasse a um “multimídiaalismo”, ou seja, “no campo da mídia, a tônica do discurso social passa da televisão em circuito aberto para as telecomunicações por toda a parte” (2002, p.15). A etnomídia indígena é, portanto, uma territorialização do solo da informação, que não é físico, e sim um espaço midiático. Essa apropriação midiática

⁷ Mignolo trata sobre a emergência do pensamento decolonial também na Ásia e África e, posteriormente, na intersecção com o crescimento da liderança global exercida pelos Estados Unidos a partir da Guerra Fria, para então traçar sua própria genealogia (in Castro-Gomez; Grosfoguel, 2007).

viabiliza a construção de novas representações e sentidos sobre o mundo e espaços sociais, principalmente para atualizar as representações e informações sobre os povos indígenas. A evolução das formas de comunicação permite ainda a construção de novos discursos, inscrevendo novos atores sociais no campo da mídia. “Agora, formas tradicionais de representação da realidade e novíssimas (o virtual, o espaço simulativo ou telerreal da hipermídia) interagem, expandindo a dimensão tecnocultural, onde se constituem e se movimentam novos sujeitos sociais.” (SODRÉ, 2002, p.19)

Sobre o etnojornalismo indígena, Kaseker (2018) explica que trata-se de um jornalismo produzido por indígenas, que tem como característica o “processo de construção de sentido que se insere nas formas de se relacionar e narrar histórias de cada etnia” (KASEKER, 2018, p. 5), sendo um jornalismo alternativo, pois adota meios de produção diferentes da mídia hegemônica, e popular e comunitário, porque é elaborado de “forma participativa e democrática dando voz diretamente aos membros de determinada comunidade.” (KASEKER, 2018, p. 10)

Em síntese, consideramos o etnojornalismo como um jornalismo alternativo, com vocação popular e comunitária, engajado e independente, trazendo como especificidade a questão étnica. Nesse sentido, pressupõe-se que é produzido com o protagonismo de indígenas, com a adoção de valores próprios na seleção de temas, fontes e enquadramentos, resultando em produções que traduzam traços culturais e étnicos em sua técnica, ética e estética, que serão veiculados em mídias livres, engajadas e ativistas em suas causas e, quem sabe, possam também ser divulgadas por meios de comunicação que promovam essa abertura em sua linha editorial. (KASEKER, 2018, p. 10)

Esse jornalismo que fornece autonomia e protagonismo aos povos originários é definido por Osias Sampaio, primeiro jornalista indígena formado no Paraná pela Universidade Estadual de Londrina, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, como jornalismo indígena.

O jornalismo indígena no Continente ocorre de maneiras diversas, por exemplo: comunicação comunitária, com rádios “caseiras” e pequenos jornais na aldeia, comunicação alternativa, com rádios que operam sob concessão, emissoras digitais, jornal impresso interno, mural, jornal alternativo de pequena, média ou grande circulação, imprensa indígena, vídeos caseiros, vídeos elaborados, e comunicação digital seja site, blog ou redes sociais. (SAMPAIO, 2010, p. 79)

Como vimos, é na internet que o etnojornalismo ganhou força como uma forma de resistência dos povos originários, um agente na ressonância das reivindicações indígenas, que o caracteriza, assim, como uma comunicação alternativa, que reproduz um discurso contra-hegemônico e “[...] possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o povo como protagonista principal” (PERUZZO, 2006, p. 4).

Uma das principais etnomídias indígenas é o projeto Vídeo nas Aldeias (VNA). O VNA nasceu em 1986 como um precursor na área audiovisual indígena. Surgiu a partir das ONG Centro de Trabalho Indigenista, com um experimento realizado por Vincent Carelli com os indígenas da etnia Nabiquara, que assistiam aos materiais após a filmagem. A iniciativa foi se expandindo com a produção de vídeos, a formação de cineastas indígenas, a disponibilização de equipamentos de filmagem e exibição para as comunidades, formando assim uma rede de distribuição dos vídeos que iam produzindo.

O objetivo do projeto, conforme identificado no site, sempre foi apoiar as lutas dos povos originários e fortalecer suas identidades e patrimônios territoriais e culturais, por meio de produções audiovisuais compartilhadas com os povos indígenas. O projeto possibilita, assim, a apropriação dos povos originários de suas imagens e falas, passando de objetos de observação a sujeitos dos seus próprios discursos.

De acordo com o site, o VNA construiu um importante acervo sobre os povos indígenas do Brasil, com mais de 3 mil horas de imagens de 40 povos indígenas brasileiros, sendo mais de 70 vídeos, metade de autoria indígena, falados em suas línguas originais (VIDEONASALDEIAS, [sd]). Toda essa produção abriu espaço para o protagonismo indígena nas etnomídias, ampliando também novos espaços de diálogo intercultural.

Outra etnomídia de destaque é a Webrádio Yandê, a primeira Webrádio indígena do Brasil. A Webrádio foi idealizada em 2013 pelos indígenas Anapuaka Tupinambá, Renata Tupinambá e Denilson Baniwa, inspirados pelo Programa de Índio realizado entre 1985 e 1991 por Ailton Krenak, que pode ser considerado o primeiro programa a protagonizar uma comunicação indígena brasileira.

Yandê significa “todos” e reforça o conceito de união, de comunidade. Renata Tupinambá, cofundadora da Webrádio e especialista em etnomídia, propõe a

seguinte definição para o termo:

Etnomídia é uma ferramenta de empoderamento cultural e étnico, por meio da convergência de várias mídias dentro de uma visão etno. Por isso o uso deste prefixo. Ela é uma forma que promove a descolonização dos meios de comunicação, podendo ser executada por diferentes identidades étnicas e culturais. A apropriação dos meios de comunicar tornou possível aos povos serem seus próprios interlocutores. (TUPINAMBÁ, 2016)

As etnomídias estão comprometidas, de acordo com a autora, “em trazer entendimento sobre as culturas, cotidiano das comunidades e lutas políticas pelos direitos indígenas” (TUPINAMBÁ, 2016), sendo essencial para mostrar o outro lado, que não é apresentado pela mídia hegemônica.

Esse tipo de mídia é um amplificador de vozes dos povos originários, uma ferramenta de decolonização que tem por objetivo mudar pensamentos reproduzidos durante toda a história na grande mídia.

A etnomídia indígena é adotada como estratégia para trazer reconhecimento, visibilidade aos direitos, respeito, notícias de interesse deste público, resgate cultural e principalmente é uma forma de quebrar antigos estereótipos ou preconceitos ocasionados pela falta de informação especializada nos principais veículos de comunicação. Realizar uma comunicação alternativa e diferente da convencional abre um leque de possibilidades que são limitadas na mídia tradicional. É uma mídia livre de alguns formatos preestabelecidos e condicionados às estruturas fechadas no jornalismo. (TUPINAMBÁ, 2016)

Além dos veículos próprios, como a Webrádio Yandê, a etnomídia tem amplificado as vozes indígenas em outras produções especializadas como o podcast “Papo de Parente”, ou ainda em organizações indígenas como os canais da Articulação dos Povos Indígenas (APIB).

A Articulação dos Povos Indígenas foi criada em 2005 pelo movimento indígena no Acampamento Terra Livre. A APIB é uma organização do movimento indígena de âmbito nacional e que tem como propósito fortalecer a união dos povos indígenas, a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país, além de unificar as lutas e mobilizar os povos e organizações indígenas contra as ameaças e agressões aos direitos dos povos originários. O site da APIB reúne notícias e publicações relacionadas às pautas atuais indígenas, como a votação do marco temporal e as Conferências do Clima. A Articulação dos Povos Indígenas é uma das

principais organizações que representam os povos originários atualmente, sendo um espaço aberto de poder de fala e até mesmo para críticas a outros órgãos de representação dos indígenas, como a Funai.

Constata-se ainda um aumento expressivo de estudantes indígenas nas universidades e diversidade de influenciadores digitais indígenas na última década. Importante destacar nomes como Renata Machado Tupinambá, Daiara Tukano, Anápuáka Muniz Tupinambá Hã Hã Hãe, Alice Pataxó e Cristian Wariu no ativismo midiático.

Alice Pataxó, por exemplo, jovem indígena da aldeia Craveiro, Terra Indígena Barra Velha, localizada na Bahia, é atualmente uma das protagonistas pela luta por territórios. Através das redes sociais, ela tem feito ecoar sua voz pelo mundo. Em 2021, participou da Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, a COP 26, em Glasgow, na Escócia. No mesmo ano, seu perfil passou a ser o com maior alcance potencial no debate sobre povos indígenas no Twitter (PORTAL DA COMUNICAÇÃO, 2022).

5.2 LINGUAGEM JORNALÍSTICA E OS POVOS INDÍGENAS

Nos últimos anos a linguagem utilizada para se referir aos povos indígenas sofreu mudanças, sendo essa uma transformação premente nos meios de comunicação. Márcia Mura (2022), indígena e doutora em História Social, explica que o termo “índio”, por exemplo, é genérico e não considera as especificidades e diversidades que existem entre os povos indígenas. Kaká Werá (2017), escritor e ambientalista, afirma que o termo “índio” carrega as dores vividas pelos povos indígenas.

[...] o que é o índio nessa história? Durante os primeiros 70 anos ele foi modelado para ser o escravo dessa história. E depois desse período, o índio era associado a moeda. Índio nada menos é, naquela época, do que moeda de troca. Escravo e usado como moeda. [...] Quando veio a mudança de escravização, quando a escravização passou a ser africana, o índio passa a ser estorvo, aí nasce a profissão de bugreiro, que é o caçador de índio. Que é aquele sujeito que ganhava por par de orelhas cassados. E desde então ele passa a ser um estorvo, e por incrível que pareça esse modelo do século XVI é o mesmo modelo que está por aí. [...] Então, tudo isso, o conceito de índio guarda pra nós essa dor. (WERÁ, 2017)

O escritor e pós-doutor em Linguística, Daniel Munduruku (2019), da etnia Munduruku, elucida que a palavra índio também tem uma conotação pejorativa relacionada à ideia de que o índio é preguiçoso, selvagem ou atrasado. Ao invés de “índio”, aponta para o uso do termo “indígena”. “A palavra 'indígena' diz muito mais a nosso respeito do que a palavra 'índio'. Indígena quer dizer originário, aquele que está ali antes dos outros” (MUNDURUKU, 2019).

Outra palavra pejorativa é “tribo”, usada comumente para se referir a grupos de indígenas. Celia Xakriabá (2021), no podcast “Papo de Parente”, da plataforma do Globoplay, afirma que esse termo condiz ao olhar colonial, tratando os povos indígenas como se fossem primitivos e não civilizados. Indica-se o uso de povos indígenas ou etnias para se referir à diversidade.

[...] até a Organização das Nações Unidas reconheceu o peso e o jeito pejorativo da palavra tribais. É muito importante retomar o significado da palavra e da história. Os povos originários do Brasil se reconhecem muito mais por serem chamados povos indígenas. Use a palavra povo, use a palavra aldeia. (XAKRIABÁ, 2021)

Patrícia Rodrigues (2021), indígena da etnia Fulni-ô, explica também que não se deve usar “tribo” ou “reserva indígena” como sinônimo de aldeia, terra ou território indígena.

Muitas pessoas me perguntam 'qual é a sua tribo?' Sempre respondo que não tenho tribo, que moramos num território onde há uma aldeia. Além de reafirmar que não somos selvagens tribais, o termo 'território', que representa o espaço geográfico onde vivemos, também confere respeito. As pessoas moram no campo, na cidade, e nós, na aldeia, que só vale para um território reconhecidamente indígena. Ao repensar o nosso vocabulário, obrigamos a sociedade a repensar como trata e retrata a população indígena. (RODRIGUES, 2021)

Repensar a relação com os indígenas vai muito além das palavras. Nara Cabral (2013) considera que “é preciso lembrar que não se trata apenas de circunscrever as palavras, no plano simbólico, mas também de reestruturar as configurações que se enraízam no imaginário” (CABRAL, 2013, p. 80).

5.3 INDÍGENAS COMO SUJEITOS COMUNICACIONAIS NA MÍDIA HEGEMÔNICA

O protagonismo comunicacional dos indígenas ainda está circunscrito, na maioria das vezes, às etnomídias, pois nos veículos da mídia hegemônica sua presença se limita muitas vezes a datas comemorativas e registro de manifestações. Reforça-se que tal postura é característica do eurocentrismo que alicerçou as bases da imprensa no país, já que “os estigmas e os preconceitos perpassam a mente de grande fatia da sociedade e, por consequência, pelo pensamento de muitos profissionais de imprensa” (IJUIM, 2020). Observa-se que isto é decorrência de uma produção irrisória de conhecimentos sobre a temática que não condizem com a importância do assunto para a sociedade, o que acaba resultando na deformação da imagem do indígena na escola, nos jornais, na televisão e em toda sociedade. (FREIRE, 2016)

Felizmente, percebe-se que essa colonialidade da mídia vem sendo rompida, aos poucos, na mídia hegemônica. Uma pesquisa feita pela jornalista Cristiane Fontes, da Amoreira Comunicação, confirma que os indígenas se tornaram mais visíveis na grande mídia na última década. O levantamento foi feito com 350 formadores de opinião. Segundo o estudo, o Jornal Nacional e o Fantástico foram os programas jornalísticos mais citados como exemplos dessa maior cobertura às pautas indígenas e o programa Falas da Terra, documentário produzido no Dia dos Povos Indígenas pela Rede Globo e que mostrou falas de indígenas de 21 comunidades brasileiras, pode ser considerado um marco na TV (PORTAL DA COMUNICAÇÃO, 2022). O especial foi exibido na rede Globo de televisão no dia 19 de abril de 2021 com o objetivo de destacar as vozes indígenas e mostrar a pluralidade dos povos originários. O programa exibiu depoimentos de 21 indígenas que falam sobre sua cultura, língua e costumes. A produção contou com profissionais indígenas, como Ailton Krenak; Ziel Karapató, artista e ativista; Graciela Guarani, cineasta; Olinda Tupinambá, jornalista e documentarista; e Alberto Alvarez, cineasta e realizador, que auxiliaram na escolha dos entrevistados e na condução das entrevistas. (DORRICO, 2021)

O aumento da cobertura de temas indígenas, em alguns momentos pela imprensa brasileira, resultou também em mudanças de comportamento, como enfrentamento ao racismo e representatividade, que passa pelo protagonismo e ocupação de espaços com vozes e participação dos próprios indígenas não somente

como fontes jornalísticas, mas também como comunicadores. Além dos nomes já abordados anteriormente, destaca-se a maior projeção de lideranças políticas como Davi Kopenawa, Daniel Munduruku, Eloy Terena, Sônia Guajajara, Célia Xakriabá e Joênia Wapichana.

5.3.1 Davi Kopenawa

Davi Kopenawa é xamã e uma das principais lideranças indígenas do Brasil atualmente e a principal voz do povo Yanomami, a maior terra indígena do país. Nasceu em 1956 e toda sua trajetória de vida foi dedicada a defender os direitos dos povos indígenas e a conservação da floresta Amazônica. Kopenawa teve o primeiro contato com o homem branco por volta dos três anos de idade. Em entrevista ao programa “Conversa com Bial”, em 10 de abril de 2023, ele contou como foi essa experiência.

Foi difícil, o primeiro contato com a napë⁸ foi na divisa Brasil e Venezuela, na montanha. O primeiro grupo que passou lá, passaram para fazer a demarcação do Brasil e Venezuela, 60 homens, quando eu era 3 a 4 anos. Eu nunca vi homem da cidade. Fiquei com medo. Todo mundo ficou com medo, até as *mulher*, a mãe da gente também ficou com medo e *os guerreiro* pegaram *as flecha* pra defender nós, pra proteger nós. Então os missionários *ficou* lá e eles construíram a casa deles pra ficar junto com a gente. (KOPENAWA, 2023)

Foi a partir daí que Davi viu boa parte do seu povo ser dizimado por epidemias de doenças levadas pelos missionários, incluindo seus pais. Em dezembro de 2023, o programa “Globo Rural”, da Rede Globo, produziu uma edição especial sobre os costumes do povo Yanomami. Durante a reportagem Davi Kopenawa retorna à aldeia, sua casa, após dois meses longe, e fala sobre as doenças levadas pelos brancos à sua terra durante o processo de invasão. “Eu perdi a minha tia, o meu tio, os meus parentes. Eu perdi nesse tempo. Porque os *missionário* eles *trouxe* o sarampo, pra gente ficar doente.” (KOPENAWA, 2023)

⁸ Napë significa não indígena.

Figura 23 – Davi Kopewana no Programa Globo Rural



Fonte: Globo Rural (2023)

Já adulto, Davi trabalhou como intérprete da Funai. Junto com o antropólogo francês Bruce Albert, Davi Kopenawa é autor do livro “A Queda do Céu”, que traz as memórias e sabedoria do povo Yanomami, confiadas por Davi a Bruce em entrevistas gravadas ao longo dos anos. Os dois se conheceram em 1975 e desde então mantêm uma amizade e lutas pelos direitos dos indígenas. O livro, originalmente publicado em francês, em 2010, foi lançado no Brasil, em 2015, pela Companhia das Letras.

Ao longo de sua trajetória de lutas, Davi ficou conhecido internacionalmente. Na década de 80 fez sua primeira viagem ao exterior, ao Reino Unido; e foi um dos primeiros indígenas a discursar na sede ONU, em Nova York.

Figura 24 – Davi Kopewana discursa na sede da ONU



Fonte: Globo Rural (2023)

Kopenawa conquistou, ao lado do seu povo, a demarcação de terras

indígenas Yanomami em 1992, levando à expulsão de milhares de garimpeiros das terras indígenas pelas forças federais. Recebeu vários prêmios, títulos e distinções, entre eles um prêmio *United Nations Global 500 Award* da Organização das Nações Unidas pela defesa do seu povo, em 1989; a Ordem de Mérito Cultural do Brasil, em 2015; e o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em 2022. Também é membro da Academia Brasileira de Ciências e presidente e fundador da Associação Hutukara, entidade criada em 2004 e que representa a maioria dos Yanomami no Brasil.

A quantidade de títulos faz jus a denominação de Davi, nome bíblico do personagem que derrotou o gigante Golias e que foi inspiração para o nome de Kopenawa. Durante a entrevista a Pedro Bial, o líder xamã contou como recebeu este nome.

Os missionários me deram o nome. Eu estava pensando em escolher o nome. E os missionários falava só o nome Davi que enfrentou o homem grande, chamado Golias. Então eu escolhi Davi. Davi era homem pequeno e ia derrubar o homem grande. Então foi muito importante pra mim. (KOPENAWA, 2023)

É sendo Davi e Kopenawa que o líder se tornou umas das principais vozes indígenas ouvidas na grande mídia nos últimos anos. Foi um dos 21 indígenas escolhidos para integrar o programa “Falas da Terra”, da rede Globo. Nele, Kopenawa usou o espaço de fala para defender a preservação da Floresta Amazônica, uma de suas principais lutas.

A mineração está estragando, estão destruindo tudo, derrubando a floresta e matando milhares de árvores. Vamos parar e achar uma solução. Sem a floresta, sem a árvore, sem água, não tem vida. Meio ambiente, uma palavra bonita, mas o meio-ambiente não está respeitado. Quem cuidou das florestas do Brasil foram nós, mundo precisa dos Yanomami pra proteger eles, o branco precisa aprender a respeitar pra não deixar destruir. Os filhos de vocês também precisam da natureza, o filho de vocês precisa da floresta. A floresta está viva, é por isso que nós, povo Yanomami, também está vivo. Então vamos pensar juntos, vamos andar juntos, vamos lutar juntos. (KOPENAWA, 2021)

5.3.2 Daniel Munduruku

O escritor e educador Daniel Munduruku é natural de Belém, no Pará. Nasceu em 1964. Quando criança, na década de 1970, foi proibido de falar sua língua original e praticar sua cultura na escola. Em 1987, Munduruku mudou-se para o estado de São Paulo onde iniciou a graduação em Filosofia pela Universidade Salesiana de Lorena. Além disso, tem graduação em História e Psicologia, mestrado em Antropologia Social e doutorado em Educação, ambos pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado em Literatura pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Iniciou a carreira de escritor em 1996 com a publicação do seu primeiro livro literário: “Histórias de Índio”. Até hoje já publicou mais de 60 obras, a maioria voltada para o público infanto-juvenil, e recebeu duas vezes o prêmio Jabuti. Um dos seus livros mais conhecidos é “Meu avô Apolinário”, no qual Munduruku narra o preconceito sofrido na escola. O livro recebeu uma menção honrosa da Unesco no Prêmio Literatura para Crianças e Jovens na Questão de Tolerância.

Um livro que eu escrevi com o coração, com a alma. E desde sempre revela tudo aquilo que eu trago, que eu tenho procurado mostrar para as pessoas, procurado transmitir para as pessoas que não é um conhecimento meu, mas que nasceu da alma desse poeta Munduruku, meu vô Apolinário. (MUNDURUKU, 2018)

Daniel Munduruku também se destaca na militância indígena político-pedagógica e na educação pela mudança da mentalidade que está nas escolas, pois “o educador estudou, na maioria das vezes, em bases antigas que reproduzem o estereótipo e o preconceito.” (MUNDURUKU, 2017)

Em 2023 Daniel Munduruku foi contratado pela TV Globo para ser consultor e integrar o elenco da novela “Terra e Paixão”. Na novela, Munduruku faz o papel de Jurecê Guató, um pajé.

Ele é uma liderança espiritual do povo fictício que foi criado para representar uma parcela da população do Mato Grosso do Sul, a região onde a trama é ambientada. O personagem tem um componente importante porque ele é um sábio, alguém capaz de visualizar o que vai acontecer, uma espécie de profeta e, ao mesmo tempo, alguém inserido no seu tempo, na sua sociedade, no mundo,

naquilo que está acontecendo nesse momento. É um homem ligado às tradições e, ao mesmo tempo, antenado ao momento atual. (MUNDURUKU, 2023)

Em novembro de 2023 Daniel Munduruku participou do programa “Encontro com Patrícia Poeta” e falou sobre a importância do papel para a desconstrução de estereótipos na sociedade brasileira.

Um papel meu além do ator é também mostrar para a sociedade brasileira que nós indígenas podemos, nós podemos aprender, nós podemos ensinar, nós podemos atuar, nós podemos estar na sociedade construindo um olhar sobre a própria sociedade e quem tem sido negado para gente ao longo do tempo. Então atuar para mim também é uma forma de educar. (MUNDURUKU, 2023)

Figura 25 – Daniel Munduruku em entrevista ao programa Encontro



Fonte: Globoplay (2023)

Além de Munduruku, outros atores indígenas ganharam papéis na novela. Apesar de se tratar do campo do entretenimento e não jornalístico, é necessário ressaltar a importância de tal feito para os povos indígenas, que alcançaram um lugar de fala também na teledramaturgia. “A novidade mesmo é a Globo se valer oficialmente de um representante com lugar de fala para abordar questões referentes aos povos originários, que finalmente voltam a ganhar protagonismo também no cenário político nacional.” (PADIGLIONE, 2023)

Ao longo da história, a representação dos indígenas em telenovelas brasileiras foi interpretada por pessoas não indígenas.

Era o ano de 2005 quando Alma Gêmea estreou na Globo e apresentou Serena, a jovem protagonista filha de uma indígena e um

garimpeiro. Personagem vivida por Priscila Fantin, mulher branca sem nenhuma descendência indígena. A novela das seis é só um dos exemplos do quanto o audiovisual estereotipou, por muitos anos, os povos originários. Agora, a mesma emissora que colocou nos papéis de indígenas nomes como Deborah Secco (Caramuru, A Invenção do Brasil), Stênio Garcia (A Muralha), e Cléo Pires (Araguaia), abriu espaço no horário nobre para que intérpretes de variadas etnias apresentem a sua própria cultura aos brasileiros. (QUEIROZ, 2023)

Para a atriz indígena Rafaela Cocal, que interpretou Yandara Guató na novela “Terra e Paixão”, ao lado de Daniel Munduruku, o processo de furar a bolha da grande indústria do audiovisual é lento, mas que está sendo feito. “Hoje temos um núcleo indígena na novela das 21h da TV Globo é algo visto, notado e isso que precisamos, que reparem nossa cultura, tenham respeito pelos povos indígenas e que outros atores ganhem oportunidades.” (COCAL, 2023). O espaço das telenovelas acaba por se tornar uma ferramenta de luta, de defesa dos territórios e de conhecimento da cultura indígena, por onde “a voz indígena ecoará ainda mais longe.” (MUNDURUKU, 2023)

5.3.3 Eloy Terena

Eloy Terena nasceu em 1988 e pertence ao povo indígena Terena, da aldeia de Ipegue, em Aquidauana, no Mato Grosso do Sul. Cresceu em Campo Grande, onde foi criado por sua mãe após a separação dos pais. Possui um extenso currículo acadêmico, com graduação em Direito na Universidade Católica Dom Bosco, Doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e pós-doutorado em antropologia na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), de Paris.

Eloy é coordenador do Departamento Jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Durante a pandemia de Covid-19, Eloy foi o primeiro advogado autodeclarado indígena a vencer uma ação de jurisdição constitucional no Supremo Tribunal Federal. Também foi o responsável pela Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional (ADPF) que garantiu aos povos indígenas medidas de proteção contra a Covid-19.

Essa ação é um marco não só para o direito dos povos indígenas, mas para o próprio direito constitucional brasileiro, porque durante muito tempo essa condição de sujeito ativo, de direito, foi negada aos povos

indígenas. Foi somente com a Constituição de 1988 que tivemos esse reconhecimento. Passados 32 anos da Constituição, em 2020, no auge da pandemia, que levamos ao Supremo a primeira ação de jurisdição constitucional, que é a possibilidade de você ir diretamente ao STF buscar uma determinação de proteção. Essa ação tem dois aspectos. Primeiro, ela rompe com esse obstáculo que nós, indígenas, tínhamos, de acessar a Justiça. E também tem outro paradigma: pela primeira vez fomos ao Supremo em nome de uma organização indígena constituída na sua forma tradicional, a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). Não é uma organização constituída nos moldes do direito civil. Não tem estatuto, não tem CNPJ, não tem presidente, é constituída sob a visão dos povos indígenas. Isso foi paradigmático. O Supremo acatou essa visão e fez uma série de determinações ao governo brasileiro justamente no âmbito da pandemia da COVID-19. (TERENA, 2023)

Atualmente, Eloy Terena é secretário executivo do Ministério dos Povos Indígenas e fez parte da equipe de transição do governo Bolsonaro para o governo Lula. Após ser nomeado pelo presidente Lula, Terena deu uma entrevista, ao vivo, para o telejornal MSTV 2ª edição da TV Morena, afiliada da TV Globo no Mato Grosso do Sul, estado onde Eloy nasceu e cresceu. Ao ser questionado sobre a nomeação como secretário executivo, Eloy falou sobre a importância da criação da pasta.

É um momento simbólico. Durante séculos de invisibilidade aos povos indígenas foi negada essa categoria plena de direito, então ter a oportunidade de ter um ministério ocupado por indígenas e ter agora uma oportunidade de estar decidindo sobre as políticas que nos afetam, é motivo para se comemorar. Nós estamos recebendo todos os dias muitas delegações de todo país e eles vem trazer essa energia, essa esperança de dias melhores para os povos indígenas. (TERENA, 2023)

Figura 26 – Eloy Terena em entrevista ao MS 2ª edição



Fonte: Globoplay (2023)

Eloy Terena é uma das jovens lideranças indígenas do país, e se junta a outras dezenas de nomes como Daiara Tukano, Renata Tupinambá, Cristian Wariu, Hamangaí Marcos Melo Pataxó, Myriam Krexu, Kunumi MC, muitos que não tinham sequer nascido quando foi promulgada a Constituição Federal de 1988, e não viveram o processo devastador da colonização, mas que estão reescrevendo a história dos indígenas no Brasil, cada qual a sua maneira, encontrando formas de fazer suas vozes ecoarem mundo afora, buscando serem vistos e ouvidos na mídia, demonstrando que a luta indígena se perpetua através das gerações.

5.3.4 Sônia Guajajara

Durante boa parte da história dos indígenas o poder de fala, ainda que pequeno, era restrito aos homens. Como vimos, as primeiras lideranças indígenas que podem ser vistas como sujeitos comunicacionais, como Juruna, Krenak e Raoni, foram homens. Mas nesse novo momento das etnomídias e do maior protagonismo dos indígenas na mídia, com maior visibilidade, as mulheres indígenas surgem como sujeitas comunicacionais em destaque. A ascensão das mulheres nessa trajetória coincide com o fortalecimento feminino no cenário midiático e a conquista de espaços de liderança e também de poder, com a ocupação de cargos importantes no governo e na política, o pioneirismo nos estudos e profissões, como médicas, artistas e, claro, o ativismo e protagonismo nas lutas indígenas e na internet.

Sônia Guajajara é uma dessas mulheres que merecem destaque. Ela nasceu em 1974, na Terra Indígena Araribóia, no Maranhão. Indígena do povo Guajajara/Tentehar, é filha de pais analfabetos e saiu do Maranhão para cursar o ensino médio em Minas Gerais. Em 1991, retornou ao estado natal onde se formou em Letras, pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em 1991. Também concluiu o curso de enfermagem e fez pós-graduação em Educação Especial. Em 2009 ganhou visibilidade nacional quando foi eleita vice-coordenadora da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

Sônia Guajajara foi coordenadora da APIB de 2017 a 2022, e é um dos principais nomes da atualidade na luta pelos direitos dos povos originários. A indígena se destaca também pelo ativismo ambiental e pelas diversas denúncias que fez na Organização das Nações Unidas, no Parlamento Europeu e nas Conferências Mundiais do Clima (COP) sobre violações de direitos indígenas. Além disso, Sônia

Guajajara foi coorganizadora da Primeira Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, onde se reuniram mais de duas mil mulheres de diversos povos. Ela também esteve à frente da Jornada Sangue Indígena Nenhuma Gota Mais, que percorreu 12 países da Europa, levando denúncias sobre violações sobre os povos indígenas cometidas pelo Governo Bolsonaro, e cobrando medidas de preservação do meio ambiente e respeito aos direitos dos povos indígenas. Reconhecida internacionalmente, a líder indígena foi eleita uma das 100 pessoas mais influentes do mundo de 2022 pela “Revista *Time*”. Além de Sônia, o pesquisador Tulio de Oliveira e o CEO da Nubank, David Vélez, integraram a lista naquele ano.

Na política, em 2018 a indígena foi candidata a vice-presidência da República na chapa de Guilherme Boulos (PSOL) e se tornou a primeira indígena na história do Brasil a concorrer ao cargo. Em 2022, Guajajara foi eleita a primeira deputada federal indígena pelo estado de São Paulo e foi escolhida para chefiar o Ministério dos Povos Indígenas. O Ministério foi criado em janeiro de 2023 pelo presidente Lula, com o objetivo de

atuar na implementação da política indígena e indigenista, a partir do reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas; reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas; bem viver dos povos indígenas; proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato; e acordos e tratados internacionais, em especial a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, quando relacionados aos povos indígenas. (MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS, 2023)

A cerimônia de posse foi acompanhada pela mídia e se tornou reportagem nos principais telejornais do país. O Jornal Nacional, por exemplo, exibiu uma reportagem de quase cinco minutos que ressaltava que Sônia era a primeira indígena a chefiar um Ministério. Nos trechos de fala escolhidos da indígena, Sônia destacou o processo de interculturalidade vivido pelos povos originários e a importância de quebrar os estereótipos.

Nós não somos o que, infelizmente, muitos livros de história ainda costumam retratar. Se, por um lado, é verdade que muitos de nós resguardam modos de vida que estão no imaginário da maioria da população brasileira, por outro, é importante saberem que nós existimos de muitas e diferentes formas. Estamos nas cidades, nas aldeias, nas florestas, exercendo os mais diversos ofícios que vocês

possam imaginar. Vivemos no mesmo tempo e espaço que qualquer um de vocês, somos contemporâneos deste presente e vamos construir o Brasil do futuro, porque o futuro do planeta é ancestral! (GUAJAJARA, 2023)

Figura 27 – Sônia Guajajara na posse como ministra dos Povos Indígenas



Fonte: Jornal Nacional (2023)

Em outro trecho da reportagem, Sônia Guajajara salientou a importância dos territórios indígenas para conter o desmatamento e a força dos povos originários para o Brasil.

Precisamos voltar a pensar as políticas de educação para os indígenas, valorizando as identidades plurais, formando professores indígenas, ampliando o acesso e a permanência no ensino superior. As terras indígenas, os territórios habitados por demais povos e comunidades tradicionais, e as unidades de conservação são essenciais para conter o desmatamento no Brasil e para combater a emergência climática enfrentada por toda a humanidade. Sabemos que não será fácil superar 522 anos em quatro, mas estamos dispostos a fazer desse momento a grande retomada da força ancestral da alma e espírito brasileiros. Nunca mais um Brasil sem nós. (GUAJAJARA, 2023)

A criação do Ministério dos Povos Indígenas pode-se considerar uma vitória decolonial para o Brasil, que voltou os olhos para os seus povos originários por meio da política. Além disso, a partir do Ministério, pautas indígenas vêm ganhando destaque nos telejornais da mídia hegemônica, abrindo o espaço de fala, principalmente para a ministra Sônia Guajajara, ícone dessa luta.

5.3.5 Célia Xakriabá

Célia Xakriabá, da etnia Xabriabá, de Minas Gerais, é uma líder indígena que se destaca na política. Em 2022, foi eleita, pelo PSOL, a primeira deputada federal indígena pelo estado de Minas Gerais. Nasceu em 1989 no município mineiro de São João das Missões. Estudou em escola indígena e fez parte da primeira turma do curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi professora em sua terra, além de ser a primeira indígena a entrar no doutorado em Antropologia pela UFMG. Além disto, é ativista na luta pela defesa da identidade, demarcação de terras e protagonismo da mulher indígena. Com 25 anos de idade, Célia foi a primeira mulher indígena a fazer parte da equipe da Secretaria de Educação de Minas Gerais, e a educação sempre foi uma de suas lutas.

Em 2021 Célia fez parte de mais um marco na história das trajetórias indígenas como sujeitos comunicacionais no jornalismo. Foi convidada para apresentar o *podcast* “Papo de Parente”, ao lado do estudante de gastronomia, Tukumã Pataxó. O *podcast* original da plataforma Globoplay conta com oito episódios e cada um teve a participação de convidados que promoviam as discussões sobre determinados temas e dúvidas. Ribeiro (2022) observa que o *podcast* é uma importante ferramenta decolonial para desmitificar imagens estereotipadas sobre os indígenas, mostrando a pluriversalidade de trajetórias e rompendo com preconceitos coloniais.

Papo de Parente se situa como importante ferramenta pedagógica de letramento indígena para o Brasil, num enfrentamento contra certa invisibilidade imposta (ainda) aos povos originários e todo um conjunto de representações imaginadas que reforçam tal condição subalterna, projetada sobre eles. Ao mesmo tempo, o programa bem apresenta, comunica e explica sobre a verdadeira face do chamado “Brasil do Cocar”, esse grande território indígena em sua diversidade sociocultural e na centralidade desses muitos povos enquanto sujeitos de destaque. (RIBEIRO, 2022)

Desta forma, o *podcast* está inserido no movimento de ocupação indígena de diferentes espaços, que vão da arte à política, possibilitando potencializar os protagonismos, a autorrepresentação e a demarcação dos territórios indígenas não só no ambiente físico, permitindo uma mediatização (SODRÉ, 2009), ou seja,

demarcar o lugar indígena nas telas e sons. “Reivindicar e assegurar esses espaços de comunicação é uma forma estratégica de os povos indígenas garantirem o exercício de sua cidadania, para que eles próprios falem de suas histórias, vivências e percepções.” (RIBEIRO, 2022)

Em reportagem de 2021, o jornal “O Globo” traz no título que Célia Xabriabá ganhou a alcunha de “Fátima Bernardes Indígena”. O apelido se deve ao fato de que Célia tinha um estúdio de rádio comunitária na aldeia em que mora, no território Xabriabá, em São João das Missões (MG). A ocupação desses espaços da comunicação e da educação é de extrema importância para decolonizar a história, conforme explica Xabriabá.

Este é um momento historicamente importante que se inaugura na sociedade brasileira com as vozes indígenas que trazem histórias ancestrais e a força da oralidade. Fazemos a resignificação da voz e do microfone para amplificar a nossa luta. Eu me dei conta da importância de a gente ocupar outros espaços para além do chão da aldeia. Ser a primeira a ter doutorado me faz questionar o motivo de só agora estarem chegando as primeiras mulheres indígenas à pós-graduação, ao Congresso Nacional. [...] Porque para sermos considerados existentes, precisamos primeiro dizer que existimos. Porém, no Brasil, muitas vezes nos questionam se somos de verdade. Ocupar esses lugares é um jeito de descolonizar a História. (XAKRIABÁ, 2021)

A ativista ganhou ainda mais visibilidade nos grandes jornais do país ao ser eleita deputada federal. Em matéria publicada pela “Folha de São Paulo” logo após as eleições de 2022, Célia enfatizou a dificuldade das candidaturas indígenas na política devido ao racismo e a importância da representação dos povos originários no Congresso Nacional.

Na verdade, sempre houve candidaturas indígenas, mas às vezes ficavam invisíveis. Nós decidimos que vamos para esse lugar também [da política institucional], mas não se trata somente de chegar de qualquer jeito, estamos construindo nossa 'chegança'. Entendemos que poder não é somente o poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A luta é o quarto poder. Nosso mandato é um instrumento para fortalecer a luta pela redemocratização da terra e para não morrer de um ecocídio, de um genocídio legislado, onde as pessoas usam a caneta para nos matar. As pessoas acham bonito o nosso cocar, mas dizem que lugar de indígena é no mato, na aldeia. Mas como, se na aldeia existem os conflitos territoriais? Mesmo não sendo nem 1% da população brasileira, nós protegemos 80% da biodiversidade do mundo, segundo a ONU, que também disse que os indígenas são a principal solução para as mudanças climáticas. Se somos bons para

isso, somos mais que bons para cuidar do Planalto. (XAKRIABÁ, 2022)

Durante a posse de Sônia Guajajara como ministra dos Povos Indígenas, Célia usou a tribuna para discursar sobre a importância do ministério. A fala também foi destaque na reportagem do Jornal Nacional, que noticiou o fato.

O Ministério dos Povos Indígenas poderia ser também - e é também - o ministério da floresta, da terra. O Ministério dos Povos Indígenas bem que poderia ser chamado e confundido com o ministério da vida. Esse é o tamanho da responsabilidade que estamos escrevendo hoje na história. (XAKRIABÁ, 2023)

Figura 28 – Celia Xabriabá discursa na posse de Sônia Guajajara como ministra dos Povos Indígenas



Fonte: Jornal Nacional (2023)

Em sua pesquisa para a dissertação de Mestrado pela Universidade Estadual de Londrina, Dominique Vessoni descreveu, em uma cartografia, os sentidos e afetos produzidos por Célia Xakriabá em seu perfil na plataforma Instagram, uma das ferramentas de comunicação utilizadas por Célia. A autora analisou fotos do perfil de Xakriabá a fim de entender a construção social e cosmológica do corpo indígena e discorrer sobre a sua indissociabilidade ao território, além de compreender a transmutação de um corpo-território em corpomídia. A escolha de Xabriabá deu-se pela performance visual de Célia ser carregada de simbolismos e pela líder indígena ter “fortes vínculos com o ciberativismo, devido ao enfoque sócio-político, identitário e coletivo da sua comunicação” (VESSONI, 2023, p. 85). A visibilidade de Célia, portanto, é alcançada a partir da promoção de sua personalidade e do

estabelecimento de sua influência individual, que tem base narrativas feitas a partir das tradições coletivas, como as lendas, rituais e cultura, que nascem do território e constituem um sujeito coletivo. (VESSONI, 2023)

5.3.6 Joenia Wapichana

Joenia Wapichana nasceu em 1973 em Boa Vista, estado de Roraima. Cresceu na comunidade indígena Truaru da Cabeceira e pertence ao povo indígena Wapichana. A indígena tem uma longa trajetória de desafios e conquistas aos povos originários, marcada pelo pioneirismo. Foi a primeira mulher indígena a se formar em Direito pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), em 1997. Tem mestrado em Direito Internacional pela Universidade do Arizona, nos Estados Unidos. Iniciou a carreira como assessora jurídica do Conselho Indígena de Roraima (CIR). Foi integrante do Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e do Conselho Nacional de Biodiversidade (CONABIO), e se tornou, em 2008, a primeira indígena a subir à tribuna e realizar uma sustentação oral no Plenário do STF durante o julgamento da homologação da Terra Indígena Raposa do Sol, que reconheceu mais de 1,7 milhões de hectares destinados a proteção de cinco etnias do território. Durante o pronunciamento, Joenia iniciou a fala em sua língua original, do povo Wapichana.

Em 2013, Joenia a primeira presidente da Comissão Nacional de Direitos dos Povos Indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e em 2018 recebeu o prêmio de Direitos Humanos da ONU por sua defesa pelos povos indígenas e por dar voz àqueles que não têm. Também em 2018, Joenia Wapichana foi eleita a primeira deputada federal indígena do país. Ela recebeu 8.491 votos e foi eleita pelo estado de Roraima, onde cresceu. Assim, conseguiu um feito histórico juntamente com Mário Juruna, que foi o primeiro indígena do país a ocupar uma vaga no parlamento. Desde que o cacique Xavante havia deixado o Congresso Nacional, em 1987, nenhum representante dos povos indígenas tinha sido eleito deputado federal.

Joenia conseguiu mais um feito de ineditismo ao se tornar a primeira mulher indígena a se tornar presidente da Funai, em 2023. É a primeira vez, em 55 anos de história, que o órgão federal tem como presidente um representante dos povos originários. A posse de Joenia foi destaque em vários sites e jornais do país. No discurso, a líder indígena destacou a importância do feito para os povos originários.

O importante é que tem que ter a participação dos povos indígenas na Funai. E agora uma indígena vai presidir a Fundação. Vai presidir com nome indígena. Para chegar até aqui hoje, foi um caminho longo. Muito sofrido. Muitas vidas se perderam no caminho. E ainda estão se perdendo. Agora devemos todos e todas fortalecer a Funai. (WAPICHANA, 2023)

O “Jornal da Globo” de 27 de janeiro de 2023 entrevistou a então futura presidente, ao vivo. Durante a entrevista, Joenia reafirmou a importância de reestruturar a Funai, principal órgão indigenista permeado por diversos problemas ao longo de sua história.

A prioridade é fazer uma reorganização, uma proposta de plano de carreira, considerar servidores como servidores que colocam a sua vida em risco, por isso deve ter o mesmo equiparado ao que há nos outros órgãos com poder de Política pra ir fazer o trabalho em campo. É necessário pensar na Funai como órgão estratégico, pensar na proteção, além dos territórios indígenas, mas na vida dos povos indígenas. A Funai é um órgão indigenista federal que tem na sua responsabilidade 14% do território brasileiro e lida diretamente com a vida. A depender da forma com que a Funai será administrada ela pode ser cúmplice ou não dessa tragédia que a gente tá vendo acontecer, por uma falta de fiscalização, falta de investimento nos seus quadros de servidores e de pessoal e de soluções de trabalho e até mesmo pelas omissões. (WAPICHANA, 2023)

Figura 29 – Joenia Wapichana em entrevista ao Jornal da Globo



Fonte: Jornal da Globo (2023)

A líder indígena também foi questionada sobre a crise humanitária que atingiu o povo Yanomami. Em 21 de janeiro de 2023 o Ministério da Saúde declarou emergência de saúde pública na Terra indígena, a maior do Brasil, com mais

de 350 comunidades e uma população estimada em 30.500 pessoas (CIMI, 2023). Um Hospital de Campanha da Força Aérea Brasileira foi montado para atender os povos indígenas. Apenas nos primeiros dias de atendimento, mais de mil indígenas foram resgatados com malária e desnutrição grave (G1, 2023). O garimpo ilegal e o desmatamento dessas terras indígenas foram apontados como as causas dos problemas de saúde, pois “os indígenas não conseguem caçar ou pescar pois não há peixes nos rios contaminados” (RAMALHO, 2023).

Sabemos que dá entrada nos hospitais de sete a dez crianças num estado bastante grave, e é justamente para isso que precisa ter uma preparação. Neste momento temos a estrutura e a apoio de vários médicos, mas precisa dar continuação a este tipo de apoio. [...] Hoje a associação Hutukara aponta mais de 20 mil (garimpeiros), mas hoje a questão do crime está mais organizada. [...] É preciso realmente punir e responsabilizar quem financia o garimpo, que são as grandes empresas, empresas que transportam, que vendem, que compram, que comercializam e toda uma estrutura da nossa legislação que é possível sim fazer isso acontecer. (WAPICHANA, 2023)

A crise humanitária do povo Yanomami foi destaque nos principais jornais de todo país e repercutiu internacionalmente.

6 INDÍGENAS NA SÉRIE 'BRASIL EM CONSTITUIÇÃO' DO JORNAL NACIONAL

A imprensa brasileira começou a defender, com mais ênfase nos últimos anos, a democracia brasileira. Isso ocorreu principalmente impulsionado pelos ataques antidemocráticos de extrema-direita no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Foi neste contexto também que o Jornal Nacional exibiu a série “Brasil em Constituição”, veiculada no segundo semestre de 2022 e que descreve, em 23 episódios, as mudanças e avanços obtidos com a Constituição de 1988, como ela está presente no dia a dia dos cidadãos brasileiros, os direitos adquiridos e como é fundamental para a preservação da democracia.

A pesquisa já estava em andamento quando a série começou a ser veiculada, mas despertou o interesse pois um dos episódios evidenciava a importância da Constituição para a garantia dos direitos dos povos originários. A reportagem foi exibida em 21 de setembro do mesmo ano e a seleção dela como objeto se deu por se tratar de uma grande reportagem que abarcava os indígenas como entrevistados, sendo possível destacar os pontos de vista deles em relação à história e eventos comunicacionais já mencionados durante a pesquisa, além de sua análise contribuir para o entendimento do relacionamento da mídia atual com os povos originários como fontes e como sujeitos comunicacionais.

De acordo com a Globo, para a produção da série foi feito um extenso trabalho de pesquisa, que demorou mais de dez meses, sendo examinados 740 vídeos do Diário da Assembleia Nacional Constituinte, que foi produzido e publicado diariamente durante o período em que a Constituinte funcionou, de fevereiro de 1987 a outubro de 1988. Além disso, foram assistidos 4.300 vídeos do acervo da Globo.

Os seis primeiros episódios falam de constituições de países estrangeiros, das seis constituições brasileiras anteriores (1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967) e aborda a Ditadura Militar. Explica também como funcionou a Assembleia Constituinte. A partir do sétimo episódio são tratados temas como liberdades de expressão e religiosa, igualdade de gênero, racismo e educação. É neste contexto que foi exibida a reportagem sobre os direitos dos povos originários.

A seleção desta reportagem ocorreu por se tratar de uma reportagem que reforça a trajetória de luta dos povos indígenas, desde a Ditadura Militar, para serem vistos na sociedade, terem direitos respeitados, para alcançar e conservar seus espaços, seja na política ou como sujeitos comunicacionais. Neste capítulo pretende-

se apresentar um panorama desta reportagem, com o objetivo de detalhar o contexto no qual foi exibida, a estrutura da reportagem, quais são os entrevistados e como se deu a participação indígena.

6.1 ENQUADRAMENTO

A reportagem da temática indígena da série “Brasil em Constituição” conta com 18 minutos e 17 segundos e foi exibida em setembro de 2022. Naquela época o Brasil vivia um momento no qual era dada uma grande ênfase à democracia, devido ao contexto político dos ataques antidemocráticos do governo de Jair Bolsonaro e ao período pós pandemia de Covid-19, quando a “discussão sobre democracia e humanidade se reativou com força nos veículos de imprensa no Brasil” (MORAES; IJUIM, 2023, p. 80).

O contexto político é um dos grandes propulsores da viabilização da série, já que a mídia, como explica Moraes e Ijuim (2023), passou a defender, a seu modo, violências e desigualdades presentes no cotidiano da maioria da população do país. Essa mudança no fazer jornalístico nas últimas décadas foi forçada por fatores como a instauração e o avanço das políticas de cotas sociais e raciais no Brasil; a popularização dos debates sobre raça, gênero, classe e territórios; e a expansão do uso de aparelhos celulares e das redes sociais digitais, que pressionaram uma mudança de posição.

Desta forma, a série tem como foco exortar a democracia e a Constituição de 1988, que garantiu condições de vida digna e de atender as reivindicações das classes minoritárias, como os indígenas. O período escolhido, nos meses que antecederam as eleições presidenciais de 2022, reforçam a relevância do momento político no enquadramento da temática da série e das reportagens produzidas.

6.2 ESTRUTURA DA REPORTAGEM

A reportagem da temática indígena na série “Brasil em Constituição: Carta Magna reconhece direito dos povos indígenas de viver conforme suas culturas e crenças” tem um tempo total de 18 minutos e 17 segundos. A primeira parte da reportagem é a cabeça, lida pelo apresentador Willian Bonner, que em seguida entra

no estúdio especial da série e lê os artigos 231 e 232 da Constituição Federal, que tratam dos direitos dos povos indígenas na Constituição. Antes, o apresentador começa a reportagem com o seguinte texto:

A natureza é testemunha de que eles já estavam aqui com seus cantos, suas crenças e seu modo de vida, mas desde a chegada dos portugueses, em 1500, os povos originários tiveram que lutar por suas terras e pela própria existência. Até 1988 os indígenas eram tratados oficialmente como incapazes, pessoas desprovidas de direitos, que precisavam ser tuteladas pelo Estado. Só seriam reconhecidos oficialmente como cidadãos de fato depois de assimilarem a língua e os costumes dos colonizadores. A Constituição de 1988 rompeu com essa ideia de assimilação. Ela ouviu as vozes que saíram das matas e criou as bases para que os indígenas pudessem usufruir dos direitos que já tinham sido deles. (JORNAL NACIONAL, 2022)

A narração é acompanhada de imagens nos telões que mostram fotos históricas envolvendo os povos originários. Todo texto de abertura dura pouco mais de três minutos.

A reportagem inicia e traça um panorama histórico. Primeiro são retratadas as lutas pela terra, seja em entrevista ou arquivos. Depois os problemas da tutela, com foco principalmente no caso de Mário Juruna. Em seguida a reportagem aborda com mais ênfase a Constituinte e a presença dos indígenas neste processo de luta pelo reconhecimento de direitos básicos, que culminaram na demarcação de terras tradicionais indígenas, como a do povo Yanomami. Em seguida a reportagem referenda, mesmo sem utilizar os termos e, talvez de maneira sutil, conceitos decoloniais e de interculturalidade. Ressalta que os indígenas são aqueles que estavam no país quando da invasão dos portugueses, mas também são estes que hoje usam celular, circulam pelas cidades, aprendem outras línguas. As falas e o texto destacam a importância de superar estereótipos e reforça que os indígenas são humanos como qualquer pessoa de outra etnia.

O momento final da reportagem sai do contexto histórico para exibir o contexto atual e o futuro. A reportagem agora está no sul da Bahia para mostrar a preservação da natureza e a retomada da cultura Pataxó pelos povos indígenas, que resistiram a todo tipo de violência. E são essas novas gerações que seguem preservando o futuro dos povos originários.

6.3 O ESPAÇO DOS INDÍGENAS

A narrativa da reportagem é construída pela fala dos entrevistados - indígenas e não indígenas. Entrevistados que testemunharam os momentos históricos relatados e outros que só conhecem os fatos através da história.

Denota-se que o espaço destinado aos personagens indígenas é maior do que as falas de entrevistados não-indígenas. E entre os indígenas existe uma diversidade de personagens e na seleção das histórias e falas, com diferentes vieses. Entre os indígenas, com exceção da criança, todos os outros escolhidos exercem papel de influência entre os povos originários, ou seja, são personagens-agentes entre os indígenas. Já o entrevistado não indígena também representa uma autoridade.

6.4 ENTREVISTADOS

A reportagem conta com seis pessoas que foram entrevistadas, porém há ainda falas de arquivos, totalizando assim nove diferentes entrevistados. Deste total, sete são indígenas, sendo que uma das pessoas não indígenas que aparece na reportagem é o Coronel Nobre da Veiga, uma entrevista de arquivo. O outro entrevistado não indígena é o ex-presidente do STF, Carlos Ayres Britto. A seguir detalharemos como cada personagem indígena e não indígena foi retratado na reportagem e seu espaço de fala.

6.4.1 Davi Kopenawa

A primeira fala na reportagem, após a cabeça lida pelo apresentador Willian Bonner, é do líder xamã Yanomami Davi Kopenawa. Porém, neste primeiro momento apenas a voz de Kopenawa é ouvida, em *off*. Ele diz: “todos os povos indígenas chamam nossa terra mãe, onde que nós nascemos e vivemos, crescemos. Conhecemos as montanhas, lugar bonito. Conhecemos as cachoeiras e a beleza da floresta e a terra. A terra cuida de nós.” Sobre a fala de Davi aparecem imagens da floresta Amazônica, da aldeia Yanomami, de cachoeiras e indígenas.

Kopenawa aparece em seguida, com cocar na cabeça. A entrevista foi gravada em um estúdio fechado, seguindo o mesmo padrão dos demais

entrevistados. É neste momento que Davi é “creditado” como líder Yanomami. Em sua fala ele diz que: “Não podemos deixar o nosso lugar abandonado. Tem que ficar sempre e permanece onde nós nascemos, onde nós vivemos.”

Figura 30 – Davi Kopenawa em entrevista ao Jornal Nacional



Fonte: Jornal Nacional (2022)

Davi é apresentado como uma liderança que “luta há muito, muito tempo” pela terra. E é assim que é retratado ao longo da reportagem. Em outro trecho ele explica como deu-se início a trajetória de luta por seu povo e pelas terras. “Eu comecei a lutar foi 1972, quando passar na Estrada Perimetral Norte. Eu já estava grande, 13, 14 anos a minha idade”.

Em mais um trecho da reportagem, o líder xamã descreve uma cena que vivenciou nos primeiros anos de luta: a derrubada da floresta para abertura de estradas: “Eu comecei a olhar as máquinas derrubando as árvores, raspando a pele da terra e as pedras explodindo com bomba. Eu achava muito estranho. Muito perigoso. Descobri a chegada a primeira estrada na terra Yanomami e depois chegado à doença”.

Figura 31 – Derrubada da Floresta para abertura de estradas



Fonte: Jornal Nacional (2022)

O líder Yanomami é exibido novamente em uma reportagem de arquivo, datada de 1992, no momento citado pela repórter como a “coroação da luta” de Davi Kopenawa, em que o então presidente Collor ganha de presente as lanças de guerra dos Yanomami e dá ao cacique Davi Kopenawa a caneta usada para assinar a demarcação de 9,6 milhões de hectares de terras para os Yanomami.

Figura 32 – Davi Kopenawa recebe caneta usada para assinar demarcação de terras Yanomami



Fonte: Jornal Nacional (2022)

A reportagem ainda guarda mais um espaço para Kopenawa, que é o segundo entrevistado que mais tem lugar de fala no material. No total, os trechos de fala de Kopenawa somam 1 minuto e 29 segundos do total de 18 minutos e 17

segundos da reportagem, ocupando 7% do tempo da reportagem. O último trecho selecionado de Davi é usado para reforçar a importância da Constituição para os povos originários. Nesta fala, Kopenawa compara a Constituição a uma arma, usada na defesa dos direitos dos povos indígenas: “Essa Constituição Federal, significa nossa arma. É arco e flecha para defender o nosso direito, para defender o povo. Defender o nosso lugar onde que nós moramos, vivemos”.

6.4.2 Ailton Krenak

Ailton Krenak é o entrevistado que mais tem tempo de fala na reportagem “Brasil em Constituição”. Ao todo sua entrevista preenche 2 minutos e 9 segundos, somando-se os trechos de entrevista atual e os arquivos.

Krenak é introduzido na reportagem justamente para explicar a importância da Assembleia Constituinte, onde esteve presente e fez o discurso que marcaria a história dos povos originários, ao pintar o rosto com tinta de jenipapo.

As imagens de arquivo servem para comprovar a luta dos povos originários para que tivessem seu espaço respeitado, seja na política, ou mesmo na mídia hegemônica. Vale ressaltar que a própria reportagem e entrevistas em análise são frutos das conquistas deste momento tão importante. Krenak, que esteve presente na Constituinte, explica que para os povos originários, aquele momento, chamado pela repórter de “momento de trégua” – aqui coloca-se um adendo, pois ao nosso olhar, aquele momento não era de trégua, poderia ser no sentido de que não houve uma luta de fato, porém, nota-se que os indígenas foram vestidos para uma guerra, levando armas, usando seus cocares. Era uma luta por seus direitos, por sua terra, pela visibilidade – era muito mais do que a formalização de um documento, mas tratava-se de algo sagrado.

Para muitos desses que estão de cocar, aparecendo na imagem, eles levaram tão a sério esse pacto que é como se fosse um ritual que inaugurava a relação dos povos indígenas com o Brasil. Então, para um homem, um ancião como Raoni e muitas outras lideranças tradicionais que estavam lá aquilo era um sentido sagrado, sagrado como ritual. Era um ritual e se os brasileiros, em geral, tivessem autoestima, eles iam fazer um honrar essa Constituição como um documento sagrado. A pedra no meio do nosso caminho era que havia um projeto de emancipação que a ditadura queria propor para a gente que dizia o seguinte: ‘eles são iguais a nós. Está vendo? Os índios são iguais nós. Vamos tomar a terra deles, sentar o pé neles e eles vão

para a favela.’ (KRENAK, 2022)

Figura 33 – Indígenas na Constituinte



Fonte: Jornal Nacional (2022)

Sobre a fala de Krenak aparecem imagens que demonstram como os indígenas se fizeram presentes naquele momento. Imagens que evidenciam os primeiros anos do movimento indígena na história do país e que, posteriormente, ganharia ainda mais força. Em sua entrevista, Krenak observa a união dos indígenas para a conquista dos direitos e a relevância de pessoas que simbolizam os momentos históricos.

Toda essa gente foi capaz de entender no momento da história do Brasil a importância de garantir os direitos dos povos indígenas. É por isso que esses direitos foram impressos na Constituição. Não foi um gesto solitário meu que fez isso, obviamente. Em todo o momento da história tem alguém que simboliza aquele momento que representa aquele momento. Nós não somos uma ararinha azul, um lobo guará. Nós somos seres humanos e representamos hoje 305 etnias que eu acho maravilhoso, porque apesar de terem tentado desaparecer com a gente antes da Constituição, não conseguiram. E, portanto, a gente atravessou a linha vermelha do desaparecimento. (KRENAK, 2022)

Ailton Krenak aparece quatro vezes na reportagem. Nos telões, ao fundo de sua entrevista gravada no mesmo estúdio dos demais entrevistados, aparecem imagens dos indígenas na Constituinte. Sua entrevista representa quase 10% do tempo total da matéria. Um espaço importante, devido a relevância de Krenak para o tema central da série.

Figura 34 – Ailton Krenak em entrevista ao Jornal Nacional



Fonte: Jornal Nacional (2022)

6.4.3 Mário Juruna

A história de Mário Juruna é também retratada na série Brasil em Constituição, devido à importância histórica que ela possui no país e à cobertura jornalística que marca também a trajetória dos povos originários na mídia hegemônica.

São cerca de dois minutos da reportagem dedicados a mostrar a luta de Juruna para participar do Tribunal Russell. Juruna aparece em várias cenas, mas em apenas uma delas é mostrada uma entrevista dele, de 1980.

Figura 35 – Mário Juruna - arquivo Globo (1980)



Fonte: Jornal Nacional (2022)

Na reportagem o apresentador questiona se Juruna vai aceitar o

convite para participar do Tribunal. E o cacique Mário Juruna responde: “se quiser me deixar, se quiser me dar passaporte, eu podia aceitar, porque para mim é muito honra esse convite.” A fala de nove segundos é singela e demonstra a vontade do líder em ter o passaporte para participar do Tribunal. Em seguida, outras reportagens de arquivo ilustram parte de como foi essa luta, até conseguir embarcar.

O tempo dedicado a história de Juruna contextualiza também a participação de Samara Pataxó e outros líderes indígenas, pois Juruna, que morreu em 2002, foi um precursor da luta pelos direitos dos povos originários e é um dos responsáveis pelo espaço conquistado pelos povos originários na mídia. Ao mesmo tempo é de se refletir esse retrocesso de que, 20 anos após a morte de Juruna e após uma vida de luta, a série “Brasil em Constituição” tenha sido articulada em um momento histórico do país no qual se colocava em xeque a própria Constituição Federal. Nesse sentido, a presença de Juruna na reportagem traz o peso histórico da memória que deve ser reativada, dos acontecimentos que não podem ser esquecidos e da informação àqueles que desconheciam a trajetória de Juruna.

6.4.4 Coronel Nobre da Veiga

A fala do Coronel Nobre da Veiga aparece para contextualizar o período regido pela tutela no país, no qual, como já citado anteriormente, Juruna foi impedido de viajar por esta condição. Nos arquivos da Globo, Coronel Nobre da Veiga, então presidente da Funai no ano de 1980 é entrevistado e explica o motivo de Mário Juruna não poder viajar: “Ele não teria representatividade de todas as 120 tribos brasileiras. O Mário Juruna é um tutelado e não tem, só se pode fazer as coisas, qualquer ato jurídico mediante a tutela da Funai.”

A cena exibida na série demonstra o descontentamento de Juruna perante a fala do então presidente, que tem apenas doze segundos, mas atesta o quão humilhante e desumano era o regime de tutela. Indígenas tratados como incapazes, em uma situação vexatória e totalmente dependente da Funai e dos não indígenas.

Figura 36 – Coronel Nobre da Veiga - arquivo Globo (1980)



Fonte: Jornal Nacional (2022)

6.4.5 Samara Pataxó

Samara Pataxó é a figura feminina na reportagem. Única mulher entrevistada, representa também as jovens lideranças indígenas. Samara nasceu na aldeia Coroa Vermelha, do povo Pataxó, em Porto Seguro, na Bahia, e tinha 32 anos quando foi veiculada a reportagem. A jovem, que sequer tinha nascido quando foi promulgada a Constituição de 1988, agora integra os líderes que cada vez mais ocupam um lugar de representatividade dos povos originários nos mais diversos setores, no caso de Samara, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A trajetória de Samara até chegar ao cargo de assessora do Núcleo de Inclusão e Diversidade do TSE é longa. A jovem, que queria ser professora quando criança, decidiu cursar Direito durante o estágio na Funai, ao perceber a necessidade de advogados indígenas para defender as causas dos povos originários. Samara conta que se inspirou em outra líder indígena, Joenia Wapichana, da qual já contamos a história.

Samara Pataxó foi convidada para ser assessora do TSE pelo ministro Edson Fachin, que a conheceu durante o julgamento do marco temporal, quando Samara fez uma sustentação oral como advogada da APIB, junto com Eloy Terena. Precisou resumir em apenas cinco minutos todo conhecimento adquirido sobre os territórios indígenas durante toda sua vida.

Na reportagem da série “Brasil em Constituição”, Samara teve bem

menos tempo que isso. Sua entrevista ocupa 1'13" da reportagem e é a terceira entrevistada com mais tempo de fala. Ela aparece três vezes, em diferentes momentos, o que traz a representatividade da mulher à reportagem, mas, ainda com espaços menores, pois é a única entre todos os entrevistados.

Figura 37 – Samara Pataxó em entrevista ao Jornal Nacional



Fonte: Jornal Nacional (2022)

O primeiro trecho da entrevista é exibido no primeiro terço da reportagem. Nele é colocada em evidência a representatividade de Samara como mulher e jovem líder indígena. Ela, que teve outras mulheres como referência, foi educada para assumir o protagonismo, abrir caminhos, ocupar espaços e ser inspiração para outros jovens.

A gente tem que respeitar uma liturgia jurídica. Eu sou uma profissional, mas eu não deixo de ser uma mulher indígena. Eu venho de uma geração de jovens que foram preparados para ingressarem no Ensino Superior, se tornarem profissionais e poder trazer um retorno para as nossas lutas, para as nossas demandas. Eu já nasci já com uma Constituição escrita, com direitos ali, minimamente né, garantidos aos povos indígenas, então com certeza, é um marco e eu tive consciência disso desde muito cedo. (PATAXÓ, 2022)

No segundo trecho da entrevista Samara reforça a importância da Constituição e de Juruna para a história do país. “O direito de ser indígena ele só veio realmente ser reconhecido pelo Estado Brasileiro, com a Constituição Federal de 88. Mas antes disso, a situação era parecida com essa, se não pior do que a vivenciada pelo Mário Juruna.” (PATAXÓ, 2022)

Por fim, o último trecho de fala da jovem líder ressalta a necessidade

do rompimento de estereótipos, do racismo estrutural e da desmitificação do congelamento das culturas indígenas (FREIRE, 2016), da imagem do indígena nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi descrito por Pero Vaz de Caminha. Esse equívoco faz com que muitos brasileiros entendam que o indígena “autêntico” ou “de verdade” é apenas aquele retratado na carta de Caminha.

Você aprende inglês, espanhol, francês, você não deixa de ser brasileiro, porque você aprendeu uma outra língua ou porque você está morando em alguma outra cidade durante um tempo, decidiu mudar de país. Esse ponto que muita gente usa para deslegitimar ou para dizer que somos indígenas de mentira. Por que só vocês têm direito, a gente também não? (PATAXÓ, 2022)

A fala de Samara tem grande importância histórica e também por trazer uma visão decolonial, pois o direito de entrar em contato com outras culturas parece não ser válidos aos indígenas. Aos olhos de muitos brasileiros, o indígena que fizer isso deixa de ser indígena, o que não é verdade. Esse processo de entendimento passa pela interculturalidade, pela relação de troca entre as culturas, onde povos se influenciam mutuamente. Os indígenas, como qualquer outra etnia, passam e têm direito a esse processo de interculturalidade. Porém, é importante ressaltar que “a interculturalidade não é apenas uma mera transferência de conteúdo de uma cultura para outra. A interculturalidade é uma construção conjunta de novos significados, onde novas realidades são construídas sem que isso implique abandono das próprias tradições.” (FREIRE, 2016, p. 16)

6.4.6 Marcos Terena

Marcos Terena é outro indígena que aparece nos arquivos da TV Globo durante a reportagem, mas não é entrevistado novamente para a matéria. Terena, que nasceu em 1952 na aldeia conhecida como posto indígena de Taunay, localidade do estado do Mato Grosso do Sul, é um dos atuais líderes dos povos originários que lutou pela ruptura das práticas anti-indígenas.

Na reportagem Marcos Terena aparece jovem, em 1981, em uma matéria que dizia que os indígenas que estudavam em Brasília iriam ter que retornar para as aldeias, mais um problema do regime de tutela. Na época, Terena já havia se formado na Academia da Força Aérea Brasileira, sendo o primeiro indígena a se tornar

piloto comercial de aeronaves. Porém, a tutela, que o caracterizava como relativamente incapaz, impedia também que ele ocupasse o cargo. Só após a Constituição de 1988 Terena conseguiu exercer a função.

Figura 38 – Marcos Terena em entrevista à rede Globo (1981)



Fonte: Jornal Nacional (2022)

A deslegitimidade da tutela para os indígenas fez com que Marcos Terena passasse a ter um engajamento político e assumisse a frente do movimento União das Nações Indígenas (UNIND), um grupo formado principalmente por estudantes, que foi uma das primeiras organizações indígenas do país e com papel importante para a promulgação da Constituição.

A fala de Terena tem apenas quatro segundos e a participação dele fica estritamente relacionada a este fato.

6.4.7 Carlos Ayres Britto

O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, é a única pessoa não indígena que foi entrevistada na reportagem. Ele aparece já na segunda metade do material como uma “voz oficial”, de alguém que ocupou o mais alto cargo da mais alta instância de poder judiciário brasileiro, que representa a Lei, e para referendar, em sua fala, a importância dos ensinamentos dos povos originários aos não indígenas.

A Constituição chegou a dizer: 'São reconhecidos aos índios, às suas terras'. As terras de propriedade da União, mas de usufruto exclusivo dos índios. Eles têm lições para nos dar em matéria de preservação do meio ambiente. Se eles nos catequizessem em matéria de meio ambiente, nós estaríamos muito bem. É preciso entender que a cultura do branco, à luz da Constituição, não é para substituir a cultura do índio. Não é uma troca. É uma soma. O país enriquece com esse somatório de culturas. (BRITTO, 2022)

Figura 39 – Carlos Ayres Britto em entrevista ao Jornal Nacional



Fonte: Jornal Nacional (2022)

A fala de Carlos Ayres Britto vai ao encontro de pontos importantes da decolonialidade, pois a cultura do branco não é superior à dos indígenas, não está aqui para sobrepôr ou para ser trocada, mas para ser uma soma. Ressalta-se aqui, novamente, o contexto de interculturalidade, na medida em que Britto afirma que as culturas são uma soma e que “o país enriquece com esse somatório de culturas”.

Há outros dois pontos importantes em relação a escolha de Britto como entrevistado. Primeiro é a questão da idade do ex-presidente do STF. Britto nasceu em 1942 e formou-se em Direito em 1966, iniciando sua trajetória profissional em cargos relacionados à Política em 1970, ou seja, esteve presente na época da Ditadura Militar e também acompanhou o período da Constituinte. É de se imaginar que também recebeu uma educação com bases colonialistas, como era muito mais comum na época do que atualmente, quando, apesar de ainda existir um racismo estrutural, há também espaços de discussão e inclusão.

Outro fator que chama a atenção é de que Carlos Ayres Britto foi presidente do STF em 2012, dez anos antes da produção da reportagem. Por que então ele foi escolhido para ser entrevistado? O motivo certamente está ligado às vezes que Ayres Britto votou a favor dos povos originários em questões de

demarcações de terra. Britto tem apenas esta fala na reportagem, com 32 segundos.

6.4.8 Syratã Pataxó

O cacique Syratã Pataxó é um dos últimos a aparecer na reportagem. Sua presença é colocada já em outro contexto, interligando passado, presente e o futuro. Percebe-se que a figura do jovem cacique na reportagem remete a um sentimento de perseverança, como diz o próprio off, “ao povo que resiste”. Isso porque a história do cacique Syratã Pataxó é adentrada com o relato da jaqueira, que não resistiu ao vento, tombou e deixou suas raízes à mostra. Mas como o passar do tempo, ela criou brotos, que se transformaram em galhos e hoje ocupam o centro da aldeia.

Figura 40 – Syratã Pataxó em entrevista ao Jornal Nacional



Fonte: Jornal Nacional (2022)

A história da aldeia do jovem cacique é de luta e resistência. Está localizada na área aonde os portugueses chegaram, no sul da Bahia, e se reergueu, tal qual a jaqueira, após anos de violência e opressão.

Tacaram fogo em nossos kijemes que são nossas casas tradicionais, humilharam os homens na frente das mulheres. Uma violência muito terrível né. A partir desse massacre que aconteceu no território Barra Velha, que é a aldeia mais antiga do povo Pataxó, houve esse espalhamento do povo nosso, dividiu nossas famílias. Só que quando a gente veio para cá, essa aldeia foi fundada por três mulheres, que são a minha mãe e as minhas duas tias. Elas foram convidando os jovens para vim para cá, para poder fortalecer a cultura, aprender a língua, os cânticos, os rezos. (PATAXÓ, 2022)

A fala do cacique demonstra esse sentimento de perseverança para

que a cultura Pataxó fosse reavivada. O sentimento de orgulho e pertencimento também é ressaltado no outro trecho da entrevista.

Esse cocar é considerado o primeiro cocar Pataxó. Nossos mais velhos falavam que as outras etnias chamavam de patatchu, que era o povo papagaio. Por conta que nós usávamos a asa do papagaio para produzir nosso cocar. Hoje, só quem utiliza esse cocar normalmente são os caciques. Me sinto honrado em estar utilizando um cocar desse aqui. (PATAXÓ, 2022)

A entrevista do cacique Syratã Pataxó tem 57 segundos. Denota-se também o destaque para as novas gerações. Jovens, que hoje são caciques e que seguem na luta para que construir um futuro mais justo e com mais igualdade para seus filhos.

6.4.9 Akayêrú Megahõ

O pequeno Akayêrú Megahõ, de apenas 3 anos, é o último indígena a aparecer e encerra a reportagem.

Figura 41 – Akayêrú Megahõ em entrevista ao Jornal Nacional



Fonte: Jornal Nacional (2022)

No diálogo com seu pai, Syratã Pataxó, o menino afirma:

Akayêrú: Pataxó é forte e valente. Pai da mata luta?

Syratã: Pai da mata protege.

Akayêrú: Cuida?

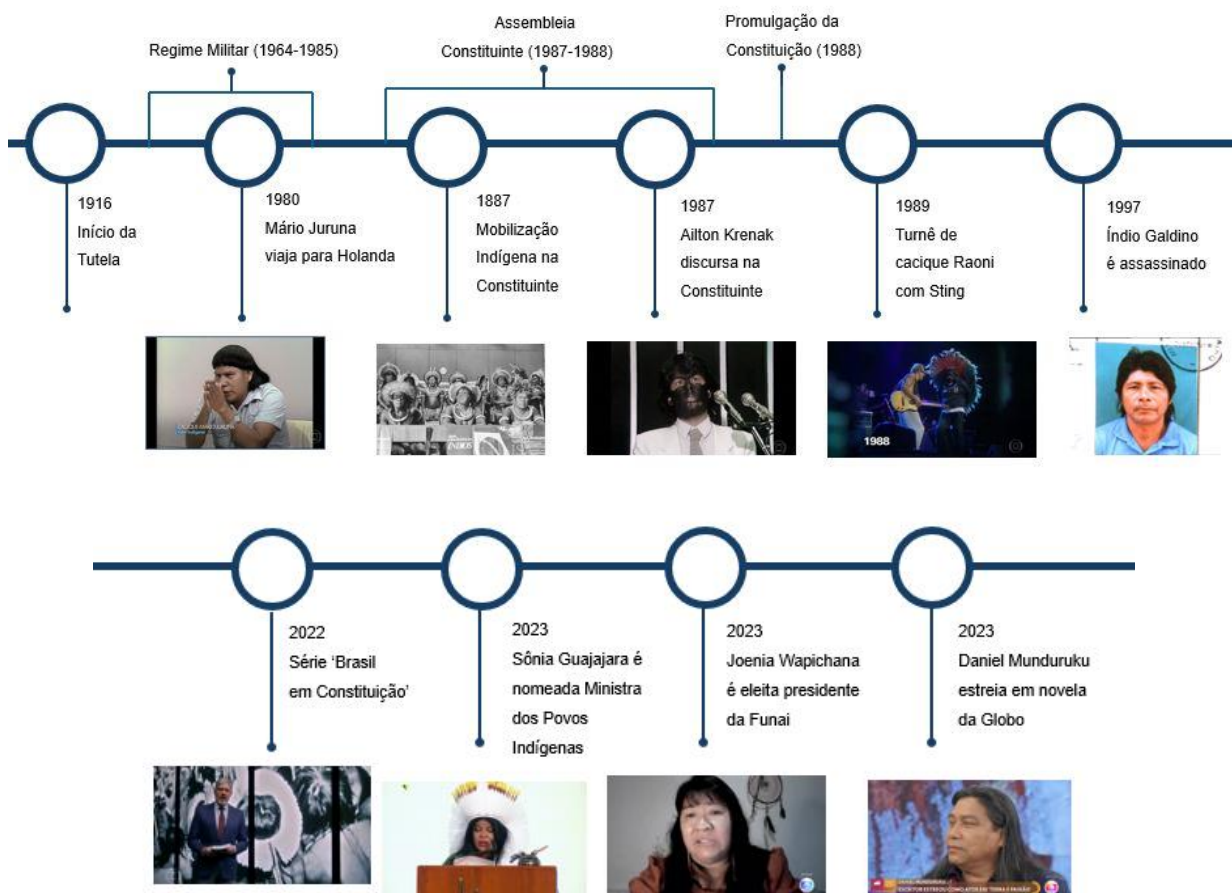
Syratã: Cuida do filho dele e da natureza.

O espaço destinado a criança dura apenas 15 segundos, um tempo que, apesar de curto, tem uma relevância muito grande. Não é por acaso que a fala da criança encerra a reportagem. A presença de Akayêrú representa a nova geração de indígenas, uma criança, que ainda não tem discernimento sobre a realidade vivida pelo seu povo, pelos sofrimentos históricos, mas que, em sua pureza de criança já aprende os saberes dos indígenas e a importância da floresta para, como diz o *off* da repórter baseado nos livros de Ailton Krenak e Davi Kopenawa, ajudar a adiar o fim do mundo e segurar a queda do céu.

6.5 MARCO SIMBÓLICO

A reportagem do Jornal Nacional reforça a trajetória de luta dos povos indígenas traçada ao longo da pesquisa e demonstrada no diagrama abaixo.

Figura 42 – Diagrama de fatos históricos envolvendo indígenas



Fonte: a autora

Através da reportagem, constata-se mais uma vez como o movimento indígena foi importante para alcançar as conquistas coletivas, como os direitos na Constituição de 1988, e para o fortalecimento deles enquanto sujeitos comunicacionais na mídia hegemônica e na sociedade.

Ela pode ser tomada como um marco simbólico, de êxito dos povos originários projetando sua imagem e fala no Jornal Nacional, o principal telejornal da mídia hegemônica, o que mostra que eles abriram uma porta na grande mídia após tantos anos de luta. Ressalta-se que a reportagem auxilia a compreender este novo momento na mídia, que passa a buscar uma abordagem mais realista, honesta e humana da temática indígena, tendo os próprios indígenas como fontes e fomentando a comunicação onde o outro, antes excluído e tutelado, agora é visto e escutado.

A reportagem trata-se de uma fissura na mídia hegemônica alcançada pelo movimento indígena, que consegue visibilizar as narrativas de resistência e luta dos povos originários, expondo outras imagens além das disseminadas até então e pluralizando as visões de mundo. O espaço conquistado configura-se como um novo lugar de luta pelo direito de ressignificar a forma como os povos indígenas são vistos na sociedade. Uma pequena mudança que ocorreu ao longo desta pesquisa e que esperamos, seja apenas o começo de uma transformação no telejornalismo na forma de projetar os povos originários.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisar trajetórias de indígenas se constituindo como sujeitos comunicacionais nos levou a mapear os fatos históricos que auxiliaram nesta construção e foram usados como espaço para a visibilidade das lutas indígenas.

A pesquisa mostra que os discursos jornalísticos contribuíram para a manutenção de narrativas estereotipadas, que se perpetuam no imaginário, deturpando a imagem do indígena e promovendo uma invisibilidade na mídia hegemônica. Marginalizados pelos meios de comunicação, o espaço destinado a temática indígena no telejornalismo foi pequeno diante da quantidade de notícias veiculadas diariamente. A trajetória de construção como sujeitos comunicacionais envolveu diferentes personagens, em diferentes momentos na história do país.

No período regido pela tutela, Mário Juruna foi um dos primeiros indígenas do Brasil a ganhar destaque no jornalismo. Rompendo as barreiras da tutela, protagonizou a luta dos direitos dos povos originários ao reivindicar o passaporte para viajar para fora do país e participar do Tribunal Bertrand Russell, um dos casos mais emblemáticos desse período no Brasil.

A partir do movimento indígena na Constituinte, fatos como o discurso de Ailton Krenak na tribuna da Câmara, assim como a presença e protestos de Cacique Raoni e os guerreiros pintados para guerra, são movimentos que demonstram que naquele momento os indígenas estavam entrando no contexto midiático e começando a se apropriar da comunicação como uma arma de luta dos povos originários para se fortalecer.

Nota-se que os indígenas foram protagonistas de cenas que marcaram o imaginário brasileiro e que a divulgação dessas imagens foi fundamental para alcançar as conquistas coletivas. A partir dessas conquistas e do entendimento do papel da mídia, muda-se totalmente o posicionamento do movimento indígena em relação à comunicação. Se anteriormente eles não gostavam de serem gravados ou fotografados, e não eram procurados como fontes jornalísticas – a partir da promulgação da Constituição e do fim da política de tutela, os povos originários começam a se apropriar da comunicação midiática como ferramenta de luta, como uma forma de responder às violações decorrentes do racismo estrutural na sociedade brasileira.

Destaca-se, ainda, a importância da promulgação da Constituição

Brasileira de 1988 para os povos originários na garantia de direitos básicos. No campo da comunicação, a Constituição trouxe a garantia de se firmarem como sujeitos comunicacionais, que a partir de então poderia falar por si só, sem intermediários. Os indígenas passaram então a ter um maior protagonismo e a exercer esse papel de cidadãos brasileiros.

Mas para que isso ocorresse na prática, foi um longo caminho. O caso do índio Galdino atesta que apesar dos direitos garantidos pela Constituição, os povos originários ainda iriam ter que vencer vários obstáculos deixados pela colonialidade, que perpassam gerações.

A ideia da tutela, por exemplo, é algo presente até hoje, não formalmente, mas impregnada nos nossos imaginários. Um exemplo é de uma estudante da UEL que relatou que precisou estar presente com uma representante da Funai para conseguir obter a segunda via da carteira de identidade. São os reflexos da nossa sociedade racista.

No jornalismo, ainda há muito o que avançar. Os erros praticados pelos métodos de produção podem não ser intencionais, mas são prejudiciais. É preciso mudar a perspectiva, de forma que o jornalismo seja mais plural e representativo. Uma forma encontrada na emissora de TV australiana, SBS, de acordo com a jornalista Carla Guedes, foi de ter profissionais indígenas como consultores nas redações. É algo que já vem ocorrendo, por exemplo, na teledramaturgia brasileira, como a contratação de Daniel Munduruku para ser consultor da novela “Terra e Paixão”.

O caminho de penetração na mídia hegemônica passa também pelas etnomídias e pela ocupação das redes sociais pelos indígenas. O levante das vozes originárias através do uso articulado dessas mídias tem o objetivo de visibilizar e decolonizar as narrativas construídas sobre eles, numa perspectiva que difere da imagem projetada por tanto tempo pela mídia. Assim, será possível romper com o imaginário colonial para uma mudança na agenda midiática e no modo de tratar a questão indígena pelo jornalismo.

Ressalta-se a importância desses sujeitos indígenas que sempre tiveram a coragem de enfrentar a colonialidade, repleta de visões estereotipadas. Essas experiências vividas pelos primeiros líderes indígenas, essas aparições midiáticas foram sendo impactantes e abriram caminho para que atualmente outros indígenas se destaquem no campo da comunicação. Uma trajetória traçada por vários

sujeitos, que conquistaram, através da articulação do movimento indígena, sua organização e luta, os direitos como sujeitos comunicacionais.

Cabe ao jornalismo aprender a lidar com esse novo contexto, em que os indígenas tornaram-se fontes jornalísticas, passaram a se destacar na política, nas artes e em tantas outras áreas. Essas mudanças impactaram diretamente na *práxis* do telejornalismo, que se viu obrigado a mudar sua abordagem em relação aos povos originários. A fissura decolonial na mídia hegemônica vem ocorrendo de maneira lenta e gradativa.

Para compreender melhor esse contexto foi realizada a análise da reportagem Brasil em Constituição, que evidenciou o triunfo dos povos originários durante a Constituinte, sendo que a própria reportagem pode ser vista como um marco, uma conquista representando um novo momento no telejornalismo.

É urgente que a imprensa contribuía para uma abordagem mais responsável e dialógica sobre os povos indígenas brasileiros. É um desafio para a mídia se tornar uma chave para decolonizar o olhar, sendo um espaço de interculturalidade, onde esses sujeitos subalternizados e silenciados pelo processo colonial possam ser escutados e sentir-se pertencentes. Este desafio passa por fomentar a comunicação e propor um regime que combata as invisibilidades no campo da representação dos povos originários, reconhecendo-os como sujeitos comunicacionais. Pois, ainda que a presença indígena tenha tido um crescimento na mídia hegemônica, o jornalismo segue andando atrás dos movimentos sociais. O questionamento que fica é: por que isso ainda ocorre? Há de se pensar que os jornalistas ainda acreditam e usam a mesma *práxis*, que precisa passar por uma revisão ou uma reformulação que a tornem mais dialógica.

Inspirada nessas ponderações, a pesquisa me levou a repensar a minha própria história e a minha responsabilidade como jornalista. Percebi que a imagem que eu mesma construí dos indígenas ao longo da minha vida era uma imagem cheia de estereótipos e o quanto isto poderia influenciar negativamente no meu trabalho como jornalista, seja na escolha das fontes, no espaço de fala ou na reprodução destas visões colonialistas, carregadas de traços dos grupos dominantes aos longos dos últimos séculos.

O estudo possibilitou refletir sobre a minha função social, de como eu, como jornalista e profissional da comunicação, tenho a responsabilidade de contribuir com a desconstrução desses estereótipos e com a transformação da nossa visão de

mundo, com a decolonização do nosso imaginário, formado por imagens que chegam através de uma educação colonial e da mídia hegemônica. Por isto, torna-se tão importante que os profissionais tenham conhecimento sobre as diferenças culturais e étnicas e se atentem às questões de representação nos produtos jornalísticos.

Gostaria de ressaltar, por fim, que essa dissertação não foi feita apenas de pesquisa científica e conhecimentos teóricos. Penso que qualquer estudo precisa ter no seu cerne o objetivo de ajudar a transformar a realidade: uma pesquisa que reúne indígenas com diferentes histórias, que se entrelaçam por um bem comum. Feita de humanidade, de vidas que tiveram sofrimentos e vitórias, que usaram e usam a comunicação e a palavra como instrumentos de salvaguarda da vida, direitos e integridade dos povos originários. O esforço para serem tratados com respeito e igualdade ainda perpassa os dias atuais, numa luta que nunca cessa, sempre reafirmando a posição como sujeitos comunicacionais e como cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única** (Portuguese Edition). Companhia das Letras, 2009. Edição do Kindle.

AMARAL, Márcia Franz. **Fontes jornalísticas: o lugar de fala do cidadão**. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/10784826151394373681621397736620408492.pdf>. Acesso em 10 out. 2022

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. **Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em Comunicação digital**. Cadernos da Escola de Comunicação, Curitiba, 06: 1-12, 2008.

AZEVEDO, Carlos. **Cicatriz de Reportagem: 13 histórias que fizeram um repórter**. São Paulo: Editora Papagaio, 2007.

BANIWA, Dadá. **Constituição ganha primeira tradução para uma língua indígena**. [Entrevista concedida a] Jornal Nacional. Jornal Nacional, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/07/19/constituicao-ganha-primeira-traducao-para-uma-lingua-indigena.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BERSA, Aline. **45 anos da TV Liberal: A indígena Tuíra Kayapó passou o facão no rosto do presidente da Eletronorte em 1989**. 2021. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/pa/tvliberal/45anos/noticia/45-anos-da-tv-liberal-a-indigena-tuira-kayapo-passou-o-facao-no-rosto-do-presidente-da-eletronorte-em-1989.ghtml>. Acesso em 25 mai. 2024

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)**. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, 2010. Brasília, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6959/1/2010_PolienesoaresdosSantosBicalho.pdf. Acesso em: 7 mar. 2023.

BOLSONARO, Jair. **“Acho que ele nunca reconheceu minha luta”, diz cacique Raoni sobre Bolsonaro**. Fantástico, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/09/29/acho-que-ele-nunca-conheceu-a-minha-luta-diz-cacique-raoni-sobre-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 05 out. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 30 ago. 2022

BRITTO, Carlos Ayres. **‘Brasil em Constituição’: Carta Magna reconhece direito dos povos indígenas de viver conforme suas culturas e crenças**. 2022. Disponível

em <https://globoplay.globo.com/v/10956315/>. Acesso em 26 set. 2022

BRIZOLA, Leonel. **Mário Juruna**. [Entrevista concedida a] Globo Repórter. Globo Repórter, 29 mar. 1984. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/globo-reporter/programas/noticia/mario-juruna.ghtml>. Acesso em 20 nov. 2022

CABRAL, Nara Lya Simões Caetano. **Mídia, controle discursivo e liberdade de expressão: o politicamente correto como princípio regulador**. Universidade do Minho, Braga, 2013. Disponível em: http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1687. Acesso em: 22 out. 2022

CAMPOS, Yussef; KRENAK, Ailton. **Lugares de origem**. São Paulo: Jandaíra, 2021. Edição do Kindle.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. 3.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2006. p. 178-180. (Destaques do autor).

CIMI. **Povo Krenak ainda sente impactos das violações praticadas na Ditadura Militar, agora reconhecidas e condenadas pela justiça**. 01 out. 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/10/povo-krenak-impactos-violacoes-ditadura-militar-justica/>. Acesso em 26 jun. 2023.

COCAL, Rafaela. **Indígenas ocupam filmes e series e mostram força dos povos originários**. [Entrevista concedida a] Beatriz Queiróz. Metrôpoles, 19 nov. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/televisao/indigenas-ocupam-filmes-e-series-e-mostram-forca-de-povos-originarios>. Acesso em 14 jan. 2024.

COSTA, Géssica. **Construir um banco de fontes mais plural é o primeiro passo e tem sua importância, mas não é o bastante**. Disponível em: <https://enoisconteudo.com.br/nao-e-dificil-construir-um-banco-de-fontes-indigenas-mas-e-preciso-ir-alem/> Acesso em 30 ago. 2022

CUNHA, Manuela Carneiro. **Índios no Brasil: histórias, direitos e cidadania**. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012

DELGADO, Paulo Sergio; TERENA DE JESUS, Naine. **Povos indígenas do Brasil: perspectiva no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual**. Curitiba: Brazil Publishing, 2018.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Ata da 29ª sessão - da 1ª Sessão Legislativa da 47ª Legislatura em 19 de abril de 1983. Ano XXXVIII – N° 031. 20 abr. 1983. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD20ABR1983.pdf#page=40>. Acesso em 8 jun. 2023.

DORRICO, Julie. **“Falas da Terra”: escuta Brasil**. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/julie-dorrico/2021/04/19/falas-da-terra-escuta-brasil.htm>. Acesso em: 15 jun. 2023.

EVANGELISTA, Breno Luiz Tommasi. **Ditadura brasileira e questão indígena: entre as lutas por direitos civis e os debates sobre direitos humanos no mundo**. Revista Ars Historica, ISSN 2178-244X, nº17, Jul/Dez 2018, p. 18-36. Disponível em: www.ars.historia.ufrj.br

FANTASTICO. **Sting e Raoni se reúnem novamente pela preservação das terras indígenas**. Fantástico, 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5852617/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

FIGUEIREDO, Jader. **Relatório Jader Figueiredo ao Ministério do Interior**. 1967. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/docs-1/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FREIRE, Maria José Alfaro. **A construção de um réu [recurso eletrônico] : Payakã e os índios na imprensa brasileira / Maria José Alfaro Freire**. – Natal, RN : EDUFRN, 2019. 267 p.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação**, 2016.2 / VOL. 01, pp. 3-23.

FULKAXÓ, Nankupé Tupinambá. **Entre cartas, crônicas e textos jornalísticos: o que fizemos com nosso povo?** Camaçari (BA): Pinaúna Editora, 2019.

FUNAI. **A Funai: institucional**. FUNAI, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/Institucional>. Acesso em 9 jul. 2023

GABRIEL, João; ROCHA, Marcelo. **Assassinato de Galdino há 25 anos impulsionou ativismo indígena por terras**. 20 abr. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/assassinato-do-indio-galdino-ha-25-anos-impulsionou-ativismo-indigena-por-terras.shtml>. Acesso em 20 nov. 2022

GALASSI, A.N.; KASEKER, M.P.. **A representação dos povos originários no audiovisual brasileiro e o momento do giro decolonial**. (IN) AGUIAR, Carolina Amaral de; VALLE-DÁVILA, Ignacio del; RODRIGUES, Danilo Pontes (Orgs.). Práticas e culturas cinematográficas. Londrina: LEDI, 2022. Disponível em: [Praticas_e_culturas_cinematograficas_\(livro_completo\).pdf](#) (eneimagem2021.com). Acesso em 20 Dez 2022

GALDINO, Juvenal. [Entrevista concedida a] TV Globo. **TV Globo**, 1997. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/video/indio-galdino-morto-em-20-de-abril-de-1997-5816434.ghtml>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GLOBO REPÓRTER. **Mário Juruna**. 29 mar. 1984. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/globo-reporter/programas/noticia/mario-juruna.ghtml>. Acesso em 20 nov. 2022

GOMES, Itania Maria Mota. **Metodologia de análise de telejornalismo**. Salvador:

EDUFBA, 2011, pp. 17-47

GONÇALVES, Jurandira Fonseca. **Quem fala no jornalismo?** In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (organizadores). Para entender o Jornalismo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014

GRAHAM, Laura R. **Citando Mario Juruna: Imaginário linguístico e a transformação da voz indígena na imprensa brasileira.** 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mana/a/mZZdVmwfB5fPYBNfpTFwmJC/?lang=pt>. Acesso em 12 out. 2022

GUAJAJARA, Sônia. **Constituição ganha primeira tradução para uma língua indígena.** [Entrevista concedida a] Jornal Nacional. Jornal Nacional, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/07/19/constituicao-ganha-primeira-traducao-para-uma-lingua-indigena.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2024.

_____. **No comando do Ministério dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara é a primeira indígena a chefiar uma pasta.** [Entrevista concedida a] Jornal Nacional. Jornal Nacional, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/11/no-comando-do-ministerio-dos-povos-indigenas-sonia-gujajara-e-a-primeira-indigena-a-chefiar-uma-pasta.ghtml>. Acesso em: 3 jan. 2024.

G1. **Mais de mil indígenas Yanomami em estado grave foram resgatados nos últimos dias, diz secretário.** Boa Vista, 24 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/24/mais-de-mil-indigenas-yanomami-em-estado-grave-foram-resgatados-nos-ultimos-dias-diz-secretario.ghtml>. Acesso em 16 jan. 2024

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

_____. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HELAL FILHO, Willian. **Galdino Pataxó: o que aconteceu com os jovens que atearam fogo no líder indígena, há 25 anos.** O Globo, 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/foi-so-uma-brincadeira-o-assassinato-de-galdino-pataxo-queimado-vivo-enquanto-dormia-na-rua.html>. Acesso em 15 jan. 2023.

HINE, Christine. **Virtual ethnography.** London: SAGE Publications, 2000.

_____. **Virtual Methods and the Sociology of Cyber-Social-Scientific Knowledge.** Oxford: Berg, 2005.

_____. **Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday.** London: Bloomsbury, 2015.

IBGE. **Brasil, 500 anos de povoamento.** Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal.** 2023. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

IJUIM, Jorge Kanehide. **Jornalismo e humanização: heranças eurocêntricas no pensar e no fazer jornalísticos**. 2020. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/159921/162829>. Acesso em 02 out. 2022

JORNAL NACIONAL. **'Brasil em Constituição': Carta Magna reconhece direito dos povos indígenas de viver conforme suas culturas e crenças**. 2022. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/10956315/>. Acesso em 26 set. 2022

JURUNA, Mário. **Funai proíbe participação de Juruna no Tribunal de Russel**. [Entrevista concedida a] O Globo. O Globo, 30 out. 1980. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/?word=&anyWord=&noneWord=&exactWord=&deca de=1980&year=1980>. Acesso em 29 jul. 2023.

_____. **Mário Juruna**. [Entrevista concedida a] Globo Repórter. Globo Repórter, 29 mar. 1984. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/globo-reporter/programas/noticia/mario-juruna.ghtml>. Acesso em 20 nov. 2022

KASEKER, M.; GALASSI, A.N.; RIBEIRO, L.. **Autorrepresentação indígena como política de identidades em luta**. MÍDIA E COTIDIANO. Rio de Janeiro: UFF, 2022.

KASEKER, Mônica Panis. **O indígena brasileiro na revista Realidade**. 2018. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0144-1>

_____. **Apontamentos sobre o conceito de etnojournalismo**. 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/sbpjor-2018/trabalhos/apontamentos-sobre-o-conceito-de-etnojournalismo?lang=pt-br>

KOPENAWA, Davi. **Falas da Terra**. [Entrevista concedida a] TV Globo. Falas da Terra, 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9461865/?s=26m45s>. Acesso em: 15 ago. 2023.

_____. **Globo Rural acompanha um ritual xamânico em uma comunidade Yanomami**. [Entrevista concedida a] Globo Rural. Globo Rural, 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12230415/?s=0s>. Acesso em: 16 jan. 2024.

_____. **Globo Rural mostra os costumes e as lições ancestrais do povo Yanomami**. [Entrevista concedida a] Globo Rural. Globo Rural, 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12230410/?s=0s>. Acesso em: 16 jan. 2024.

_____. **Davi Kopenawa fala sobre sua missão de proteger o povo e a cultura dos yanomamis**. [Entrevista concedida a] Pedro Bial. Conversa com Bial, 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11524909/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online.** Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

KOZINETS, Robert V.; HANDELMAN, Jay. **Ensouling Consumption: a Netnographic Exploration of the Meaning of Boycotting Behavior.** *Advances in Consumer Research*. V. 25, 1998.

KRENAK, Ailton. **Índio Cidadão – Grito 3 Ailton Krenak.** Disponível em https://youtu.be/kWMHiwdbM_Q?si=xyov9o7pV9upmy4O. Acesso em 15 jul. 2023.

_____. **“Brasil em Constituição”: Carta Magna reconhece direito dos povos indígenas de viver conforme suas culturas e crenças.** [Entrevista concedida a] *Jornal Nacional*. *Jornal Nacional*, 2022. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/10956315/>. Acesso em 26 set. 2022

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Record, 2001. Disponível em: <http://nilsonlage.com.br/wpcontent/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo.** *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2012, V. 55 Nº 2.

LUCIANO BANIWA, Gersen. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MEDINA, Cremilda Araújo. **Entrevista. O diálogo possível.** São Paulo: Ática, 2011.

MELO, Patrícia Bandeira de. **Sujeitos sem voz: Agenda e Discurso sobre o Índio na Mídia em Pernambuco.** Dissertação – Mestrado em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 185, 2003.

MENESES, Gabriela; MASTRELLA, Bruna; COSTA, Ana Beatriz Lemos da. **Contribuições da etnografia para pesquisas em jornalismo: uma análise das investigações etnográficas do GT de Estudos de Jornalismo da Compós (2011-2021).** *Revista Eco-Pós*, v.25, n.3, p. 132-157, 2022. DOI: 10.29146/eco-ps.v25i3.27944

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. **Institucional.** Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/aceso-a-informacao/institucional>. Acesso em 2 jan. 2024.

MIGNOLO, Walter. **El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura.** (In) CASTRO-GOMEZ, Santiago.; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza.** 1

edição – Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MORAES, Fabiana; IJUIM, Jorge. **Repensar a “humanidade”: limites de um conceito na imprensa e apontamentos para superar a desumanização**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación (ISSN 1807- 3026), São Paulo, V.22, N.42, p. 78-88, JAN./ABR. 2023.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Renavan, 2007.

MUNDURUKU, Daniel. **Meu avô Apolinário, um mergulho no rio da (minha) memória, na Livraria Maracá**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5Q0ftXE2m9w>. Acesso em: 3 jan. 2024.

_____. **Daniel Munduruku estreou como ator na novela “Terra e Paixão”**. [Entrevista concedida a] Patrícia Poeta. Encontro com Patrícia Poeta, 2023. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/12149945/?s=0s_. Acesso em: 3 jan. 2024.

_____. **“Terra e Paixão: indígenas Guató terão destaque em nova novela da Globo ambienta em MS**. [Entrevista concedida a] Débora Ricalde. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/04/11/terra-e-paixao-indigenas-guato-terao-destaque-em-nova-novela-da-globo-ambientada-em-ms.ghtml>. Acesso em: 3 jan. 2024.

_____. **‘Literatura indígena é sempre militante’, diz Daniel Munduruku**. [Entrevista concedida a] Bruno Molinero. Folha de S. Paulo, 2017. Disponível em: <https://eraoutravez.blogfolha.uol.com.br/2017/03/06/literatura-indigena-e-sempre-militante-diz-daniel-munduruku-leia-entrevista/>. Acesso em: 3 jan. 2024.

_____. **Globo contrata Daniel Munduruku para a próxima novela das nove**. [Entrevista concedida a] Cristina Padiglione. Folha de S. Paulo, 2023. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/cristina-padiglione/2023/01/globo-contrata-daniel-munduruku-para-a-proxima-novela-das-nove.shtml>. Acesso em: 3 jan. 2024.

_____. **Dia do Índio é data 'folclórica e preconceituosa', diz escritor indígena Daniel Munduruku**. [Entrevista concedida a] Amanda Rossi. BBC News Brasil, São Paulo, 19 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47971962>. Acesso em 22 jan. 2023.

MURA, Márcia. **Índio ou indígena? Entenda a diferença entre os dois termos**. [Entrevista concedida a] Emily Santos. G1, São Paulo, 19 abr. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/04/19/indio-ou-indigena-entenda-a-diferenca-entre-os-dois-termos.ghtml>. Acesso em 22 jan. 2023.

NEVES, Roberta Cristina. **O Ícone Raoni: Líder Indígena Mebêngôkre No Cenário Global**. Dissertação – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2014. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/MTT00002.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

NOVELI, Marcio. **Do Off-line para o Online: a Netnografia como um Método de**

Pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a Etnografia para a Internet? Revista Organizações em Contexto, Ano 6, n. 12: p. 107-133. Dez/2010.

O DIA. **Índia puxa facção durante debate sobre hidrelétrica.** Rio de Janeiro, 22 jan. 1989. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/44741_20180209_144239.PDF. Acesso em 25 mai. 2024

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, João Batista. **Resplendor.** Direção: Claudia Nunes, Erico Rassi. Produção: Luana Otto. Brasil, Vietnã Produções Audiovisuai LTDA, 2019, 52'

OLIVEIRA, Carlos. **O indianismo e o lendário em Iracema de José de Alencar e Macunaíma de Mário de Andrade.** Rio de Janeiro, 2021.

O GLOBO. **Xavante com gravador quebra a rotina no Palácio do Planalto.** 27 jan. 1977. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/?word=&anyWord=&noneWord=&exactWord=&deca de=1980&year=1980>. Acesso em 29 jul. 2023.

_____. **Funai proíbe participação de Juruna no Tribunal de Russel.** 30 out. 1980 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/?word=&anyWord=&noneWord=&exactWord=&deca de=1980&year=1980>. Acesso em 29 jul. 2023.

PADIGLIONE, Cristina. **Globo contrata Daniel Munduruku para a próxima novela das nove.** Folha de S. Paulo, 2023. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/cristina-padiglione/2023/01/globo-contrata-daniel-munduruku-para-a-proxima-novela-das-nove.shtml>. Acesso em: 3 jan. 2024.

PATAXÓ, Gerson. **Índio Galdino morto em 20 de abril de 1997.** [Entrevista concedida a] TV Globo. TV Globo, 1997. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/video/indio-galdino-morto-em-20-de-abril-de-1997-5816434.ghtml>. Acesso em: 18 jan. 2024.

PATAXÓ, Samara. **'Brasil em Constituição': Carta Magna reconhece direito dos povos indígenas de viver conforme suas culturas e crenças.** 2022. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/10956315/>. Acesso em 26 set. 2022

PATAXÓ, Syratã. **'Brasil em Constituição': Carta Magna reconhece direito dos povos indígenas de viver conforme suas culturas e crenças.** 2022. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/10956315/>. Acesso em 26 set. 2022

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária.** Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação. 2006. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

PORTAL DA COMUNICAÇÃO. **Espaço ocupado por indígenas na mídia brasileira cresceu nos últimos 10 anos. 2022.** Disponível em: <https://portaldacomunicacao.com.br/2022/04/espaco-ocupado-por-indigenas-na-imprensa-brasileira-cresceu-nos-ultimos-10-anos/> Acesso em 30 ago. 2022.

QUEIROZ, Beatriz. **Indígenas ocupam filmes e series e mostram força dos povos originários.** Metrôpoles, 19 nov. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/televisao/indigenas-ocupam-filmes-e-series-e-mostram-forca-de-povos-originarios>. Acesso em 14 jan. 2024.

RAMALHO, Yara. **Ainda sem atendimento médico e alimentos na terra Yanomami, lideranças relatam que situação é para entristecer.** G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/03/11/ainda-sem-atendimento-medico-e-alimentos-na-terra-yanomami-liderancas-relatam-que-situacao-e-para-entristecer.ghtml>. Acesso em 12 jan. 2023.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades Indígenas.** São Paulo: Ática, 1988.

RAONI. **“Acho que ele nunca reconheceu minha luta”, diz cacique Raoni sobre Bolsonaro.** [Entrevista concedida a] Sônia Bridi. Fantástico, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/09/29/acho-que-ele-nunca-conheceu-a-minha-luta-diz-cacique-raoni-sobre-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2023.

_____. **‘Fiquei feliz em ser chamado’, afirma cacique Raoni após subir rampa com Lula na cerimônia de posse.** [Entrevista concedida a] Maria Moura. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/01/02/fiquei-feliz-em-ser-chamado-afirma-cacique-raoni-apos-subir-rampa-com-lula-na-cerimonia-de-posse.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2023.

RESPLENDOR. Direção: Claudia Nunes, Erico Rassi. Produção: Luana Otto. Brasil, Vietnã Produções Audiovisuai LTDA, 2019, 52'

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 2ª edição. Curitiba: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva. **Vozes originárias em movimento.** Ciência Hoje, 2022. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/vozes-originarias-em-movimento/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

RODRIGUES, Patrícia. **"Nunca pergunte qual é a 'tribo' de um indígena", diz socióloga Fulni-ô.** [Entrevista concedida a] Flávia Martinelli. Universa, 29 mai. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/mulherias/2021/05/28/nunca-pergunte-qual-e-a-tribo-de-um-indigena-explica-sociologa-fulni-o.htm>. Acesso em 22 jan. 2023.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo.** 1ª ed. São Paulo: Companhia do Bolso, 2011

_____. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAMPAIO, Osias Ramos Arnaud. **Jornalismo indígena e jornalismo indigenista.**

Orientadora: Rosane da Silva Borges. 2010. 153 f. TCC (Graduação) – Curso de Jornalismo, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações estratégicas das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SENA, Arcângela. **A presença indígena no Telejornalismo Paraense. Alagoas: III Colóquio Semiótica das Mídias**, 2014.

SODRÉ, Muniz. **A interação humana atravessada pela midiatização**. [Entrevista concedida a] Graziela Wolfart. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, n. 289, p. 7-8, abril 2009.

_____. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 287 p, 2009.

_____. **Antropológica do Espelho: uma teoria de comunicação linear em rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG. Belo Horizonte, 2010.

STING, Daniel. **Sting e Raoni se reúnem novamente pela preservação das terras indígenas**. [Entrevista concedida ao] Fantástico. Fantástico, 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5852617/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

TERENA, Eloy. **Advogado indígena que venceu ação no STF foi bolsista da Capes**. [Entrevista concedida a] Capes. Capes, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/advogado-indigena-que-venceu-acao-no-stf-foi-bolsista-da-capes>. Acesso em 8 jan. 2024.

_____. **Eloy Terena, da aldeia de Ipegue em MS, foi nomeado secretário-Executivo**. [Entrevista concedida a] MSTV 2ª edição. MSTV 2ª edição, 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11291809/>. Acesso em 8 jan. 2024.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2.ed, 2005.

TUPINAMBÁ, Renata. **Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários**. Brasil de Fato, 2016. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originaarios>. Acesso em: 23 nov. 2023

VESSONI, Dominique Xavier. **Cartografias De Um Corpo-Território: Uma Análise Dos Afetos Produzidos Por Célia Xakriabá Na Plataforma Instagram**. Dissertação – Mestrado em Comunicação, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, p. 128, 2023.

VIDEONASALDEIAS. **Realizações**. [sd]. Disponível em:

<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/vna.php?p=2>. Acesso em 17 nov. 2023.

VILLANUEVA, Erick R. Torrico. **Comunicación (re)humanizadora: Ruta decolonial**. Ediciones Ciespal. Ecuador, 2022.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial**. (In) CASTRO-GOMEZ, Santiago.; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

WAPICHANA, Joenia. **Renata Lo Prete entrevista Joenia Wapichana, primeira mulher indígena a comandar a Funai**. [Entrevista concedida a] Renata Lo Prete. *Jornal da Globo*, 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11319110/>. Acesso em: 30 dez. 2023.

_____. **Primeira indígena a presidir a Funai, Joenia Wapichana toma posse em cerimônia histórica prestigiada por lideranças, autoridades e sociedade civil**. Funai, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/primeira-indigena-a-presidir-a-funai-joenia-wapichana-toma-posse-em-cerimonia-historica-prestigiada-por-liderancas-autoridades-e-sociedade-civil>. Acesso em 30 dez. 2023.

WEBER, Rosa. **Constituição ganha primeira tradução para uma língua indígena**. [Entrevista concedida a] *Jornal Nacional*. *Jornal Nacional*, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/07/19/constituicao-ganha-primeira-traducao-para-uma-lingua-indigena.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2024.

WERÁ, Kaká. **Roda Viva com Kaká Werá**. Entrevistador: Augusto Nunes. São Paulo: Fundação Padre Anchieta (TV Cultura), 2017. Publicado pelo canal Roda Viva (81 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iwU5KNMf014>. Acesso em: 17/10/2022.

WOLF, Mario. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

XAKRIABÁ, Célia. **Papo de Parente: o poder da palavra**. Globoplay, 07 out. 2021. Podcast. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/podcasts/episode/papo-de-parente/b0abed61-1120-4b59-bd9b-566b88b26100/?s=0s>. Acesso em: 21 jan. 2023.

_____. **Quem é Célia Xakriabá, que ganhou a alcunha de ‘Fátima Bernardes indígena’**. [Entrevista concedida a] Marcia Disitzer. *O Globo*, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/um-so-planeta/quem-celia-xakriaba-que-ganhou-alcunha-de-fatima-bernardes-indigena-25246435>. Acesso em 8 jan. 2024.

_____. **O racismo impede que mais indígenas entrem na política, diz deputada eleita em MG**. [Entrevista concedida a] João Gabriel. *Folha de S.Paulo*, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/10/o-racismo-impede-que-mais-indigenas-entrem-na-politica-diz-deputada-eleita-em-mg.shtml>. Acesso em 8 jan. 2024.

_____. **No comando do Ministério dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara é a**

primeira indígena a chefiar uma pasta. [Entrevista concedida a] Jornal Nacional. Jornal Nacional, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/11/no-comando-do-ministerio-dos-povos-indigenas-sonia-guajajara-e-a-primeira-indigena-a-chefiar-uma-pasta.ghtml>. Acesso em 8 jan. 2024.